

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

ROMÁRIO ROCHA SOUSA

**MEMÓRIAS DO LIXO: LUTA E RESISTÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DE
CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA ASMARE**

Belo Horizonte

2018

ROMÁRIO ROCHA SOUSA

**MEMÓRIAS DO LIXO: LUTA E RESISTÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DE
CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA ASMARE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Rafael Diogo Pereira, Dr.

Belo Horizonte

2018

Ficha Catalográfica

S725m Sousa, Romário Rocha.
2018 Memórias do lixo [manuscrito] : luta e resistência nas trajetórias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da ASMARE / Romário Rocha Sousa. – 2018.
135 f. : il., gráfs. e tabs..

Orientador: Rafael Diogo Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 129-135).

1. Trabalhadores – Teses. 2. Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc.) – Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Cooperativismo – Belo Horizonte (MG) – Teses. 4. Administração – Teses. I. Pereira, Rafael Diogo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título

CDD: 331.098151

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFGM – FPS/038/2018



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **ROMÁRIO ROCHA SOUSA**, REGISTRO Nº 643/2018. No dia 26 de abril de 2018, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 26 de abril de 2018, para julgar o trabalho final intitulado **"Memórias do lixo: Luta e Resistência nas trajetórias de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis da ASMARE"**, requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

☒ APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 26 de abril de 2018.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira
ORIENTADOR (FACE/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Carlúcia Maria Silva
(FAPP/UEMG)

Prof. Dr. Daniel Calbino Pinheiro
(UFSJ/MG)

“Não há história sem homens, como não há uma história para os homens, mas uma história de homens que, feita por eles, também os faz” – Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Como esses dois anos de mestrado passaram rápido. Mas foi um período de grandes aprendizados e reflexões. Sinto-me feliz por ter vivenciado muitas experiências que contribuíram para a minha formação como educador. Em um certo sentido, também me sinto realizado por ter chegado até aqui. Essa oportunidade que eu tive de estudar em uma instituição pública como a UFMG, infelizmente, é muito distante do lugar de onde eu venho e é quase inacessível para uma grande parcela da sociedade brasileira. Apesar de essa caminhada como mestrando ter sido um pouco solitária em alguns momentos, sempre me senti apoiado por muitas pessoas que estavam ao meu lado.

Primeiramente, agradeço a todos os autores e autoras que têm ou tiveram o compromisso de escrever algo com a intenção de defender que uma outra sociedade é possível, uma vez que esses escritos constituem muito mais do que simples palavras, pois representam uma ação, uma postura e um posicionamento político e ideológico na busca constante de promover alguma transformação social.

Agradeço ao professor e orientador deste trabalho, Rafael Diogo Pereira, pela sua postura ética, responsável e comprometida no processo de orientação. Foi um ótimo orientador. Sempre muito paciente e preocupado com a minha formação. Agradeço pela liberdade e a autonomia que me foram dadas durante esses dois anos de mestrado. Isso foi fundamental para que eu pudesse refletir sobre os meus dilemas e inquietações em relação à academia.

Agradeço também aos demais professores e professoras da área de Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade pela postura crítica e reflexiva. Deise Luiza da Silva Ferraz, Ana Paula Paes de Paula, Luiz Alex Silva Saraiva e, em especial, Alexandre de Pádua Carrieri. Este último foi de grande importância deste a minha entrada na graduação. Agradeço também aos Professores Leôncio e Yuriy, pelas reflexões. Todos vocês contribuíram significativamente na minha formação como profissional e, o mais importante, como ser humano.

Agradeço aos amigos e colegas de mestrado. Em especial, ao amigo Daniel. Nos conhecemos na graduação e a amizade se tornou mais forte com o passar do tempo. Um amigo importante tanto nas horas alegres como nos momentos tristes. Acho que ninguém utilizou mais o humor como forma de resistência como nós para superar os inúmeros momentos de reflexão que tivemos ao longo do mestrado. Foi importante também a presença de Andressa, Fernanda, Henrique, Jane, Letícia, Yasmine etc. pelos momentos bons que compartilhamos juntos. Agradeço também ao pessoal que me fazia companhia nas salinhas de estudo, em especial

Anderson, Cris, Sabrina e Simone. Também agradeço à Bárbara, pela parceria na representação discente no colegiado.

Não poderia deixar de agradecer aos muitos amigos e amigas que me acompanharam ao longo da graduação, principalmente os integrantes do Programa de Educação Tutorial do curso de administração. Sem dúvidas, foi a experiência mais rica que eu vivenciei na universidade.

Agradeço também aos vários funcionários da faculdade pelo carinho. O pessoal do xerox: Adriana, Grazi, Naiara e Mayra. Agradeço também ao pessoal do Cepead: Luciana e Evandro; duas pessoas pacientes e muito humildes; à Vera, que sempre abria a porta das salinhas para eu estudar pela manhã. Ao pessoal do Cenex: Sandra e Lígia, sempre tão atenciosas. Aos porteiros da faculdade; no início da graduação, eles eram muitos, hoje restam poucos por lá. Às mulheres da limpeza; muitas pessoas da faculdade não sabem nem mesmo o nome delas, mas não poderia deixar de agradecer às mulheres que limpavam todos os dias o chão da sala em que eu estudava; meu agradecimento aqui a Jacinta (Jaja), Silvana e Míria.

Por fim, mas não menos importante, o meu agradecimento aos(as) catadores(as) de materiais recicláveis da ASMARE. Apesar do contexto social de desigualdade, carregam consigo um sentimento de humildade e esperança por uma vida melhor...

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manuel Bandeira – O bicho)¹

¹ Poema datado de 1947.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever e problematizar o contexto e as condições em que os catadores e as catadoras estão inseridos. Como pano de fundo, é apresentada a experiência da ASMARE, uma associação de catadores de material reciclável da cidade de Belo Horizonte. O contexto de atuação desses sujeitos na cadeia da reciclagem é paradoxal. Apesar de a legislação reconhecer a profissão de catador, as condições de trabalho desses profissionais ainda são precárias. Geralmente, trabalham em ambientes insalubres e não têm a garantia de direitos trabalhistas. Nos últimos anos, houve um aumento significativo de cooperativas e associações de catadores, contudo, esses empreendimentos coletivos ainda enfrentam muitas dificuldades econômicas e políticas. A abordagem desta dissertação é qualitativa e as técnicas que auxiliaram no processo de coleta de dados foram a história oral e as entrevistas semiestruturadas. Como ferramenta de análise do *corpus* desta pesquisa foi utilizada a Análise do Discurso. Os principais resultados evidenciam que a associação, vista em outros trabalhos como uma experiência pioneira no país, está passando por uma crise que não se restringe apenas aos aspectos financeiros, uma vez que suas implicações também ressoam na formação política dos associados. Apesar de exercerem um importante papel na sociedade, os catadores e as catadoras de material reciclável enfrentam várias adversidades na busca pelo reconhecimento social de seu trabalho e por melhores condições laborais. Nesse sentido, a história de luta dos membros da ASMARE representa o desafio de desenvolver ações coletivas e sociais em uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade e pela exclusão.

Palavras-chave: Catadores de recicláveis; Autogestão; Educação; História oral; ASMARE.

ABSTRACT

This paper aims to describe and problematize the context and conditions under which recyclers and waste pickers are inserted. As background, the experience of ASMARE, an association of collectors of recyclable material of the city of Belo Horizonte, is presented. The context of these subjects in the recycling chain is paradoxical. Although the legislation recognizes the profession of recyclable waste picker, the working conditions of these recyclers are still precarious. They usually work in unhealthy environments and are not guaranteed labor rights. In recent years, there has been a significant increase in cooperatives and gatherers associations, however, these collective ventures still face many economic and political difficulties. The approach of this dissertation is qualitative and the techniques that aided in the process of data collection were the oral history and the semistructured interviews. As a tool to analyze the corpus of this research, the Discourse Analysis was used. The main results show that the association, seen in other works as a pioneering experience in the country, is experiencing a crisis that is not only restricted to financial aspects, since its implications also resonate in the political formation of associates. Although they play an important role in society, recyclers and waste pickers face various adversities in their search for social recognition of their work and better working conditions. In this sense, the struggle story of the members of ASMARE represents the challenge of developing collective and social actions in a capitalist society, marked by inequality and exclusion.

Keywords: Recyclable waste pickers; Self-management; Education; Oral history; ASMARE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da cadeia de reciclagem	36
Figura 2: Mapa da Distribuição espacial e volume de catadores no Brasil a partir do Censo de 2010	38
Figura 3: Filhos de catadores(as) brincando em meio ao material recolhido na associação na década de 1990	88
Figura 4: Oficina de produtos recicláveis.....	89
Figura 5: Participação dos(as) associados(as) no carnaval.....	90
Figura 6: Fachada da ASMARE.....	102
Figura 7: Carrinho de um(a) catador(a) de material reciclável	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre tipo de material recolhido na associação e quantidades	85
Tabela 2: Valor pago por quilograma de material	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição de alguns marcos históricos no movimento e na organização dos(as) catadores(as)	42
Quadro 2: Relação de nomes fictícios de catadores(as) e o tempo em que trabalham na ASMARE	73
Quadro 3: Alguns projetos desenvolvidos pela ASMARE	90
Quadro 4: Novos serviços desenvolvidos pela ASMARE	92
Quadro 5: Fatores de risco para a saúde dos catadores	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Média de rendimento no trabalho principal de catadores e população ocupada total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal (2010).....	40
Gráfico 2: Taxa de analfabetismo da população ocupada total e dos catadores (2010).....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATAUNIDOS – Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada

LEVs – Locais de Entrega Voluntários

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

NR – Norma Regulamentadora

ONGs – Organizações Não Governamentais

PEAD – Polietileno de Alta Densidade

PEBD – Polietileno de Baixa Densidade

PET – Polietileno Tereftalato

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios

PP – Polipropileno

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 O lixo que vemos e o ser humano que desaparece	27
2.1.1 <i>Um trabalho paradoxal na cadeia de reciclagem</i>	32
2.1.2 <i>Características sociais dos(as) catadores(as) no cenário brasileiro</i>	37
2.1.3 <i>Organização dos(as) catadores(as) no país: crescimento e limitações</i>	41
2.2 Autogestão: uma cestinha rica de possibilidades e limitações	48
2.3 Socialização e educação como forma de resistência	52
2.3.1 <i>Processo de socialização</i>	52
2.3.2 <i>Educação como forma de reprodução e resistência</i>	55
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	61
3.1 Sobre a coleta de dados	62
3.2 A construção do campo e o acesso aos sujeitos sociais da pesquisa	68
3.3 Procedimento de coleta dos relatos orais.....	73
3.4 Triangulação dos dados	76
3.5 Análise dos dados da pesquisa.....	77
4 TRAJETÓRIA E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA ASMARE	80
5 LUTA E RESISTÊNCIA POR SOBREVIVÊNCIA	95
5.1 O que é ser um catador	103
5.2 Nem tudo é lixo	107
6 UMA NOVA ASMARE.....	109
6.1 Organização e convivência.....	117
7 EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM: UMA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO COM A SOCIEDADE	121
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	131

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de começar a falar sobre a pesquisa, penso que seja importante falar um pouco sobre o processo de desenvolvimento dela e o que isso significa para mim, já que esse processo geralmente é negligenciado pelas pessoas em suas investigações. A pesquisa sempre carrega consigo os valores e os ideais do pesquisador. Dessa forma, é impossível o pesquisador se libertar de suas características humanas, pois possui uma personalidade socialmente constituída, estando inserido em uma determinada realidade histórica e sendo limitado pelas ideologias de seu tempo. Entendo ideologia, e esse conceito é importante, como uma forma de explicar e justificar uma determinada ordem social. Algumas pessoas, principalmente marxistas mais ortodoxos, compreendem esse conceito como algo relacionado com a ideia de “falsa consciência”, contudo, pelo fato de esse entendimento ser muito problemático, vejo o conceito mais como visão de mundo.

No desenvolvimento de qualquer pesquisa, a formulação de um problema e as técnicas adotadas variam conforme a posição política do pesquisador. Não irei entrar aqui naquela velha problemática que discute se o trabalho é político ou não, pois, para mim, toda ação humana é política, dessa forma, se me perguntassem o que meu trabalho tem de político, diria que, do título até a última referência, há política.

Acredito que o “porquê de se pesquisar” tem uma importância mais significativa do que propriamente aquilo que está escrito neste trabalho, por isso descrever os “porquês” se fazem tão necessários. Penso que é interessante nos questionarmos “para que” e “para quem” fazemos ciência e quais são os efeitos de sua produção na sociedade. Nesse sentido, não existe possibilidade de fazermos ciência sem ideologias. Até porque, produzir conhecimento é uma forma de tomarmos consciência da nossa posição social. E para tomar essa consciência, é preciso ter uma atitude científica humilde, cética e comprometida com o desenvolvimento social. Essa é grande utopia que carrego comigo e pretendo levar para minha odisseia como futuro educador e pesquisador².

Umas das primeiras perguntas que eu me fiz no início do mestrado foi justamente sobre o que pesquisar. Apesar de ser uma pergunta um pouco simples, sua resposta envolve uma série de outras inquietações, tais como: será que eu vou gostar do tema? Será que o orientador vai

² Apesar de haver uma grande separação entre essas ações, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescentou a de ensinar. Faz parte da natureza prática do docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador” (FREIRE, 1996, p. 29).

aceitar? E se eu não gostar e quiser mudar depois? Será que o tema vai refletir os meus ideais? Apesar de uma tese ou uma dissertação representar muito bem uma junção entre aquilo que o orientando quer pesquisar e aquilo que orientador(a) tem condições de auxiliar, a escolha do tema deve ser algo muito bem pensado. Não queria fazer como muitos mestrandos ou doutorandos que escrevem seus trabalhos e, quando terminam, não querem nem saber mais deles, o que é uma consequência de um processo que, normalmente, gera mais sofrimento do que prazer...

Outra questão que me afligiu bastante foi sobre o que seria dessa pesquisa. Não falo aqui dos resultados da pesquisa, digo sobre os efeitos dela. Ficava (e ainda fico) me perguntado se essa pesquisa acabaria, infelizmente, como muitas outras acabam, ou seja, acumulando poeira e teia de aranha, e sendo comida pelas traças em alguma prateleira nos fundos da biblioteca...

Entretanto, ficava refletindo se seria muita arrogância minha querer que meu trabalho tivesse um respaldo significativo e que pudesse romper a barreira dos trabalhos que são construídos apenas para acadêmicos lerem. Na realidade, esse era um grande desejo que eu tinha quando lia algum trabalho ou participava de alguma discussão interessante; e ficava indignado por saber que essa leitura ou discussão, muitas vezes, se restringia a um campo tão limitado, como é a universidade³. Apesar disso, será que o próprio processo de reflexão gerado a partir do meu trabalho não seria algo de grande valor? Será que a minha própria transformação enquanto pesquisador já não é algo de se orgulhar? Acho que isso, talvez, seja uma luz no fim do processo...

Feitas essas considerações, penso que seja preciso explicar porque estudar catadores e catadoras. Se eu dissesse que eles e elas são pessoas que estão em uma condição de marginalização e que é preciso trazer para a academia estudos que contemplem essas condições, talvez, já seria uma justificativa plausível. Contudo, acho que é preciso algo a mais que dê fundamento a essa escolha. Quando eu olho para os(as) catadores(as), é impossível não notar as condições em que eles(as) estão inseridos(as), condições essas que, muitas vezes, são desumanas, contudo eu também vejo ali trabalhadores e trabalhadoras. E quando faço uma associação com o entendimento do que seja o trabalho, percebo que estou falando de relações de trabalho, de desigualdade, de capitalismo.

Em decorrência disso, um dilema com que me deparei foi querer mostrar as condições em que estão inseridos(as) os catadores(as) e “não contribuir”, de forma mais efetiva, na

³ Limitado por ser um ambiente que, apesar de público, não é para todos(as). Por ser um espaço que utiliza a meritocracia como forma de acesso, ele acaba se restringindo apenas a uma parcela da população.

associação deles(as). Por ser da área da administração e por ter feito parte de um grupo que se organiza de forma autogestionária, eu poderia participar da associação e, talvez, contribuir de alguma forma, já que os(as) associados(as) enfrentam muitos problemas e vários deles são de gestão. Nesse sentido, há uma ocorrência muito grande por parte de pesquisadores que estudam uma determinada organização ou prática social e que, ao finalizarem seus estudos, não retornam aos sujeitos da pesquisa nem para mostrarem os resultados da pesquisa. Por parte do pesquisador, provavelmente o trabalho será finalizado. Contudo, em relação ao grupo, pode ficar o sentimento de que foram usados apenas com meros dados de uma pesquisa...

Em um outro sentido, sinto um certo receio de participar na gestão desse grupo, por pensar que isso se tornaria, em alguma medida, uma espécie de consultoria. Por serem formados em um ambiente de concentração do conhecimento científico, muitos pesquisadores tendem a ter um olhar de superioridade em relação àqueles que estão estudando, principalmente, em relação a sujeitos que estão em uma condição de marginalidade.

Nesse sentido, é preciso termos um certo cuidado ao falarmos desses catadores(as), taxados geralmente como pessoas pobres e simples que vivem daquilo que retiram das ruas, pois eles podem ter muito mais educação política e ambiental do que muitos acadêmicos. Nesse sentido, Freire (2014), de forma muito humilde, chama a atenção para o fato de que não há saberes maiores ou menores, o que existe são saberes diferentes. Temos aprendido um pouco com estudos que trazem contribuições a partir da experiência de sujeitos sociais marginalizados que, infelizmente, ainda são tidos por muitos acadêmicos como apenas uma fonte de dados de uma pesquisa. Parece que temos arranhado a superfície e encontramos alguma coisa, mas há muito o que (des)construir.

Daí surge a seguinte questão: como posso intervir? Se o meu papel não é o de fazer parte da associação dos(as) catadores(as), então o que eu posso fazer é repensar a minha prática como educador e pesquisador, que é o caminho que eu pude “escolher”. Dessa forma, devo voltar o meu olhar para os educandos que um dia ajudarei a formar e para as pesquisas que precisam ser feitas, no sentido de que tanto essa formação quanto a produção dessas pesquisas estejam voltadas para a problematização de toda e qualquer forma de desigualdade social e para a melhoria das condições de vida das pessoas.

As motivações que me levam a fazer este trabalho estão intrinsecamente relacionadas a algumas inquietações e incômodos sobre as condições de trabalho e o contexto em que os(as) catadores(as) de material reciclável estão inseridos(as), afinal de contas, uma das dimensões da crítica é justamente fazer com que saíamos da nossa área de conforto e voltemos nosso olhar para o outro. De início, é preciso ressaltar que, apesar de realizarem um trabalho que traz uma

importante contribuição para a sociedade, os(as) catadores(as) enfrentam várias adversidades, entre elas, a busca pelo reconhecimento social de seu trabalho e a luta por melhores condições de vida. Nesse sentido, esses trabalhadores e trabalhadoras buscam, na medida do possível, superar e conviver com alguns problemas que ocorrem na forma de se auto-organizarem, assim como aqueles decorrentes de uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade e pela diferença.

Fazendo um parêntese aqui, ao longo da leitura do texto, o leitor perceberá que eu faço apropriações de ideias de vários autores (algumas devidas e outras problemáticas) que, do ponto de vista epistemológico, apresentam diferenças entre si, contudo pelo recorte feito neste trabalho e por ele tangenciar temas como relações de trabalho, educação, processo de socialização, formas organizativas etc., vejo as contribuições de autores como Marx, Freire e Berger e Luckmann indispensáveis à problematização sobre a realidade vivenciada pelos(as) catadores(as).

Criada em 1 de maio de 1990 por “catadores de lixo” com o auxílio do Poder Público, da Pastoral da Rua da Igreja Católica e alguns movimentos sociais, a ASMARE (Associação dos Catadores de Papéis, Papelão e Material Reaproveitável) se mostra como uma organização muito mais importante do que uma fonte de trabalho e de renda, dado o contexto de seu surgimento e os desdobramentos da sua inserção e da atuação de seus membros na sociedade.

O surgimento da associação é inerente à articulação entre organizações públicas, privadas e uma instituição religiosa, em um contexto histórico marcado por lutas entre os vários sujeitos sociais (JACOBI; TEIXEIRA, 1997), dentre eles, destacamos a importância da participação dos(as) catadores(as) de papelão e material reciclável. Esses(as) catadores(as) estão imersos em um contexto de exclusão do mercado formal de trabalho, marcados pelo peso de uma sociedade desigual, os(as) quais veem na rua e no material reciclável uma forma alternativa de trabalho e sustento: sua principal fonte de sobrevivência.

Segundo Filardi, Siqueira e Binotto (2011), um novo ator social emergiu desse cenário, conhecido como catadores(as) de materiais recicláveis, cuja situação social insere-se na dualidade da dimensão ambiental, pois, ao mesmo tempo em que o material lhes proporciona trabalho, por outro lado as condições de vida e de trabalho não correspondem à dignidade social. Nesse sentido, o(a) catador(a) que antes dormia na rua e era caracterizado como morador de rua, passa agora a ser visto como “trabalhador na rua” (DIAS, 2002b). As alterações nas relações de trabalho que vêm ocorrendo nas últimas décadas contribuem para o aumento do trabalho informal, gerando precarização e desigualdades geográficas. Essas mudanças atingem os(as) trabalhadores(as) formais, mas, sobretudo, aqueles(as) que vivem na informalidade,

configurando um processo de exclusão social, como é o caso dos(as) catadores(as) de recicláveis.

Apesar de desenvolvem um trabalho que tem um papel socioambiental importante para as cidades, historicamente a atividade de catação é realizada a partir de relações informais, o que impede os(as) catadores(as) de terem acesso a uma série de direitos trabalhistas e o reconhecimento por parte de órgãos da administração pública e instituições de pesquisa (IPEA, 2013). Se analisarmos de um determinado ponto de vista, o(a) catador(a) de material reciclável se mostra como uma válvula de escape que, muitas vezes, usamos para lidar com um problema social que, aparentemente, não tem solução: o problema do lixo. É preciso ressaltar que a condição do(a) catador(a), assim como a dos(as) demais trabalhadores(as) na contemporaneidade, é um problema inerente ao capitalismo, sendo o processo de organização dos(as) catadores(as) historicamente marcado por conflitos sociais e dinâmicas variadas.

No cotidiano de trabalho dos(as) catadores(as), o material reciclável não é apenas uma matéria-prima que se troca por dinheiro, pois, para esses(as) trabalhadores(as), ele ajuda a garantir a continuidade da vida. O material também gera reflexão, pois pode representar o fortalecimento, a conscientização e a preocupação com a realidade, muitas vezes, desumana que os(as) catadores(as) vivenciam. Indo um pouco além, o lixo e o material reciclável podem nos levar a refletir não apenas sobre os padrões de consumo, como é geralmente associado, mas também sobre a própria lógica de produção de mercadorias na sociedade capitalista.

O problema em torno da gestão dos resíduos sólidos urbanos envolve diversas áreas do conhecimento, assim como a atuação das instituições públicas, privadas e sociedade civil organizada. Questões complexas como essa nos desafiam a pensar e desenvolver tecnologias participativas e inclusivas que nos ajudem a resolver essas demandas sociais. Segundo Silva (2014), o grande desafio é a promoção de um debate democrático e participativo, que não fique restrito apenas a um pequeno grupo de pessoas que se acham *experts* e que estão muito distantes de representar os interesses sociais.

O contexto de atuação desses(as) catadores(as) é paradoxal, pois, se de um lado são vistos como agentes ambientais que dão um outro significado para o lixo, em outro sentido, representam o elo mais fraco da cadeia de recicláveis, devido às condições de trabalho e aos poucos ganhos econômicos obtidos, já que, geralmente, são os empresários que mais se beneficiam nessa cadeia. Dessa forma, não podemos deixar que o discurso socioambiental, muitas vezes romantizado, impeça de enxergarmos um problema que é de ordem social. Bosi (2008) chama a atenção para o fato de não reconhecermos apenas a forma de organização capitalista do trabalho informal, mas também como nós, por meio dessa lógica, reproduzimos

e condicionamos as práticas organizativas dos diversos sujeitos sociais. É neste contexto que organizações, como as associações de catadores(as), buscam lidar e conviver com relações de exclusão, impostas pela lógica de trabalho capitalista e pelo papel do Estado, este último, muitas vezes, distante.

A realidade socioeconômica enfrentada pelos(as) catadores(as) de material reciclável no Brasil apresenta múltiplas precariedades enfrentadas por esses(as) trabalhadores(as) e suas famílias, o que faz com que essa categoria profissional seja caracterizada com uma forte heterogeneidade em termos de inserção no mundo do trabalho (IPEA, 2013). Há uma barreira cultural e social que impede o desenvolvimento de princípios de associativismo e cooperativismo entre os(as) catadores(as). Seus membros são, em geral, pessoas inseridas em dinâmicas de trabalho informal, com baixa escolaridade e convivem em ambientes insalubres, além de terem apenas a remuneração provinda de seu próprio trabalho para a manutenção familiar. Essas dificuldades levam muitos(as) catadores(as) a buscarem soluções imediatas e individuais para suprimir suas necessidades, o que dificulta a organização coletiva.

Segundo Dias (2002a), ao carregarem a história vivida da ASMARE, os(as) catadores(as) são portadores de sua memória e sem ela não há como contar a história daquilo que foi produzido. A criação e organização da associação representam a conquista da luta desses(as) trabalhadores(as). Apesar disso, é preciso ressaltar que essa conquista é um caso ilustrativo da dificuldade gerada pela diferença entre o tempo político de uma gestão e o tempo de reflexão dos sujeitos sociais. Ao mesmo tempo em que esse contexto de trabalho dos(as) catadores(as) está permeado por conflitos e paradoxos, o mesmo também o é em termos de possibilidades.

Assim, é importante ressaltar que, neste trabalho, eu falo da ASMARE, uma organização mais estruturada e que tem um maior reconhecimento social, porém há outras organizações menores de catadores(as) em Belo Horizonte, inclusive até fisicamente próximas à que é apresentada aqui, que vivenciam um contexto ainda mais problemático e marginal. O(A) catador(a) de material reciclável da ASMARE, que, muitas vezes, tem sua trajetória de vida ligada à rua enquanto espaço de trabalho e moradia, mesmo estando em uma realidade de exclusão e tendo pouco reconhecimento social de seu trabalho, desenvolve uma atividade que possui uma grande importância para a sociedade: a resignificação do conceito de lixo. E o resultado dessa relação representou um salto qualitativo na organização dessa população e colocou os(as) catadores(as) em um ponto de destaque na cidade de Belo Horizonte (JACOBI; TEIXEIRA, 1997).

Mesmo os(as) catadores(as) estando em um contexto de concentração de renda, desemprego, exclusão social e outras adversidades, há uma considerável e notável experiência de formação de organizações associativas, nas quais seus membros veem na autogestão uma forma alternativa de organização social, que não é pautada apenas na eficiência econômica. Apesar de o trabalho associativo ter aumentado nos últimos anos entre os(as) catadores(as) no país, não podemos negar o fato de que a maioria dos empreendimentos coletivos de catadores(as) de material reciclável possui uma série de carências, o que indica um longo caminho de lutas e trabalho para se reverter esse quadro.

A autogestão, sendo uma proposta processual e inacabada, se mostra interessante porque fornece a possibilidade para desenvolvermos alternativas aos modelos hegemônicos de gestão, que, geralmente, são muito burocráticos e hierárquicos. Pelo fato de a autogestão apresentar limitações, alguns autores fazem críticas a essa forma de organização. Uma delas é que, muitas vezes, a autogestão perde o seu enfoque social em detrimento do aspecto econômico, ganhando, dessa forma, uma visão gerencialista (FERRAZ; DIAS, 2008). Algo importante a ressaltar é não dicotomizarmos a proposta, isto é, descartar o modelo por completo ou achar que ele é a única alternativa viável, até porque a autogestão é uma forma alternativa de gestão, mas que, ao mesmo tempo, está inserida em um mundo capitalista, por isso, o contexto em que cooperativas e associações estão inseridas é tão problemático.

É importante notar que mesmo as gestões participativas e democráticas não estão excluídas da lógica capitalista, dessa forma, vivenciam também as contradições inerentes da tensão entre seus diferentes princípios, sendo isso um grande aprendizado histórico dos movimentos cooperativistas e autogestionários (LISBOA, 2005). Devido a essas complexidades, a autogestão precisa de um ambiente social para poder florescer. Por isso precisamos falar de processo de socialização, mudança de valores e de comportamentos. Nesse sentido, a educação e as práticas formativas podem oferecer alternativas para essa questão. Mesmo que a educação tenha a função de reproduzir as estruturas sociais e de formar mão de obra para o mercado, ela também é uma forma de resistência, nesse sentido, devemos pensar a formação política dos sujeitos a partir do trabalho.

A educação, numa perspectiva crítica, pode fazer com que as pessoas reflitam sobre a realidade social (FREIRE, 1979; 1981; 1996; 2014). Contudo, apesar de educação e trabalho serem processos constitutivos do ser humano, muitas vezes, eles estão desconectados dos problemas sociais. Por isso, é necessário que a educação esteja associada com o contexto social no qual as pessoas estão inseridas, sendo necessário pensar a educação, o trabalho e a sociedade em seu devir.

O que é importante de trazer neste trabalho não é a verdade ou dizer que a realidade é ou deveria ser como apresento aqui, mas sim mostrar por meio do recorte teórico e metodológico como os sujeitos estudados produzem o seu mundo e, ao mesmo tempo, são produzidos por ele. Para atingir essa proposta, a história oral, no âmbito das trajetórias de vida, é uma forma alternativa de mostrar a história desses sujeitos sociais, oferecendo a possibilidade de as pessoas simples e comuns contarem a história daquilo que foi produzido por meio de suas vivências. Quando falamos de história oral, história de vida ou biografia, inevitavelmente, temos de fazer um destaque para a questão da memória.

Seja a memória individual ou a memória coletiva, ambas precisam estar situadas em seus contextos sociais e políticos, uma vez que há uma articulação entre tempo, memória e história. O importante é não esquecermos que, pelo fato de a memória pressupor aquilo que devemos lembrar e aquilo que é esquecido, ela é também é um instrumento de poder (LE GOFF, 1990; VON SIMSON, 2000; NEVES, 2001).

Feita essa exposição, procurarei responder ao seguinte problema de pesquisa: *como se dá o processo histórico de lutas e resistências dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis na trajetória da ASMARE?*

Tendo exposto isso, esse trabalho tem como objetivo geral analisar o processo histórico de lutas e resistências, no qual a trajetória de vida dos catadores e catadoras se encontra com a história da ASMARE. Como objetivos específicos, procuro:

- a-) analisar a trajetória da ASMARE e seu contexto político e social;
- b-) analisar o processo de organização da gestão na associação;
- c-) analisar as práticas educativas vinculadas ao cotidiano de trabalho dos(as) catadores(as).

Em termos de justificativa, a principal delas diz respeito ao problema social que está por trás desse trabalho, que está relacionado às condições de trabalho dos(as) catadores(as) e ao contexto que eles(as) vivenciam, marcados pela desigualdade e pela diferença. Estes sujeitos, muitas vezes, trabalham em condições subumanas e representam o elo mais fraco numa relação de capital e trabalho. Muitos(as) catadores(as) estão em condição de moradores de rua e lutam, muitas vezes, por condições mínimas de sobrevivência. Além disso, almejam ser reconhecidos pelo trabalho que desempenham na cidade, visto por muitos como algo sem importância.

Em um segundo ponto, há a importância de mostrar como os(as) catadores(as) se organizam para lidar com as várias adversidades que enfrentam no dia a dia, evidenciando, dessa forma, como a autogestão pode contribuir ou limitar a ação desses(as) catadores(as). Assim, não procuro aqui estudar apenas o “grau” ou o “tipo” de autogestão desenvolvido na ASMARE, mas ir um pouco além, refletindo também a forma como a gestão acontece e como

os membros se organizam em relação à sua formação política. Em termos da Administração e dos Estudos Organizacionais, considero esse ponto muito pertinente.

É importante trazer a contribuição do trabalho dos(as) catadores(as) para a sociedade, uma vez que podem fazer com que o lixo tenha um outro significado, dessa forma, por meio de práticas educativas relacionadas às condições de trabalho, há a possibilidade de promoverem mudanças de comportamento, mesmo que essas mudanças estejam atreladas apenas ao cotidiano deles(as). Dessa forma, é preciso refletir a relação dialética entre educação e trabalho, enquanto práticas constitutivas dos sujeitos, ressaltando suas potencialidades e limitações.

O trabalho e a atuação sociopolítica dos(as) catadores(as) de recicláveis, aliados ao contexto de pessoas em condição de moradores de rua, instigou o interesse em compreender a organização e mobilização desses sujeitos sociais, buscando refletir como essas trajetórias de vida se constituem e são constituídas na atual conjuntura da associação. Uma tentativa de compreender como esses sujeitos sociais produzem sua práxis nos espaços de trabalho, onde acontece a formação humana, as experiências organizativas e a construção de novas possibilidades.

Por fim, é necessário estudar a condição de vida desses sujeitos e trazer para dentro da academia um pouco da história deles, uma vez que nem sempre há espaço no mundo acadêmico para discutir e refletir sobre a realidade, muitas vezes, triste e feia que existe “fora” dos muros da Universidade. Nesse sentido, a área de Estudos Organizacionais⁴ tem se mostrado de grande importância, pois pode ser vista como um campo de estudos em que pesquisadores e pesquisadoras veem uma maior importância em desenvolver abordagens que abarquem relações de trabalho, de poder, de gênero, envolvendo minorias, sujeitos marginalizados, pessoas comuns etc., oferecendo espaço para se pensar de forma diferente, o que pressupõe se posicionar criticamente em relação aos moldes tradicionais da ciência.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Primeiro, apresentamos o contexto em que os(as) catadores(as) estão inseridos(as), assim como algumas adversidades que os(as) mesmos(as) enfrentam em seu cotidiano de trabalho, muitas vezes, marcado pela exclusão e pela marginalidade social. Logo após, fazemos uma discussão teórica sobre a autogestão, apresentando algumas contribuições e limitações dessa forma alternativa de organização social. Na parte final do referencial teórico, realizamos uma exposição sobre o processo de socialização, enfatizando a questão da educação como formação política vinculada ao trabalho.

⁴ Mesmo ressaltando que essa área fornece espaço para se discutir e problematizar questões sociais, ela também possui suas limitações.

No que diz respeito aos caminhos metodológicos, a abordagem da pesquisa é qualitativa e o recorte metodológico escolhido foi a história oral, no âmbito das trajetórias de vida feitas a partir da memória dos catadores e catadoras. Também, como forma de coleta de dados, realizamos entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado. Como ferramenta de análise do *corpus* da pesquisa, fizemos o uso da Análise do Discurso. Utilizamos dados secundários, observação não-participante e diário de campo como triangulação, o que serviu de apoio metodológico, contribuindo para a riqueza da análise.

A análise dos dados foi apresentada em quatro capítulos. No primeiro deles, descrevemos a trajetória e o contexto sociopolítico da associação. Logo após, problematizamos e relacionamos o contexto de luta dos(as) catadores(as) com as suas condições de trabalho. Na terceira parte, apresentamos a estrutura e a organização dos(as) associados(as), descrevendo a atual situação da ASMARE em um contexto de crise econômica. E, no capítulo final da análise, problematizamos as práticas formativas dos membros da associação e sua relação com a sociedade, indicando que os efeitos da crise econômica também refletem em termos políticos. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta dissertação, está dividido em três partes: a-) o contexto de atuação dos(as) catadores(as); b-) a forma de organização autogestionária; e c-) a educação e o trabalho como práticas formativas.

No que diz respeito à primeira parte, faço uma contextualização sobre quem é esse(a) catador(a) e qual é o lugar que ele(a) ocupa na sociedade. Dessa forma, busco descrever suas condições de trabalho, que são marcadas pela marginalização, pela invisibilidade social e por um contexto de exclusão, problematizando a importância do seu trabalho na sociedade.

Em relação à forma de organização, como a ASMARE é uma associação autogestionária, estudo essa forma de organização dos(as) catadores(as), descrevendo as suas principais dificuldades e possibilidades como forma de resistência frente aos modelos hegemônicos de gestão. A ideia aqui não é consagrar e nem rechaçar a autogestão, mas sim problematizá-la enquanto forma de organização dos(as) trabalhadores(as), sem me isentar de apontar suas contradições e limitações.

No último tópico, procuro debater uma temática que está presente na trajetória desses(as) catadores(as) na ASMARE, que é a questão da educação vinculada ao trabalho. Isso porque esses(as) catadores(as) desenvolvem práticas educativas que estão diretamente relacionadas com o seu trabalho, como mostrar à sociedade a importância de seu trabalho, conscientização ambiental, reconhecer-se enquanto trabalhador; cabendo a nós refletir como essas práticas são desenvolvidas e se, de fato, elas se apresentam como forma de resistência.

2.1 O lixo que vemos e o ser humano que desaparece

O grande ideário da modernidade, pautado na civilização, no modo de produção e reprodução capitalista e em um estilo de vida predominantemente urbano, levou vários agrupamentos humanos a buscarem nos centros das cidades uma forma de obter uma melhor condição de vida. Entretanto, se por um lado essa promessa promoveu um maior acesso a bens e serviços (dependendo da sua posição social, é claro), por outro, ela se mostrou extremamente nefasta, ao gerar uma intensa urbanização, uma precarização das condições de trabalho e um aumento do consumo não consciente. Como um dos desdobramentos desse processo, tivemos o aumento da produção de lixo e do contingente de pessoas em estado de miséria. Segundo Cavedon e Ferraz (2006), a proposta neoliberal, que atingiu a maior parte do mundo globalizado, fez com que houvesse um maior acúmulo de capital, o que impulsionou a

reestruturação produtiva. Essa lógica intensificou a precarização das relações de trabalho e acarretou o desemprego de um contingente de trabalhadores(as).

Torres (2008) diz que parte desses trabalhadores e trabalhadoras excluídos vêm de regiões mais pobres e, quando chegam aos centros urbanos, não encontram moradia e, muitas vezes, nem o que comer, restando a eles(as) a rua como a única alternativa. O sonho de uma vida melhor, muitas vezes, se transforma no pesadelo de uma realidade dura e imersa na miséria. A maioria dos(as) catadores(as) apostam na vida como andarilhos, o que os(as) levam aos centros urbanos à procura de melhores condições, onde se dá a manutenção da luta pela sobrevivência, desvinculada de qualquer direito social (COSTA; PATO, 2016). Segundo Coelho (1979), as desigualdades de renda se tornam mais pronunciadas à medida que cresce o tamanho urbano; e o mercado de trabalho mais reduzido e restrito para os pobres; nesse sentido, apesar de os centros urbanos possuírem níveis de renda e emprego mais elevados, a pobreza está mais concentrada e visível nesses locais.

Honorato (2014) destaca que entre os vários migrantes que vieram para a cidade de Belo Horizonte, entre eles estão aquelas pessoas que deixaram suas cidades em busca de trabalho ou de uma vida melhor na cidade e, quando não encontraram oportunidade e dinheiro para voltar às suas cidades natais, acabaram tendo de encontrar formas alternativas de sustento nas ruas. Jacobi e Teixeira (1997) apontam que, em Belo Horizonte, no início da década de 1980, houve um crescimento expressivo da presença de pessoas em condição de moradores de rua, devido ao acirramento da crise da oferta de trabalho, uma das consequências do chamado “milagre econômico” e da “década perdida”.

Dias (2002b) diz que desde os tempos antigos, a população mais pobre vem sobrevivendo da recuperação das sobras da sociedade, contudo, além de carregarem o peso de uma sociedade desigual, recorrentemente, são estigmatizados como marginais e vagabundos. Segundo Jacobi e Teixeira (1997), a população de rua é composta principalmente por aqueles trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho que foram atingidos por uma condição de miséria extrema, o que tem impactado uma parte significativa da população. Nesse sentido, é importante ressaltar que estar em condição de morador de rua não é um fato dado ou natural, pois essa condição é uma consequência da fragmentação social de um modelo de sociedade que produz muita riqueza de um lado às custas do empobrecimento do outro.

Como forma de sobrevivência, muitas pessoas em condição de moradores de rua passam a procurar no lixo (do qual, na realidade, boa parte é material reciclável) uma fonte alternativa para suprir suas necessidades, configurando-se como catadores e catadoras informais de materiais. O segmento social dos(as) catadores(as) faz parte do cenário urbano brasileiro há

muitos anos. Segundo o Ipea (2013), os primeiros registros dessa forma de atuação datam do século XIX, o que indicaria que esse fenômeno acompanhou o processo de urbanização do país. A figura do(a) catador(a) e sua realidade social chegaram a ser retratadas na literatura, como no poema *O bicho* (1947), de Manuel Bandeira, e na obra *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus. A peça *Homens de Papel* (1968), de Plínio Marcos, fez a representação no teatro. E, no cinema, tivemos a produção dos documentários *Ilha das Flores* (1989), de Jorge Furtado, e *Lixo Extraordinário* (2010), do diretor Lucy Walker (IPEA, 2017).

Apesar disso, Dias (2002a) aponta que o lugar que os(as) catadores(as) ocupam no imaginário social é o de pobre e marginal. Segundo Bastos e Araújo (2015), os(as) catadores(as) de materiais recicláveis vivem em uma condição de pobreza singular, pois, além de possuírem pouco ou quase nenhum recurso para sobreviverem, uma característica das populações mais pobres, vivem sob o estigma da sujeira, por estarem em um constante contato com o lixo.

Magalhães (2016) aponta que o trabalho dos(as) catadores(as), historicamente, foi marcado por associações a uma série de estigmas e preconceitos decorrentes de diversos setores da sociedade. Dessa forma, excluídos enquanto trabalhadores(as) e enquanto cidadãos (além de não terem um trabalho formal, muitos desses catadores e catadoras não possuem carteira de trabalho e nem título de eleitor), a vida cotidiana e o trabalho deles(as) são marcados pela exploração, estigmatização e perseguição (DIAS, 2002a). Nesse sentido, o contexto de atuação desses(as) catadores(as) é repleto de atividades reservadas a uma classe de homens e mulheres subproletarizados, que se tornam historicamente condenados pelo seu contexto político e social (COSTA, 2004), sendo a exclusão, a marginalização e a invisibilidade social uma realidade presente na vida desses sujeitos sociais.

Foi no contexto francês, na década de 1980, que o conceito de exclusão social tomou mais corpo no âmbito da Teoria Social, estando esse conceito voltado para designar as pessoas que haviam se tornado supérfluas à lógica da produção capitalista (MAGALHÃES, 2016)⁵. Nesse sentido, a exclusão social se torna um sinônimo da perda de referência social, pois ela não pode ser entendida apenas como a impossibilidade da garantia da sobrevivência física, mas também como um sentimento de não poder desfrutar de bens e oportunidade que as demais pessoas desfrutam (FERRAZ; CAVEDON, 2008). Nesse sentido, segundo Magalhães (2016),

⁵ Apesar de a autora dar o entendimento de que o conceito de exclusão social está associado às pessoas que ficaram à margem da produção do capital, é preciso ressaltar que as pessoas em condição de marginalidade social não vivenciam esse contexto por não fazerem parte dessa produção, na realidade, é justamente o contrário. É o fato de estarem inseridas na lógica capitalista que explica essa exclusão social. Mesmo não fazendo parte do mercado de trabalho formal, o capitalismo assimila esses trabalhadores e trabalhadoras, seja por meio da informalidade, do trabalho escravo, análogo à escravidão ou, como bem apontado por Marx (2013), na forma de exército de reserva.

a exclusão social no Brasil deve ser caracterizada como uma ruptura e uma fragilização dos vínculos nas várias dimensões da vida social.

A exclusão social é um conceito em disputa, o que não é muito diferente quando falamos de marginalização. A concepção do que seja a marginalidade e a caracterização das pessoas que são enquadradas como marginais, frequentemente, gera várias disputas entre os autores e autoras que estudam essa temática (COELHO, 1979), não sendo o objetivo aqui o aprofundamento dessa discussão. Entretanto, segundo o mesmo autor, é importante lembrar que a simples escolha pelo termo marginalidade já implica uma série de concepções teóricas, normativas e ideológicas. Coelho (1979) ressalta ainda que, independentemente das opções semânticas do termo, o entendimento de população marginal normalmente se centra naquela que é formada pelas pessoas que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza.

Os(As) catadores(as) também estão inseridos(as) em um contexto que Costa (2004) chama de invisibilidade pública⁶, isto é, uma espécie de desaparecimento psicossocial de algumas pessoas em meio às demais. Entretanto, caberia a nós refletir se essa invisibilidade, de fato, está no(a) catador(a) ou no nosso olhar que insiste, muitas vezes, em não enxergá-lo(a). É por isso que Torres (2008) defende que a condição de excluído ou invisível não é resultante da vontade individual, mas sim da ruptura dos vínculos sociais.

Mesmo exercendo um papel importante na sociedade, o contexto dos catadores e catadoras, geralmente, é marcado por descaso, preconceito e violência, assim como descrito por um ofício⁷ da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), escrito em 1979, descrevendo bem o estereótipo desse(a) catador(a) como sendo um “[...] *mendigo, via de regra que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósito de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa, à margem da lei*”.

Segundo Filardi, Siqueira e Binotto (2011), esse(a) catador(a), que é produzido nesse contexto, ocupa um lugar de contraditoriedade no sistema social, pois, ao mesmo tempo em que o trabalho lhe possibilita um nível de renda, por outro lado, sofre o preconceito da população, considerando os estigmas que envolvem seu trabalho. Por isso, Ferraz e Cavedon (2008) atentam para o fato de que não é apenas a viabilidade econômica que está em jogo, mas também questões que envolvem o desenvolvimento desses sujeitos que, mesmo excluídos, podem

⁶ Apesar de Costa utilizar esse termo para se remeter à figura dos garis, penso que ele pode ser usado também para outras categorias de trabalhadores(as) que apresentam um contexto semelhante ao deles, como, por exemplo, o caso dos catadores(as).

⁷ Ofício GAB 3679/558/79.

almejar o reconhecimento de seus direitos humanos mais básicos. Essa condição de exclusão social e de figuras desqualificadas para o mercado formal de trabalho demonstra que, mesmo com várias adversidades, os(a) catadores(as) lutam dia a dia por sua sobrevivência, tendo de reinventar formas alternativas para sobreviver (COSTA; PATO, 2016).

Segundo Dias (2002a), de modo geral, as diferentes sociedades ao longo da história têm uma relação de afastamento e de desprezo com os resíduos por ela produzidos e, dessa forma, os estigmas relacionados ao lixo são transferidos para as pessoas que trabalham ou estão próximas dele, como é o caso de catadores(as) e garis. Corroborando isso, Filardi, Siqueira e Binotto (2011) apontam que esse significado social que atribuímos historicamente ao lixo, como algo de que se deve manter distância, dificulta uma mudança cultural e, conseqüentemente, uma ação conjunta que altere a lógica do descarte.

O conceito de lixo está associado à ideia daquilo que já foi usado e não possui mais utilidade para ser consumido ou reaproveitado, dessa forma, incorporamos o entendimento de que o conceito de lixo está associado ao que não tem valor, utilidade ou é indesejável (PINTO; PEREIRA; FREITAS, 2012). Nesse sentido, tendemos a ver o lixo como algo sujo, desprezível, sem valor e, geralmente, não nos importamos muito com a sua destinação e nem com o percurso que o mesmo terá até chegar ao seu “destino final”, o que configura um dos grandes problemas da falta de educação ambiental em nossa sociedade. Apesar de já se ter algumas iniciativas importantes que procuram ressignificar essa visão sobre o lixo, como cooperativas e associações de catadores(as), Baptista (2015) chama a atenção para o fato de que foi somente após implicações de ordem social, econômica, cultural e ambiental que o lixo começou a ser dotado de valor, como material reciclável.

O material reciclável é a alternativa que os(as) catadores(as) encontram para proporcionar uma condição de vida mais “digna” em comparação à que viviam anteriormente, pois é do material que conseguem retirar seu sustento. Já não se trata do lixo renegado, mas do material reciclável que pode trazer alguma alegria, satisfação e alívio por satisfazer as necessidades humanas mais básicas (MIURA; SAWAIA, 2013). Aquilo que nós consideramos lixo, para muitos(as) catadores(as), é uma forma de aquisição de alimento, para se “nutrirem”; de roupas, para aquecerem seus corpos; de objetos, muitas vezes usados como utensílios de cozinha. Dessa forma, o material reciclável não é apenas uma matéria-prima que se troca por dinheiro, para esses(as) catadores(as), ele também é visto como uma maneira de garantir a continuidade da vida. Segundo Martins et al. (2016), no contexto dos(as) catadores(as), o material recolhido pode representar o fortalecimento do coletivo, a conscientização socioambiental e a preocupação com a realidade desumana em que estão inseridos(as).

Segundo Baptista (2015), quando falamos de lixo, muitas vezes, vemos o seu aspecto mais superficial e não atentamos muito para algumas reflexões, tais como: quem fará o trabalho sujo?; quem fará o trabalho insalubre, de estar em contato com materiais que podem causar doenças?; o trabalho de respirar o odor fétido do “lixo dos outros”? ou; quem fará o trabalho de gerar valor daquilo que foi usado e descartado pelos outros? Mesmo com a nossa visão, muitas vezes pobre e limitada, sobre o material reciclável e o que ele pode nos gerar em termos sociais mais amplos, para as pessoas que sobrevivem dele, há um outro entendimento: ele passa a significar a garantia de suas necessidades mais básicas, assim como de novas possibilidades afetivas e de trabalho (MIURA; SAWAIA, 2013). A questão do material reciclável não é importante apenas como uma forma de gerar valor na cadeia, pois ela nos leva também a refletir sobre os padrões de consumo e de produção na sociedade, assim como seus impactos socioambientais (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

Magalhães (2016) aponta que os(as) catadores(as) estão imersos em um contexto problemático, pois, ao mesmo tempo que se beneficiam pelo retorno dos produtos ao seu ciclo de vida, são, por outro lado, excluídos(as) e marginalizados(as). Nesse sentido, o mesmo autor destaca que os(as) catadores(as) são vítimas de preconceitos pelo fato de trabalharem com o lixo, constituindo parte da parcela mais pobre da população, não tendo acesso, portanto, a uma série de direitos e condições que somente uma renda mais elevada propiciaria.

2.1.1 Um trabalho paradoxal na cadeia de reciclagem

O surgimento da figura de catador(a), ligada aos movimentos ambientalistas, constitui um jogo em que há a promoção do(a) catador(a) como um agente ambiental, imagem muitas vezes romantizada (BARTOLI, 2013) e, também, um silenciamento e uma não problematização das reais condições de trabalho nas quais esse(a) catador(a) está inserido(a). Segundo Magalhães (2016), do ponto de vista econômico e social, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis ocupam uma posição paradoxal. Por um lado, ao desempenharem uma atividade produtiva por meio de seu trabalho, criam valor para determinado resíduo e conseguem inseri-lo novamente na cadeia produtiva (Baptista, 2015). Do outro lado, esses catadores e catadoras vivenciam condições de trabalho, muitas vezes, subumanas e têm pouco ou quase nenhum reconhecimento pelo importante trabalho que desempenham na sociedade.

No ano de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) reconheceu como profissão a atuação de catador(a), sendo isso um marco importante na promoção de uma maior visibilidade das ações dos(as) catadores(as) na sociedade. Bastos e Araújo (2015) ressaltam que

os(as) catadores(as), ao retirarem do meio ambiente grande quantidade de resíduos, fomentam a indústria de recicláveis e desenvolvem um papel fundamental dentro da cadeia dos resíduos sólidos. Segundo Magalhães (2016), embora o(a) catador(a) não seja o único elo da cadeia que existe entre o descarte do lixo e a sua reintrodução na indústria, ele é o grande responsável pela transformação do *status* do material. Dessa forma, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis recolhem o lixo e o “ressignificam” como sinônimo de sobrevivência (COSTA; PATO, 2016).

Os(As) catadores(as) são considerados importantes atores na realização de serviços de limpeza urbana, pois, ao realizarem a coleta seletiva dos materiais recicláveis, evitam que esse material acabe indo parar em aterros ou lixões⁸ e, dessa forma, contribuem para a preservação ambiental por meio da reciclagem (BARTOLI, 2013). Apesar de os(as) catadores(as) de materiais recicláveis desempenharem um papel importante na economia e no meio ambiente, esses(as) trabalhadores(as), geralmente, não são reconhecidos pela sociedade, pois são vistos como pessoas “sujas” que só mexem com “lixo” (BASTOS; ARAÚJOR, 2015).

Costa e Pato (2016) apontam que há uma relação dialética no trabalho dos(as) catadores(as), pois, ao mesmo tempo em que são agentes que contribuem para a educação ambiental, sobrevivem em condições subumanas, sendo até comparados ao produto que lhes geram renda, isto é, o lixo. Nesse sentido, o que percebemos é que um dos problemas, hoje, não está mais em reconhecer o(a) catador(a) como um profissional, mas sim em garantir seu direito às condições de trabalho, de dignidade e de vida para além da sobrevivência (MIURA; SAWAIA, 2013).

Segundo Pereira e Teixeira (2011), a sobrevivência por meio da coleta de materiais nas cidades desnuda uma das faces da elevada desigualdade social presente no país, mostrando que aqueles que sobrevivem do lixo, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, trabalham em condições adversas e precárias. Baptista (2015), em um sentido mais específico, também aponta isso, ao dizer que as pessoas que trabalham com esse tipo de material lidam diariamente com

⁸ A título de informação, acho pertinente explicar as principais diferenças entre um lixão e um aterro, já que isso faz parte da história de vida de vários(as) catadores(as) pelo país afora. Um lixão é uma área em que são depositados resíduos sólidos a céu aberto, não possuindo nenhum sistema que evite danos ambientais ou sociais. Nesses lixões, há a presença de roedores, pássaros, mosquitos e seres humanos. Estes últimos, mesmo estando expostos a riscos físicos e biológicos, buscam encontrar comida ou algum material que possam vender. Já o aterro sanitário é uma área que foi planejada para receber os resíduos sólidos. Nela, há a presença de uma manta de PVC que impermeabiliza o solo, evitando que algum resíduo contamine o solo e o lençol freático, há também a presença de tubos, que fazem a drenagem do chorume e de gases gerados pela decomposição do material, e o lixo é coberto com uma cobertura de terra e grama. A lei 12.305/2010, conhecida como Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre várias coisas, determinou um prazo de, no máximo, dois anos para que todos os municípios do Brasil apresentassem um plano integrado de resíduos sólidos e finalizassem suas atividades nos lixões. Essa proposta é muito interessante, mas é uma pena o fato de ela não dizer absolutamente nada sobre o que nós fazemos com as pessoas que (sobre)vivem nesses lugares.

condições precárias e adversas em termos de garantias trabalhistas e assistenciais. A exclusão social e o mercado de trabalho informal provocam, além de doenças físicas, uma vez que trabalham com lixo de forma insalubre, sofrimento humano, pelo fato de serem estigmatizados e renegados cotidianamente na sociedade (MIURA; SAWAIA, 2013).

Apesar de a cadeia produtiva brasileira de recicláveis ser admirada, com a atuação de várias pessoas em empresas, associações e cooperativas, muitas vezes, são apenas os empresários que mais se beneficiam, a partir de um ciclo vicioso de exploração do trabalho dos(as) catadores(as) (BAPTISTA, 2015). Pereira e Teixeira (2011) corroboram esse argumento ao apontarem que são os proprietários das empresas de reciclagem que englobam os grandes lucros, valendo-se muitas vezes do discurso da responsabilidade socioambiental para escamotear a necessidade de se repensar o consumo, a mudança dos padrões de produção e a exploração do trabalho dos(as) catadores(as) pela sociedade e pelo poder público.

Segundo Torres (2008), a gestão de resíduos sólidos no Brasil tem sido considerada uma grande problemática em termos de soluções práticas, devido ao pouco beneficiamento que temos feito dessa gestão e à incidência de catadores(as) informais nas ruas e em vazadouros a céu aberto. Um ponto importante é que o Brasil é um dos países que mais reciclam materiais (em termos de quantidade), contudo o que não é muito evidente é que a maior parte do material que é recolhido para este fim vem do trabalho de catadores(as) de rua e de organizações de materiais recicláveis. Pereira e Teixeira (2011) alertam para o fato de que há muito o que se fazer, uma vez que essa gestão é um grande desafio não apenas em termos econômicos e tecnológicos, mas também políticos, já que ela envolve a escolha de qual modelo de sociedade queremos.

O processo de reciclagem envolve várias etapas dentro da cadeia de valor, que vai desde a questão do descarte do material, passando pela coleta, até a chegada na indústria de beneficiamento. No modelo brasileiro, o critério adotado para a separação de matérias recicláveis é a característica física, isto é, os materiais são classificados como papéis, papelão, plásticos, metais ferrosos, alumínio e vidros. Apesar de a reciclagem não ser um assunto novo, ainda esbarramos em muitas dificuldades para a sua efetivação. Segundo dados da CEMPRE (2015), apenas 13% dos resíduos urbanos gerados no país são reciclados. Além disso, dos 5.570 municípios do Brasil, apenas 927 realizam coleta seletiva, com 28% da população sendo atendida por esse serviço de coleta.

Algo interessante de observarmos é que, apesar da destinação adequada de resíduos ser uma temática presente na agenda governamental desde os anos 1980, os programas de coleta seletiva, apesar do pequeno número, não são muito eficientes. Desses programas, apenas 2,4%

são realizados de forma seletiva, sendo o restante feito de maneira regular, isto é, tudo junto e misturado, o que dificulta a reutilização e a reciclagem do material coletado (IPEA, 2013). Segundo o mesmo instituto, esses baixos índices observados se devem aos inúmeros desafios que dificultam a implementação do serviço, já que envolvem vários aspectos, como sanitários, ambientais, administrativos, culturais e políticos.

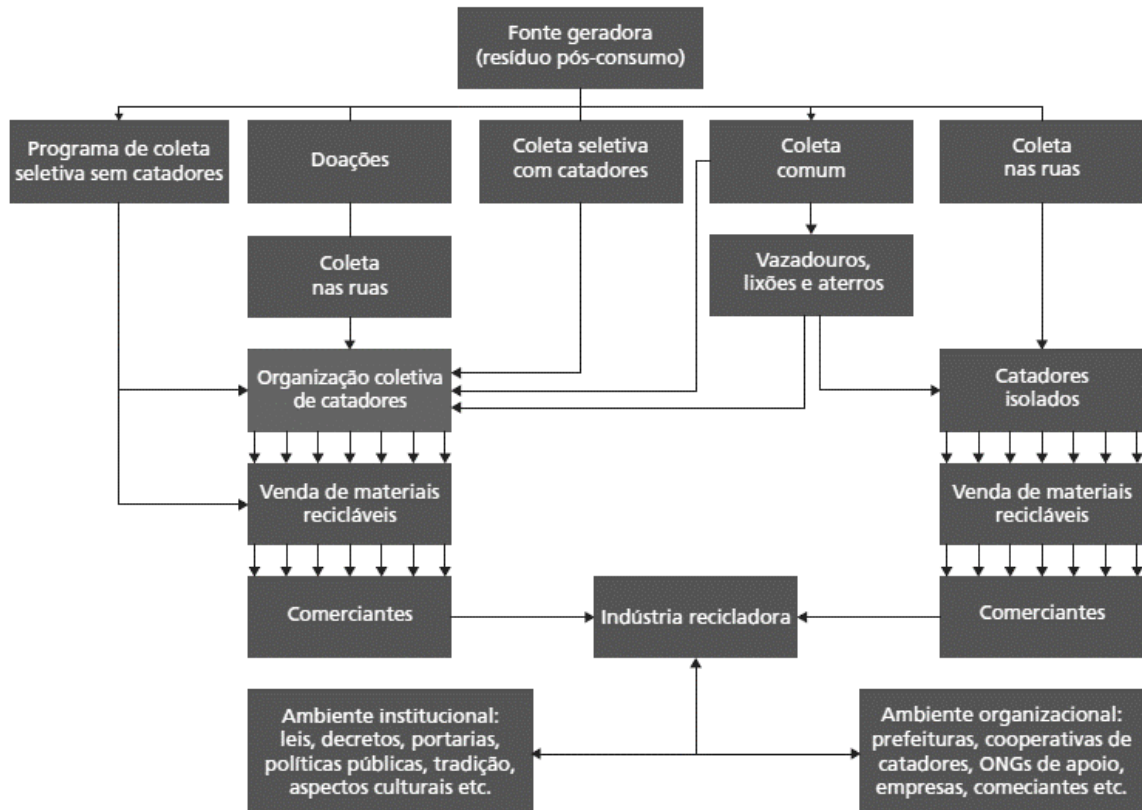
O serviço de limpeza urbana é um exemplo de como é problemática a cadeia de reciclagem no Brasil. Apesar de a terceirização ser um instrumento permitido por lei e visto como “estratégico” para muitas gestões, ele revela uma falha comum na implementação de programas de coleta seletiva. Geralmente, empresas terceirizadas para esse tipo de serviços são pagas de acordo com a quantidade e o volume de material recolhido. Aqui, temos um conflito de interesses, pois, para a empresa contratada, incentivar a redução de lixo é ser desfavorável aos seus interesses econômicos. Além disso, para a efetivação da reciclagem, é preciso haver todo um processo de triagem que exige a manutenção das melhores condições possíveis do material coletado. Contudo, o que observamos diariamente é que a maioria das empresas faz o uso de caminhões compactadores para realizar a coleta, o que dificulta ou, até mesmo, inviabiliza a reciclagem.

Apesar do baixo percentual de reciclagem, segundo o Ipea (2013), o país tem índices relativamente expressivos no reaproveitamento de alguns materiais, como do alumínio (77%) e do papelão (94%). Houve também alguns avanços observados nos últimos anos. Entre 1994 e 2008, por exemplo, o percentual de reciclagem de latas de alumínio aumentou de 56% para 91,5%, o de papel de 37% para 43,7%, o de embalagens PET de 18% para 54,8% e o de embalagens longa vida⁹ de 10% para 26,6% (IPEA, 2017).

A figura a seguir representa, de maneira resumida, o fluxograma da cadeia de reciclagem, mostrando as principais relações entre os atores envolvidos.

⁹ As embalagens longa vida ou cartonadas representam um caso muito interessante para a coleta seletiva. Essas embalagens são constituídas basicamente por três tipos de materiais: papel-cartão, folha de alumínio e plástico. A empresa que possui maior tecnologia atualmente para a produção desse tipo de embalagem é a conhecida Treta Pak. Essas embalagens oferecem inúmeros benefícios para a armazenagem de alimentos, por exemplo, evitam o contato com o oxigênio do ar, o que poderia causar a oxidação do alimento, impedem a entrada de luz que causaria a destruição de vitaminas importantes do alimento, propiciam maior tempo de conservação do alimento etc. Enfim, apresentam muitos benefícios para sua comercialização. Entretanto, essas embalagens possuem um problema e ele diz respeito à destinação final. Se você usa uma embalagem dessa e depois decide descartá-la em algum ponto de coleta de recicláveis, não há um lugar específico para isso. Pelo fato de ser constituída por mais de um elemento, esse tipo de embalagem não é considerado papel, nem plástico e muito menos alumínio. Isso é apenas um exemplo dos desafios que a cadeia de reciclagem enfrenta no nosso país.

Figura 1: Fluxograma da cadeia de reciclagem



Fonte: IPEA (2013).

Conforme o diagrama, os principais atores envolvidos são os(as) catadores(as) e suas variadas formas organizativas, a indústria de coleta, seja ela pública ou privada, os comerciantes intermediários, a indústria de reciclagem e o Estado, este último atuando com o papel regulador e legislador de políticas públicas. Nessa cadeia produtiva, há um pequeno número de indústrias responsáveis pela reciclagem, porém são elas que ocupam a posição de referência nessa cadeia. Na base, estão os(as) inúmeros(as) catadores(as), que coletam, separam, transportam e, até mesmo, beneficiam o material. Atuando de maneira formal ou informalmente, representam a parte mais vulnerável da cadeia e a mais prejudicada nessa estrutura organizacional. Apesar disso, segundo o Ipea (2013), os(as) catadores(as) são os grandes responsáveis por 90% de todo o material que é reciclado no país.

Com baixa escolaridade, morando em espaços irregulares e sem a qualificação profissional necessária para ingressar no mercado formal de emprego, os(as) catadores(as) encontram na coleta de materiais uma alternativa de reingressar na cadeia produtiva e de garantir a manutenção da vida (FERRAZ; BURIGO, 2012). A inclusão desses(as) catadores(as), muitas vezes, se dá de forma perversa, pelo fato de seu trabalho ser precário, com

condições inadequadas e sem muito reconhecimento perante a sociedade (BASTOS; ARAÚJO, 2015). Nesse sentido, a informalidade deve ser percebida como um resultado ainda inconcluso das relações de forças historicamente estabelecidas em torno da organização do trabalho (BOSI, 2008). A condição de pauperização desses trabalhadores evidencia o baixo valor de sua força de trabalho e do produto desse trabalho (FERRAZ; BURIGO, 2012). Até porque, não se trata apenas de reconhecer a organização capitalista do trabalho “informal”, mas também de perceber como nós, por meio desse tipo de organização, também reproduzimos e condicionamos as experiências e as práticas dos diversos sujeitos que participam desse processo (BOSI, 2008).

Em momentos diferentes ao longo da história, os trabalhadores conseguem conquistar alguns direitos no campo das disputas sociais e políticas, porém nem sempre conseguem manter essas conquistas por muito tempo¹⁰ (STERCHILE; BATISTA, 2011). Nesse sentido, não podemos desanimar, pois a questão que se coloca não é pararmos de lutar, mas, percebendo que a luta é uma categoria histórica, reinventarmos a forma também histórica de lutar (FREIRE, 1996). Assim, não podemos deixar de refletir sobre os processos de organização desses trabalhadores, o que contribui para a discussão de questões relacionadas às lutas por transformação social e pela construção de novos projetos de sociedade (BARTOLI, 2013).

Como exposto, a precarização das condições de trabalho se faz presente nas sociedades capitalistas em suas várias dimensões, contudo o mais importante é discutir e refletir que o atual sistema legitima uma lógica de produção, que propicia a exploração da força de trabalho e o aumento da produção do lixo.

2.1.2 Características sociais dos(as) catadores(as) no cenário brasileiro

Os dados que serão apresentados a seguir constituem características em termos de demografia, trabalho, renda e educação que foram elaborados a partir de informações divulgadas pelo Censo de 2010¹¹. Nesse sentido, é preciso nos atentarmos para algumas observações importantes. Segundo Dagnino e Johansen (2017), por se tratar de uma pesquisa domiciliar, ela não inclui em seu banco de dados pessoas que estão em condição de moradores

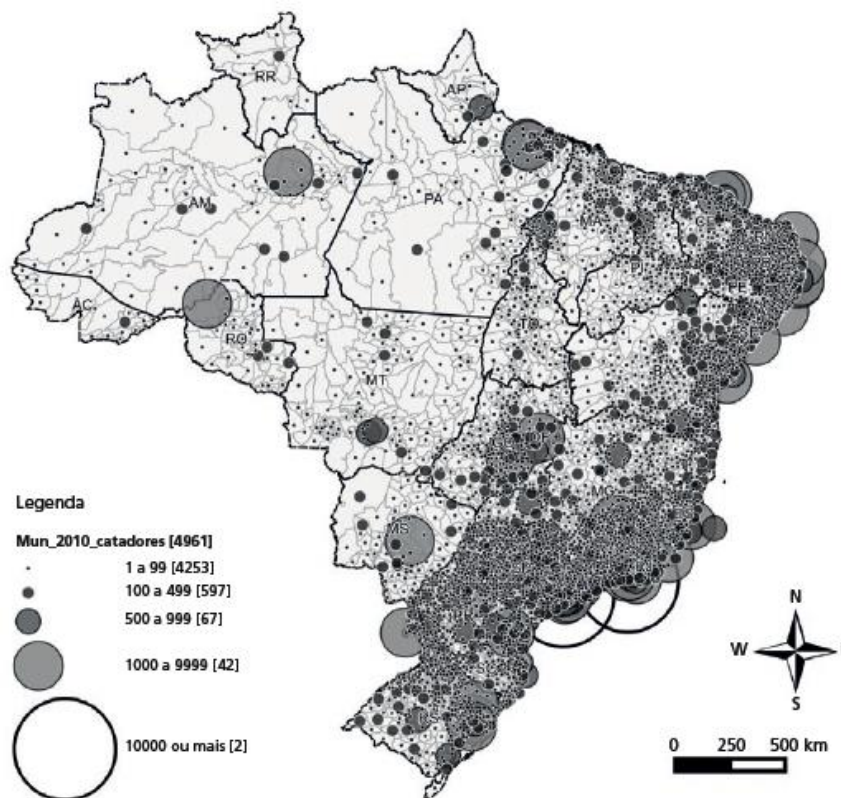
¹⁰ Creio que o momento pelo qual estamos passando em nosso país reflete muito bem essa afirmação, quando, a cada dia que passa, parece que acordamos com um direito a menos.

¹¹ Até pouco tempo, os(as) catadores(as) eram representados(as) nessas pesquisas por nomenclaturas que eles próprios rejeitavam. No Censo de 1990, por exemplo, constava a ocupação de lixeiro. Nos anos 2000, ela foi substituída por catadores de sucata. Apenas no Censo de 2010, a atividade foi devidamente reconhecida como catadores de materiais (IPEA, 2013).

de rua, por exemplo. Também, pelo fato de as informações recolhidas sobre ocupação e trabalho serem resultantes de dados coletados na amostra, mesmo a pesquisa sendo representativa, essas informações podem estar sujeitas a subestimações ou superestimações. Além disso, a classificação das ocupações é feita a partir da autodeclaração do entrevistado e definida pelo pesquisador com base em conceitos adotados pelos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os dados apresentados mostram que, apesar de algumas semelhanças, há uma heterogeneidade regional bem expressiva em relação à categoria profissional dos(as) catadores(as) no país, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 2: Mapa da Distribuição espacial e volume de catadores no Brasil a partir do Censo de 2010



Fonte: Extraído de Dagnino e Johansen (2017).

Em relação à distribuição espacial dos(as) catadores(as), a figura 2 mostra que eles residem em 4.961 municípios, o que representa quase 90% dos municípios brasileiros. O que chama a atenção no mapa são as regiões onde há maiores concentrações de catadores(as), como o Sudeste e o Nordeste do país. Talvez, a explicação para isso esteja no fato de essas regiões concentrarem maiores centros urbanos e produzirem maiores quantidades de lixo e,

consequentemente, de material reciclável. Só a região Sudeste corresponde a aproximadamente 42% do total, o que representa mais de 160.000 catadores(as) (IPEA, 2013). Segundo Dagnino e Johansen (2017), nas regiões em que há maiores volumes populacionais de catadores(as), é interessante pensar em políticas públicas que atendam a demanda da categoria para melhorar suas condições de trabalho e de vida. Já nas regiões em que o número desses profissionais é menor, é necessário incentivar a formação de cooperativas e associações para oferecerem capacitação para os envolvidos ingressarem no mercado de trabalho.

Ainda em relação aos aspectos demográficos, segundo o Ipea (2013), a média de idade entre as pessoas que trabalham com a atividade é de 39,4 anos e quase metade do total de catadores(as) está entre a faixa de 30 a 49 anos, enquanto 25% são representados por aqueles(as) que têm de 18 a 29 anos. A maioria desses(as) catadores(as) é formada pelo sexo masculino, cerca de 68,9% do total. No que diz respeito ao aspecto racial, os dados mostram que dois terços (66,1%) das pessoas que exercem a atividade de catador(a) de material reciclável se consideram negras. Em relação a esse último dado, ele não gera muita surpresa, uma vez que há uma relação muito expressiva entre pessoas negras e trabalhos socialmente menos valorizados.

As dimensões relativas ao trabalho e à renda apresentam uma grande heterogeneidade social e regional. Para termos uma ideia disso, apenas 38,6% dos(as) catadores(as) declarados(as) no Censo de 2010 possuíam alguma relação contratual de trabalho, seja na forma da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) ou por regime de trabalho com o poder público. Dito de outra maneira, a maioria desses(as) catadores(as) trabalha de maneira informal no país. A informalidade é problemática, principalmente no Brasil, porque ela é sinônimo de precarização das condições de trabalho.

Segundo o Ipea (2013), esses(as) catadores(as) recebiam, no período da pesquisa, uma renda média de R\$ 571,56, sendo que o valor do salário mínimo da época correspondia a R\$ 510,00. Portanto, recebiam 12% acima do “piso salarial”. É preciso ressaltar que o momento econômico da época era favorável, o que pode estar muito diferente nos dias atuais¹². Ao levarmos em consideração as dimensões de sexo e raça, as desigualdades se tornam mais expressivas. Segundo o mesmo instituto, analisando apenas o rendimento dos homens, a renda deles chega a R\$ 611,10, enquanto a delas é de R\$ 460, 54, isto é, as mulheres têm uma renda média que é 32% menor do que a dos homens¹³. Em relação à raça, os(as) catadores(as) de cor

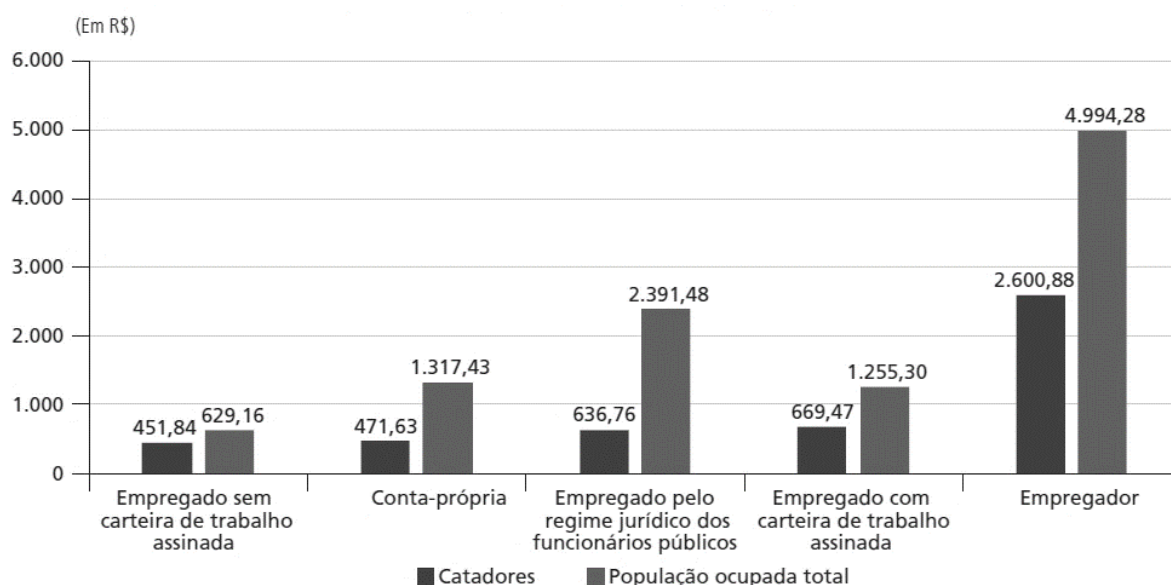
¹² Em uma conversa com uma associada da ASMARE, ela me disse que já chegou a ganhar de dois a três salários quando o momento era favorável. Veremos nas análises com está essa situação atualmente.

¹³ A desigualdade entre homens e mulheres é um problema histórico. Elas conquistaram alguns direitos importantes nos últimos anos, mas ainda há um longo caminho de luta pela frente. É difícil de acreditar, mas, em pleno século

branca chegam a receber 22% a mais do que os(as) catadores(as) pretos ou pardos. Apesar de esses dados se referirem especificadamente aos(as) catadores(as), eles podem ser observados em várias categorias profissionais pelo país.

O gráfico a seguir faz um comparativo do rendimento dos(as) catadores(as) com outras posições de trabalho. Pela leitura do gráfico, verificamos que o rendimento deles(as) é inferior ao rendimento de todas as outras posições:

Gráfico 1: Média de rendimento no trabalho principal de catadores e população ocupada total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal (2010)



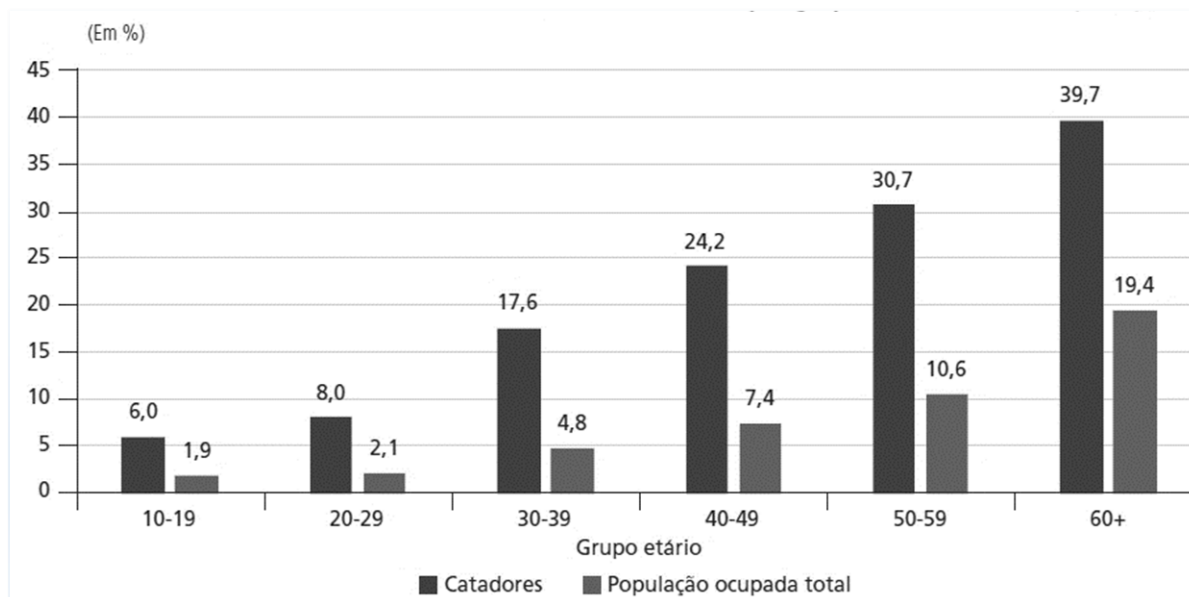
Fonte: Extraído de Dagnino e Johansen (2017).

Além das desigualdades apresentadas em termos de demografia, rendimento e trabalho, a educação também é um fator preocupante. Apesar de haver um aumento em relação à quantidade de anos de estudo na população em geral, segundo o Censo de 2010, o país apresentou taxas médias de analfabetismo de 9,4%. O analfabetismo não é um problema apenas em termos da desigualdade presente na educação formal, mas também em termos sociais. Uma pessoa que não sabe ler e nem escrever terá muitas limitações em termos de oportunidades de emprego e inclusão social, o que impactaria diretamente na sua qualidade de vida. Segundo o Ipea (2013), o percentual de analfabetismo entre os(as) catadores(as) é maior do que 20%, ou seja, mais do que o dobro, se comparamos à média nacional.

XXI, as mulheres, estando nas mesmas profissões e tendo o mesmo grau de instrução, recebem 30% a menos do que os homens. E, se elas foram negras e pobres, essa diferença pode chegar a 70%.

O gráfico 2 mostra, de forma mais precisa, o comparativo da taxa de analfabetismo entre os(as) catadores(as) e a população em geral em relação à faixa etária, revelando como a situação educacional deles(as) ainda é problemática.

Gráfico 2: Taxa de analfabetismo da população ocupada total e dos catadores (2010)



Fonte: Extraído de Dagnino e Johansen (2017).

2.1.3 Organização dos(as) catadores(as) no país: crescimento e limitações

Desde os anos de 1960, várias experiências, muitas delas apoiadas pelas pastorais da Igreja Católica, organizações não governamentais (ONGs) e universidades, têm buscado a aproximação com catadores(as) e a população em condição de moradores de rua (SANT'ANA; MAETELLO, 2016). Segundo Pereira e Teixeira (2011), ao longo das décadas seguintes, várias iniciativas como associações e cooperativas de catadores(as) formaram-se no Brasil, sendo muitas delas apoiadas por governos locais por meio de programas de coleta seletiva.

Segundo Bartoli (2013), a organização desses(as) trabalhadores(as) no Brasil começou com a formação de associações e cooperativas de catadores(as) na década de 1990 e ganhou mais visibilidade a partir de 1999 por meio do MNCR¹⁴ (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis). Além dos próprios(as) catadores(as), diversos outros atores estão envolvidos, como indústrias, consumidores, organizações da sociedade civil e poder público. Contudo, são os(as) catadores(as) os principais agentes que têm se organizado por meio de

¹⁴ Para mais informações, acesse: www.mnncr.org.br.

cooperativas e de associações desde o final da década de 1980 (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011). O que é importante de destacar é que tais processos não foram simples e nem lineares, pois estiveram marcados por dinâmicas variadas e conflitos sociais.

O quadro a seguir traz alguns fatores históricos que ajudaram a impulsionar o movimento e a organização dos(as) catadores(as) no país.

Quadro 1: Descrição de alguns marcos históricos no movimento e na organização dos(as) catadores(as)

Ano	Acontecimento	Descrição
1998	Fórum Nacional Lixo e Cidadania	Coordenado pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o fórum teve como proposta a erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país. Para tanto, foi lançada a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais” ¹⁵ . Essa iniciativa foi muito influenciada pela experiência anterior que a ASMARE desenvolveu em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte, que resultou em um projeto pioneiro de coleta seletiva realizado desde 1990.
1999	I Congresso Nacional dos Catadores de Papel	Nesse congresso, que ocorreu em Belo Horizonte, foi discutida a ideia de se criar um movimento nacional de catadores, tendo como organizadores o Fórum Nacional de Estudos sobre os Sem-Teto, apoiados pelas Pastorais de Rua, pelo Poder Público municipal e outros agentes.
	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	Criado durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) chegou a reunir mais de 1.700 catadores(as) e, como consequência, resultou na elaboração da Carta de Brasília, documento que expressava as necessidades e as demandas da categoria, assim como seus princípios de atuação política. Além disso, o MNCR foi muito importante para o fortalecimento coletivo dos catadores, que passaram a se reconhecer nacionalmente

¹⁵ Segundo pesquisa da UNICEF de 1998, 45 mil crianças de famílias brasileiras trabalhavam com catação de resíduos sólidos nas ruas e lixões a céu aberto, sendo que 30% delas não frequentavam a escola (IPEA, 2013).

2001		como catadores de material reciclável e não mais como sucateiros ou catadores de lixo (termos depreciativos). Atualmente, o MNCR é reconhecido como a maior organização nacional de defesa dos interesses dos catadores do mundo.
	Festival Lixo e Cidadania	Realizado na cidade de Belo Horizonte, a proposta do festival era proporcionar aos catadores de várias regiões do país um espaço de encontro e discussões importantes para a categoria. Como o evento teve uma repercussão muito positiva em promover uma maior visibilidade do trabalho dos catadores perante à sociedade, ele passou a ser realizado anualmente.
2002	Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego	A portaria reconheceu a atividade profissional dos catadores e a inseriu na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Dessa forma, a categoria profissional de “catador de material reciclável” passou a ser reconhecida em todo o território nacional, o que foi um marco importante na luta dos catadores.
2003	Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC) ¹⁶	O comitê foi criado com o objetivo de coordenar as ações de estrutura do governo federal. Ele reuniu treze ministérios e teve como principais agentes financiadores da cadeia de reciclagem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
	I Congresso Latino-americano de Catadores	No congresso, foi feita a divulgação da “Carta de Caxias do Sul”, que teve o objetivo de aproximar o diálogo e unificar as reivindicações de vários catadores na América Latina, em especial, no Mercosul.
2005	II Congresso Latino-americano de Catadores	Nesse evento, o movimento direcionou suas ações para orientar o fortalecimento de associações e cooperativas, assim como políticas e normas relativas aos catadores.

¹⁶ O nome inicial foi alterado em 2010 para Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

2006	Decreto Presidencial nº 5.940	Esse decreto instituiu a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Além disso, o documento obriga a destinação do material reciclável a cooperativas e associações de catadores locais.
2007	Lei nº 11.445	A lei da Política Nacional de Saneamento Básico, em seu artigo 57, dispensa a licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva pelo poder público municipal.
2008	III Congresso Latino-americano de Catadores de Material Reciclável	Realizado na Colômbia, o congresso proclamou a “Carta de Bogotá”. Essa carta teve como ponto central estimular o compromisso das organizações participantes para se mobilizarem e lutarem pelo reconhecimento da profissão de catador.
2010	Lei nº 12.305	A lei da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) trouxe muitos pontos importantes para os catadores. Entre eles, se destaca a responsabilidade compartilhada entre todos os agentes envolvidos no processo de fabricação, descarte e reciclagem pelo ciclo de vida dos produtos (logística reversa). Na mesma lei, há o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e social que promove trabalho e renda. Além disso, a PNRS prioriza o acesso de recursos da União aos municípios que possuam serviços de gerenciamento de resíduos com a participação de cooperativas ou associações. E cria a possibilidade de incentivos financeiros (crédito e fiscais) como estímulo à reciclagem e ao fortalecimento de organizações de catadores.
	Programa Pró-Catador	O Programa Pró-Catador tem como objetivo a integração e a articulação das ações do governo federal voltadas para apoiar a organização produtiva de catadores de materiais recicláveis, a melhoria de suas condições de trabalho e sua inclusão social e econômica.

Fonte: Retirado de Ipea (2013) e elaborado pelo autor.

Os(As) catadores(as) de materiais recicláveis são uma categoria de trabalhadores(as) em crescimento. Para se ter uma ideia disso, segundo Bartoli (2013), entre os anos de 1999 e 2004, o número de catadores(as) no Brasil aumentou de 150 mil para 500 mil, e a estimava é de que esse número seja muito maior atualmente. Segundo Magalhães (2016), dados divulgados pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis apontam que há cerca de 1 milhão de catadores(as) no país. Mesmo que não haja uma contabilidade exata do número de catadores(as), é expressiva a quantidade de pessoas que sobrevivem do trabalho da coleta de materiais recicláveis.

Segundo Ferraz e Burigo (2012), desde os anos 1990, o setor de reciclagem tem demonstrado um crescimento considerável, tendo como fatores que contribuíram para o desenvolvimento da cadeia: a necessidade de maximização dos recursos, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e o aumento do consumo. O(A) catador(a) participa desse processo quando reconhece sua realidade e busca formas de se organizar, como associações e cooperativas, nesse sentido, essa atuação não é só um exercício de sobrevivência, mas é também o da luta diária por melhores condições de vida (COSTA; PATO, 2016).

Do ponto de vista da caracterização das organizações dos(as) catadores(as) no país, há registros de que os empreendimentos coletivos começaram no início da década de 1980, contudo, segundo dados do Ipea (2017), a maior parte deles foram criados a pouco tempo. Segundo o instituto, mais da metade (cerca de 56,5%) das associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis surgiu a partir de 2005. Os acontecimentos, descritos no quadro 1, talvez, ajudem a explicar um pouco isso.

Em termos de divisão regional, a maior parte dessas organizações se concentra na região sudeste do país (324 ou 54,8% do total). Até o ano de 2010, havia um total de 1.175 cooperativas ou associações de catadores(as), sendo distribuídas em mais de 600 municípios (IPEA, 2013). Outro dado importante é que, do total desses empreendimentos, boa parte atua na informalidade (40,3%), enquanto as associações representam 31,3% e as cooperativas 28,3% do restante. Em relação aos participantes, essas organizações possuem cerca de 15.732 associados(as), sendo a maioria formada por mulheres (59,9%). Mesmo assim, mais da metade dessas associações e cooperativas não possuem mais do que 20 membros, e apenas 3,2% delas têm mais do que 100 associados(as) (IPEA, 2017).

Em termos de distribuição regional, há uma grande concentração desses empreendimentos em algumas regiões do país. Somente a região Sudeste representa quase 50% do total de cooperativas e associações, seguido pela região Sul, com 28%. Segundo dados do Ipea (2013), somente o estado de São Paulo possui 276 empreendimentos mapeados. Contudo,

um dado que chama a atenção é que o percentual de associativismo entre os(as) catadores(as) é de apenas 10%.

Nos últimos anos, houve uma maior articulação por parte dos(as) catadores(as) e outras organizações na procura de superarem as limitações estruturais e organizativas que os impedem agregar valor ao seu trabalho. A organização desses atores ajuda a fortalecer as relações entre os envolvidos, o que pode trazer algumas melhorias para os(as) catadores(as), como, agregar mais valor ao material recolhido, superar alguns gargalos da cadeia de reciclagem, potencializar a produção e o poder de barganha do preço do material, avançar nas negociações com o poder público, empresas e parceiros e, principalmente, maior capacidade de mobilização política na luta por melhorias nas condições de trabalho e garantias trabalhistas. Para além de ganhos econômicos, segundo o Ipea (2013), o trabalho em conjunto possibilita um intercâmbio de informações e a formação de um movimento que possa reivindicar direitos e serviços públicos.

A aprovação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei 12.305/2010, fortaleceu os(as) catadores(as) e as cooperativas de reciclagem (BASTOS; ARAÚJOR, 2015), dando uma maior visibilidade à atuação deles(as). Contudo, se, por um lado, o poder público destaca o papel central que os(as) catadores(as) têm no processo de reaproveitamento do material, por outro, o baixo valor da remuneração recebida por esses(as) trabalhadores(as) e as adversas condições de trabalho demonstram a exploração da força de trabalho, via precarização das relações de trabalho, inclusive, até mesmo no âmbito da esfera pública (FERRAZ; MUELLER, 2013).

Segundo Baptista (2015), as organizações formadas por catadores(as) vivenciam um contexto de desamparo estrutural, ainda que estejam se estruturando e se organizando gradativamente. O autor pontua que elas necessitam de auxílio jurídico, financeiro, cultural e educacional, o que, muitas vezes, se torna um obstáculo para o crescimento e até mesmo para a manutenção dessas organizações. Por isso, é preciso que os catadores(as) se organizem e criem redes com outros catadores que atuam em condições de trabalho muito parecidas, uma vez que as manifestações e reivindicações do segmento por reconhecimento podem dar mais visibilidade às atividades que desenvolvem e, nesse movimento, fortalecerem suas lutas (BARTOLI, 2013).

Para Bartoli (2013), há uma fronteira muito tênue entre os interesses dos(as) catadores(as), construídos nas manifestações e lutas sociais, e os interesses dos empresários na indústria da coleta e reciclagem do lixo urbano. Nessa relação de interesses, por um lado, oferece a oportunidade para os(as) catadores(as) se organizarem e lutarem por melhores

condições de trabalho e, por outro, fornece atendimento aos propósitos das instituições, alinhados aos interesses da gestão da indústria da reciclagem.

Historicamente, o setor de reciclagem no Brasil tem se desenvolvido por meio das atividades de indivíduos que sustentam o baixo custo do recolhimento do material descartado pela população (FERRAZ; BURIGO, 2012). O incentivo à reciclagem, impulsionado pelo discurso da sustentabilidade, contribui com o sistema capitalista ao oferecer matéria-prima para a cadeia produtiva e permitir a exploração da força de trabalho na figura do(a) catador(a) (STERCHILE; BATISTA, 2011). De acordo com Baptista (2015), o principal ator desse cenário é o(a) catador(a) de reciclável, que tira o seu sustento das ruas e busca livrar-se dos sucateiros e da exclusão social propiciada pelo modelo capitalista, formando, como alternativa, cooperativas de materiais ou associações de catadores(as).

Os(As) catadores(as), excluídos do mercado formal de trabalho e do mercado de consumo, apóiam-se nessas iniciativas populares de geração de emprego e renda, sendo que, em algumas circunstâncias, essa ação é incentivada pelo poder público (CAVEDON; FERRAZ, 2006). A responsabilidade quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos pertence ao Estado, contudo ele não responde a essa necessidade de forma direta. Como alternativa, os agentes do Estado promovem iniciativas para a execução do serviço, transferindo a responsabilidade pública do serviço a terceiros e legitimando o mercado informal de trabalho (STERCHILE; BATISTA, 2011).

2.2 Autogestão: uma cestinha rica de possibilidades e limitações

O termo “autogestão”, relativamente recente, teve sua origem na língua francesa no início da década de 1960 e surgiu para representar a experiência política e econômica da Iugoslávia, servindo como uma alternativa ao stalinismo (ALMEIDA, 1983). Já Flach (2011) aponta que a lógica de organizações autogestionárias, sendo derivada do conflito entre capital e trabalho, não é nova e teria a mesma idade da empresa industrial. Para Pinheiro e Paula (2016), a terminologia autogestão diz respeito a uma “gestão autônoma” que se mostra contrária à heterogestão, que significa “gestão pelo outro”.

Segundo Ferraz e Dias (2008), a autogestão, quando estudada a partir de uma abordagem sociológica, apresenta duas perspectivas, a marxista¹⁷ e a proudhoniana, apesar de que nenhum teórico dessas duas abordagens chegou a usar a palavra “autogestão” em seus estudos. As mesmas autoras apontam que, resumidamente, a autogestão em Proudhon pode ser vista quando ele fala sobre as associações mútuas; já em Marx, ela representa a livre associação de homens iguais numa sociedade sem classes. Apesar de na literatura haver várias definições sobre o termo, muitas delas apontam, direta ou indiretamente, para a ideia de vermos a autogestão como uma forma alternativa de organização social frente aos modelos hegemônicos de gestão. Esse será o entendimento sobre autogestão que adoto neste trabalho.

Esta definição simples, mas não menos completa, nos ajuda a evitar certas armadilhas teóricas em que muitos autores caem ao propor definições de autogestão compostas por termos que têm um caráter muito relativo, tais como “autonomia”, “participação”, “subversão”, “ganhos sociais”, “não hierarquias” etc. Nesse sentido, Pinheiro e Paula (2016) apontam que a ideia de autogestão implica uma pluralidade conceitual, estando esse conceito em constante disputa, por isso, esse modelo alternativo de organização deve ser entendido de forma processual e em construção (GONÇALVES; SANTOS; CAPELARI, 2012).

Uma outra limitação quando falamos sobre autogestão é a apropriação do termo na área da administração. Ferraz e Dias (2008) argumentam que a apropriação desse termo no campo das ciências administrativas (aqui, mais propriamente, nas abordagens mais funcionalistas) fez com que a ideia de autogestão perdesse o seu enfoque social, em detrimento do aspecto econômico, fazendo com que a autogestão ganhasse uma visão gerencialista. As mesmas

¹⁷ No lugar de uma sociedade marcada pelas diferenças e pelos antagonismos de classe, é preciso uma associação de trabalhadores, na qual o desenvolvimento livre de cada um represente a condição necessária para o desenvolvimento livre de todos (MARX; ENGELS, 2011). Esse entendimento de uma livre associação de produtores, talvez, represente o que seria a “autogestão” numa perspectiva marxiana.

autoras alegam ainda que muitos estudos realizados em organizações autogestionárias refletem práticas e técnicas de gestão voltadas para avaliar a eficiência e a eficácia econômica, mostrando, dessa forma, a influência de abordagens hegemônicas.

Apesar disso, uma das coisas mais interessantes de se estudar a autogestão é justamente a diversidade organizacional que ela pode propiciar, contudo muitos dos olhares que se voltam para as organizações autogestionárias recaem sobre duas percepções: em uma ponta, temos as pessoas que criticam e até mesmo rechaçam essa forma organizacional e na outra, as que a veneram, colocando-a em um pedestal. Essas visões dicotômicas são muito problemáticas, pois acabam minando as demais percepções que podemos ter sobre o mesmo fenômeno.

Para evitar esse problema, Klechen, Barreto e Paula (2011) propõe a ideia de vermos os níveis de autonomia e participação nessas organizações na forma de um *continuum*, no qual as estruturas organizacionais, por exemplo, poderiam ser em maior ou em menor grau burocráticas e hierárquicas, uma vez que, quando estudamos essas organizações de forma mais aprofundada, vemos que não há um tipo ideal. Dessa maneira, entendemos que a gestão é esse *continuum*, que possui em seus polos opostos a autogestão e a heterogestão (FERRAZ; DIAS, 2008).

O contexto em que as organizações autogestionárias estão inseridas é problemático e marcado por dilemas. Pois, se de um lado muitos gestores buscam mesclar práticas de heterogestão e de autogestão para um melhor desempenho e eficiência organizacional, objetivando retornos econômicos, por outro, muitas pessoas veem na autogestão uma alternativa ao sistema capitalista (KLECHEN; BARRETO; PAULA, 2011). Assim, há uma grande frustração por parte dos membros de cooperativas e associações, pois, muitas vezes, não conseguem competir em pé de igualdade com as empresas no mercado que atuam e também por não oferecerem um ambiente de trabalho que seja totalmente guiado pelos ideais dos trabalhadores (BENINI; BENINI, 2010). Apesar disso, há algumas experiências pautadas na autogestão que apresentam resultados econômicos e sociais similares ou até superiores aos de empresas tradicionais, como ressaltado por Pinheiro e Paula (2014) e Pinheiro (2013).

É preciso enfatizar que, mesmo atuando em empreendimentos de economia solidária, de cooperativas e de associações, os trabalhadores e trabalhadoras continuam a viver em um mundo capitalista (LOURENÇO, 2008). Dessa forma, a mudança de valores dos membros dessas organizações não é uma tarefa simples, pois precisam passar por um processo de transformação cultural que seja diferente ao da lógica racional de trabalho (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2011)

Os grupos autogestionários constituem uma importante forma de gestão social, uma vez que possibilitam olhares diferentes para pensarmos e desenvolvermos as organizações, frente

aos modelos tradicionais e hegemônicos que fazem parte do nosso cotidiano. Nesse sentido, os modelos alternativos não são uma forma de subversão à lógica capitalista, porém apresentam alternativas para se gerar pequenas rupturas em contextos específicos.

Os resultados gerados por grupos coletivos não são significativos apenas em termos financeiros, mas também pelos impactos sociais, culturais e formativos que essas organizações coletivas podem apresentar (PINHEIRO, 2013.) Assim, apesar de os discursos dominantes dizerem o contrário, do ponto de vista operacional, não há como afirmarmos que os grupos que se organizam de forma coletiva são menos eficientes do que as organizações tradicionais.

Muitas vezes, quando olhamos para essas formas alternativas de gestão, insistimos em ter um olhar fortemente influenciado pela lógica econômica. Normalmente, o conceito de eficiência que usamos para “medir” a efetividade das organizações, de modo geral, está desconectado de seu caráter histórico, uma vez que os critérios para avaliá-la estão orientados para uma racionalidade econômica – a racionalidade do capital (PINHEIRO; PAULA, 2014). Segundo os mesmos autores, se analisarmos sob a ótica coletivista, as organizações que se colocam como alternativas aos modelos tradicionais apresentam-se mais eficientes, uma vez que o impacto social gerado na comunidade é muito maior do que o propiciado por empresas tradicionais.

Apesar disso, ao se desenvolver processos de gestão coletivos, tensões e conflitos culturais são inerentes, por exemplo, a “necessidade” de hierarquia, o oportunismo dos indivíduos e a reprodução de ideologias dominantes. A própria questão de como esses grupos lidam com os recursos e como o tempo de trabalho é determinado, é diferente dos modelos mais burocráticos. Assim, seria muito idealista de nossa parte pensar e tentar desenvolver organizações autogestionárias sem reproduzir, em alguma instância, a lógica racional capitalista do processo de trabalho. Esse é um dos grandes desafios, se não o maior, que as pessoas que formam essas organizações enfrentam em seus cotidianos de trabalho.

Pensar em formas alternativas de gestão envolve a necessidade de se levar em conta o processo de socialização e a transformação de valores dos sujeitos, até porque não podemos negar que os indivíduos estão inseridos em contextos sociais específicos, que vão se alterando pelo seu caráter histórico. Nesse sentido, segundo Faria (2011), ao mesmo tempo em que as organizações constituem formas de dominação e controle, elas são também uma forma alternativa e eficiente de resistência e luta, propiciando movimentos coletivos de contestação. Dessa forma, é preciso problematizar a efetiva potencialidade das experiências de gestão, tanto no âmbito da reprodução ou da transformação das relações sociais de produção da vida material (FERRAZ; BURIGO, 2012).

Indo ao encontro disso, Ferraz e Dias (2008) chamam a atenção para visualizarmos possibilidades alternativas de um novo fazer político, econômico e social, mesmo que isso se dê de forma frágil. As autoras ainda enfatizam que é preciso compreender a autogestão das organizações como uma forma de fazer diferente do que se está fazendo no seio do sistema capitalista. Nesse sentido, a autogestão deve ser vista como um projeto em movimento, não podendo ser tomada como um modelo pronto e acabado, pois sua estrutura e organização, assim como sua própria existência, são resultantes do desejo, do pensamento e das ações dos sujeitos envolvidos (MISOCZKY; OLIVEIRA; PASSOS, 2003).

No momento em que os(as) catadores(as) optam por formarem associações ou cooperativas, muitas vezes, impõe-se a necessidade de gestão do empreendimento e, nessa hora, há o surgimento de limitações decorrentes de relações de trabalho pautadas na lógica racional e burocrática. Entretanto, é interessante notarmos que essas organizações, por estarem situadas em um universo cheio de contradições e pluralidades, com uma multiplicidade de espaços e formas de atuação, apresentam diferenças entre si, tanto na organização do trabalho quanto na produtividade (FERRAZ; DIAS, 2008), o que possibilita um solo fértil para as várias formas de gestão.

2.3 Socialização e educação como forma de resistência

2.3.1 *Processo de socialização*

Os grupos autogestionários possuem uma dinâmica de trabalho e de relacionamento própria, que se diferencia das organizações mais tradicionais, pautada numa lógica menos racional e burocrática. As pessoas que atuam em associações e cooperativas, e que buscam uma forma de organização mais coletiva e democrática, precisam desenvolver um processo de socialização que ofereça valores e objetivos que sejam diferentes, ou, pelo menos, que se distanciem dos da lógica racional e econômica do capitalismo; nesse sentido, a educação (não apenas a formal) e as práticas formativas podem ser vistas como alternativas de socialização interessantes, e bem comuns, para atingir esse propósito.

Em muitas organizações autogestionárias é possível observar essas práticas, uma vez que a educação é uma ferramenta muito eficiente tanto para a reprodução das estruturas sociais (BOURDIEU; PASSERON, 2014) quanto como forma de resistência ou, até mesmo, de transformação social (FREIRE, 2014). Nesse sentido, um argumento importante para justificar o fato de eu falar de educação aqui é o de que as ações coletivas como forma de atuação política podem criar articulações ou formas de resistência interessantes entre trabalho e práticas formativas; dito de outra forma, é pensar a formação política dos sujeitos a partir do trabalho¹⁸ e de suas formas de organizar.

Independentemente da sociedade na qual se está inserido, todo e qualquer ser humano passa por algum processo de socialização, até porque, sem esse ensinamento, seria impossível a convivência entre os demais seres humanos. O autor que primeiro desenvolveu o conceito de socialização foi Émile Durkheim. Durkheim (1969) defendia a ideia de que o homem só veio a deixar a condição ou estágio de ser biológico, passando a se tornar um ser social, porque se tornou sociável, isto é, foi capaz de aprender regras, valores e hábitos do grupo ao qual estava inserido para poder viver no meio dele. A esse processo de aprendizagem, o sociólogo francês chamou de “socialização”, que vai estar diretamente relacionado com o entendimento de “educação” para o autor.

¹⁸ Apesar de haver vários sentidos e significados sobre trabalho, a concepção que foi desenvolvida por Marx e Engels é a que mais acho interessante. No entendimento dos autores, o trabalho é o processo histórico pelo qual o ser humano modifica a natureza e, numa relação dialética, acaba transformando a si mesmo enquanto ser social (MARX, 2013).

Segundo Durkheim (1969), toda sociedade possui um sistema de educação, e este apresenta um duplo sentido: o de ser uno e múltiplo, ao mesmo tempo. A educação se faz múltipla no sentido da diversificação social produzida pela história das diferentes sociedades e pela diversidade interna de cada sociedade (SOUZA, 2014), assim, cada indivíduo possui uma educação diferente, que varia conforme a cultura, a classe social, a renda etc. O mesmo autor ressalta que, por mais diversificada que seja a educação, ela repousa sobre uma base que pode ser vista de forma comum. Sendo assim, a educação é una no sentido de que há nela algo comum ao processo de socialização (valores, normas, papéis socialmente aceitos). Nesse sentido, aí reside a dupla função: a educação que diferencia (múltipla) e a que, ao mesmo tempo, homogeniza (una).

Nesse entendimento, a educação torna-se para a sociedade o meio pelo qual desenvolvem-se nos sujeitos suas faculdades individuais e coletivas e as suas próprias condições de existência essenciais (DURKHEIM, 1969). Partindo dessa proposta, a educação se constitui num processo de socialização metódico das novas gerações¹⁹. Assim, para o mesmo autor, cada um de nós seria formado por dois seres: o ser individual, que é constituído de estados mentais que se relacionam conosco e com os acontecimentos da vida pessoal e o ser social, que é formado por um conjunto de ideias, valores, crenças e práticas morais que expressam em nós o que é socialmente construído.

Apesar de o conceito de socialização ter sido desenvolvido por Durkheim, foi Berger e Luckmann que fizeram uma análise mais aprofundada sobre esse tema e é sobre ela que eu tentarei explorar algumas ideias²⁰. Assim, a socialização pode ser definida como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 169), dito de uma forma mais simplificada, a socialização é o processo pelo qual o indivíduo aprende a viver em sociedade por meio da assimilação de elementos culturais, processo esse que faz a ligação entre a história individual e a história social.

Segundo Berger e Berger (1978), o nascimento da pessoa representa a entrada em um mundo que oferece uma riqueza aparentemente infinita de experiências, no qual a biografia desse indivíduo é constituída pela história de suas relações com os demais seres humanos. Nesse sentido, o indivíduo não nasce membro da sociedade, ele nasce com a predisposição para

¹⁹ Algo importante de se apontar aqui é que a visão que o Durkheim traz sobre educação é muito limitada e fortemente influenciada por ideais positivistas, por isso, o entendimento de educação que procuro trazer no texto será o de Paulo Freire.

²⁰ Como o leitor pode perceber, o conceito de socialização foi desenvolvido primeiramente por Durkheim, contudo, ao longo do texto, observar-se-á que o meu posicionamento está mais ancorado nas ideias de Berger e Luckmann.

a sociabilidade, vindo a se tornar membro dela posteriormente (BERGER; LUCKMANN, 2014). Nesse sentido, aparentemente, podemos ver a inserção do indivíduo na sociedade como um acontecimento ao acaso, contudo, para os mesmos autores, esse é o maior conto do vigário²¹ pregado em nós, pois faz parecer como necessidade aquilo que é um feixe de contingências.

O processo de socialização se inicia com o nascimento e termina com a morte do indivíduo, sendo esse processo composto por duas fases: a socialização primária e a socialização secundária. Aqui, é preciso ressaltar que essa divisão entre primária e secundária se justifica pelo seu caráter pedagógico e didático, uma vez que não há como definirmos exatamente quando termina a socialização primária e começa a secundária.

A socialização primária corresponde ao estágio inicial pelo qual o indivíduo aprende e interioriza a linguagem, as regras e os comportamentos sociais mais básicos do grupo pertencente (geralmente, o grupo familiar). Nessa fase, os valores ensinados são incorporados e cristalizados mais facilmente, sendo, portanto, mais difíceis de serem desconstruídos, o que deixa marcas profundas na vida do indivíduo, pois, para ele, esse estágio inicial representa o seu mundo. Por isso, a socialização, principalmente em sua fase mais inicial, constitui um fator de tremendo poder de constrição e de uma importância extraordinária (BERGER; BERGER, 1978).

A socialização secundária diz respeito ao estágio em que o indivíduo, já tendo passado por um processo de socialização inicial, adentra em outros grupos de referência e começa a conhecer o mundo objetivo, isto é, o indivíduo começa a interiorizar os outros “submundos” institucionais, fazendo parte de outros grupos e instituições, sendo a extensão e o caráter desse processo determinados pela complexidade da divisão do trabalho e pela distribuição social do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2014). Nesse sentido, a ideia daquilo que o indivíduo tinha de sociedade lá na socialização primária se torna mais ampla. Além disso, nessa fase o indivíduo começa a questionar determinados valores e regras sociais, passando a fazer certas escolhas que lhe são mais coerentes com a sua forma de pensar e com a das demais pessoas que fazem parte de seu grupo.

Para Berger e Luckmann (2014), já existe uma realidade cotidiana que aparece na forma objetivada antes mesmo da nossa entrada na cena, isto é, quando nascemos, já existe uma sociedade que nos cerca, um mundo institucional. Os mesmos autores ainda acrescentam que o ser humano, ao se desenvolver, não estabelece uma relação apenas com o ambiente particular em que se situa, mas também com toda uma ordem cultural e social, que é mediatizada pelos

²¹ Apesar de ter outros sentidos, o “conto do vigário” pode ser visto como uma expressão usada para representar uma história elaborada com o objetivo de burlar alguém.

outros significativos. Embora o ser humano tenha uma natureza específica, é mais significativo dizer que ele constrói sua própria natureza e, nesse processo, acaba construindo a si mesmo (MARX, 2013). Nesse sentido, a relação que o ser humano estabelece com o mundo social é uma relação dialética, na qual um constitui o outro.

Dessa forma, apesar de a socialização ser vista, muitas vezes, sob um olhar estruturante, ela não é um processo unilateral. Mesmo no início da vida, a criança não é uma vítima passiva da socialização, pois o indivíduo resiste nesse processo, participa e nele colabora de forma variada, dessa maneira, a socialização é um processo recíproco, uma vez que afeta não apenas o indivíduo socializado, mas também os socializantes (BERGER; BERGER, 1978).

Isso nos leva a refletir sobre como os membros da ASMARE desenvolvem os processos socializantes na associação. Pelo fato de a criação e a existência da organização serem marcados por um processo de luta e resistência e de que os catadores(as) estão inseridos em um contexto de marginalidade social, que práticas eles desenvolvem no cotidiano de trabalho para lidar com essas adversidades? No âmbito da socialização primária, como será que ela ocorre para os filhos desses catadores? Será que eles estão seguindo os passos dos pais? Como a criação deles pode estar sendo influenciada pelo fato de os pais atuarem em uma associação de materiais recicláveis?

Outro ponto importante é analisar como são construídos e reforçados os valores do grupo para trabalharem de forma autogestionária e como os membros lidam com os conflitos inerentes às relações de trabalho. É preciso lembrar que nem sempre o momento de construção de uma gestão social coincide com o estágio de reflexão dos sujeitos: formação política e reflexiva demanda tempo de aprendizagem e de amadurecimento, o que nem sempre é algo que os membros de associações e cooperativas conseguem.

2.3.2 Educação como forma de reprodução e resistência

A educação desponta como um importante instrumento de socialização, sendo, como já dito, uma forma eficiente para a reprodução social ou a sua transformação. Quando atrelamos a educação à dimensão do trabalho, a educação se torna uma poderosa ferramenta de conscientização, pois pode fazer com que as pessoas reflitam sobre a realidade social, que está amparada pelo seu caráter histórico. A burocracia, muitas vezes, tem sido usada como forma de educar os trabalhadores e trabalhadoras para o sistema capitalista, porém, ao mesmo tempo, pode criar resistências a essa educação como consequência da organização dos trabalhadores.

Independentemente da situação e do contexto em que estamos inseridos e por mais imutáveis que pareçam ser as estruturas sociais, há sempre alternativas e espaços que nos possibilitem construir formas de resistência, porque, do contrário, a história seria imutável. Segundo Orellano (2012, p. 12-13), o que não podemos esquecer é que “tanto a possibilidade de abuso e dominação, como a possibilidade de ruptura e transformação se desenvolvem dentro do próprio sistema”. O grande problema é que, muitas vezes, tomamos como única via aquilo que pode apresentar uma infinita riqueza de modos de se fazer. Nesse sentido, é preciso termos em mente que a educação acontece de diversas formas e por caminhos que nem sempre nos levam a vias institucionais ou burocráticas.

Apesar disso, o que temos observado é que, constantemente, a problematização da educação tem sido feita de forma desconectada dos problemas sociais, o que reflete uma das consequências de considerarmos a prática pedagógica como um fator independente daquilo que se passa fora da “sala de aula”. Segundo Monica (1977), isso decorre do fato de os chamados “fatores sociais” aparecerem como uma variável exógena e indiferente, como algo perturbador ao perfeito funcionamento do aparelho escolar. Por isso, a relação entre os sistemas educativos e o processo de trabalho só pode ser entendida na atualidade a partir do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e do papel desempenhado pela educação nesse processo, uma vez que o sistema educativo, de modo geral, tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade capitalista (TIBÚRCIO, 1979).

Para Tibúrcio (1979), a grande expansão e o crescimento da educação nessas últimas décadas foram decorrentes da necessidade de socializar os trabalhadores e trabalhadoras para o mercado de trabalho e essa expansão foi justificada por dois tipos de fatores: a) o desejo das famílias de atingirem certos graus de mobilidade social por meio da educação; b) a necessidade de uma instituição de socialização que prepare pessoas para satisfazer a procura social com as capacidades requeridas pela sociedade industrial.

Historicamente, o sistema educacional tem sido um reflexo das estruturas sociais e, tendo como base ideológica o modelo liberal, uma das consequências inevitáveis é a cristalização da meritocracia. Sistema esse muito bem descrito por Carnoy:

Numa meritocracia, o indivíduo é considerado como tendo “livre escolha”, capaz de ir tão alto quanto a sua motivação, desejo e capacidade o levem. Um indivíduo que não alcance o sucesso apenas se deve culpar a si próprio, pois não tirou vantagem dos meios que lhe foram postos à disposição (CARNOY, 1975, p. 1).

Um dos estudos que mais dão base para se criticar a ideia de meritocracia no sistema educativo foi o realizado por Bourdieu e Passeron, em *A reprodução*. Ao fazerem esse estudo

sobre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre classes, Bourdieu e Passeron (2014) descreveram os mecanismos pelos quais a violência simbólica é exercida pela instituição escolar e seus agentes que, em geral, ignoram que contribuem para legitimá-la socialmente. O que eles evidenciaram é que há uma relação entre a posição social e o sucesso escolar, isto é, a origem social influencia nos resultados escolares, dessa forma, o sistema de ensino contribui mais para conservar o *status quo* do que para transformá-lo, pois ainda reina a ideologia da igualdade de oportunidades.

Em seu artigo, Carter compreende bem como o sistema educativo, pautado na lógica da igualdade de oportunidades, está ancorado com o processo de trabalho, por isso, não podem ser consideradas histórias separadas:

Quando falamos de “correspondência” entre o processo educativo e o processo de trabalho, referimo-nos aos mecanismos e estruturas através dos quais as escolas medeiam as contradições do processo de trabalho, contribuindo assim para a reprodução das estruturas e das relações sociais existentes. Efetivamente, em nossa opinião, as instituições escolares, tal como hoje existem, aparecem como resposta à necessidade de mediar as contradições existentes nas estruturas de trabalho. Além disso, a forma e o conteúdo atuais dessas instituições são ainda largamente determinadas por esta necessidade objetiva. Por exemplo, a ênfase dada ao resultado individual na escola, em vez de à aprendizagem de grupo, é necessária à reconciliação da ideologia da “igualdade de oportunidades” com a realidade das enormes e sistemáticas desigualdades de rendimentos, considerando, por isso, as diferenças de resultados individuais a causa das desigualdades de rendimento (CARTER, 1976, p. 55-56).

Tendo feito a crítica ao sistema educacional, é preciso problematizar essa questão. Ora, mesmo tendo ciência da ideologia da educação como reprodutora da estrutura social e fábrica de mão de obra, é preciso ir um pouco além disso, pois, o que poderia explicar o fato de essa mesma educação produzir também em seu interior formas de resistências, pessoas mais críticas? Dessa maneira, a ideia é pensar e refletir a educação e o trabalho numa perspectiva dialética²², tentando superar a dificuldade de separar a fronteira entre uma abordagem mais crítica e funcionalista, diante da acomodação dos sistemas educativo e produtivo (TIBÚRCIO, 1979).

Para os pensadores que alegavam que a crítica de Bourdieu e Passeron era muito estruturalista ou, até mesmo, determinista por não oferecer uma “saída” à lógica da reprodução da educação, Paulo Freire é o pensador que nos faz refletir sobre alternativas para essa questão, uma vez que sua abordagem está muito articulada com a práxis²³. Ele acreditava que, para se

²² Compreendo por dialética a ideia de que os processos históricos se dão, ao mesmo tempo, de forma contraditória, paradoxal e complementar. Dessa forma, a visão mais interessante da dialética não está, necessariamente, nos polos ou nas dualidades, mas sim na relação entre eles, isto é, no seu movimento. Nesse sentido, a história é movimento e esse movimento é dialético (HEGEL, 1974; MARX; ENGELS, 2007; VYGOTSKY, 2007).

²³ Apesar das divergências sobre o conceito, compreendo práxis como uma ação reflexiva e transformativa (MARX; ENGELS, 2007); (FREIRE, 2014).

pensar a educação, era preciso saber primeiro de onde as pessoas vêm, isto é, é preciso saber a origem, a condição social delas, pois a aprendizagem deve estar relacionada com a realidade social das pessoas. Para Freire, não basta aprender apenas o significado das coisas, é preciso aprender em que contexto social, histórico e econômico as coisas foram e são produzidas. E essa educação só pode ser possível por meio do diálogo entre os seres humanos, mediados pelo mundo, nesse sentido, segundo Freire (2014), a dialogicidade é a essência da educação libertadora.

A abordagem freireana nos possibilita pensar e refletir uma educação que foge aos limites impostos pela sala de aula, estando diretamente relacionada com a organização da sociedade (FREIRE, 1981). Isso porque, para o autor, pelo fato de a escola não ser uma ilha de pureza da qual os antagonismos de classe não penetram, ela também faz parte da sociedade, sendo o compromisso da educação conscientizar e lutar contra essa ordem classista. Nesse sentido, a educação deve oferecer um pensamento crítico das alternativas propostas pela elite e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho (FREIRE, 1979).

A partir das contribuições de Freire, é impossível ignorarmos o fato de que toda forma de educação é política. Segundo o autor, as pessoas que argumentam que o educador não pode “fazer política” estão defendendo uma postura política: a política da despolitização; e se a educação sempre ignorou esse fazer político, a política nunca ignorou a educação (FREIRE, 1981). Assim, a ideia de Freire não é politizar a educação, mas sim mostrar que ela sempre foi política.

Segundo Freire (1979, p. 34), “a educação não é um instrumento válido se não estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade no qual o homem está radicado”, assim não é possível ter qualquer entendimento sobre a educação sem refletir a condição humana, pois é a capacidade de atuar e de transformar a realidade de acordo com nossas necessidades que está associada à prática da reflexão (FREIRE, 1981).

Refletir sobre um mundo tão desenvolvido cientificamente, mas que apresenta tanta miséria, representa um dos problemas sociais que mais perturbaram Theodor Adorno (1995)²⁴. Adorno e, principalmente, Paulo Freire acreditaram que a alternativa para essa questão estava na educação, não na educação tradicional que nos é ensinada desde criança, mas sim naquela que liberta e emancipa. Pela marginalidade não ser uma opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social. E é por essa razão que o excluído não está “fora” do sistema, mas dentro de uma estrutura social marcada pela contradição (FREIRE, 1979).

²⁴ Novamente, reitero o leitor de que o autor citado acima se situa na tradição da Escola de Frankfurt, cabendo atentar para o fato de haver possíveis concepções epistemológicas diferentes entre ele e Freire.

Se é pela ação e na ação que o homem se constrói enquanto ser humano (FREIRE, 1979), quanto mais a educação procura se fechar em torno de seu condicionamento social, mais ela se converte em mero instrumento da realidade social que se impõe (ADORNO, 1995). Nesse sentido, a educação só gera transformação quando atribuímos uma função social para a mesma e ela só tem validade quando ressalta o seu caráter dialético com o contexto social no qual o sujeito está inserido (FREIRE, 1979). Por isso, Adorno (1995) chama a atenção para pensarmos a sociedade e a educação em seu devir.

O que alguns autores como Jacobi e Teixeira (1997), Dias (2002a; 2002b) e Torres (2008) observam, em relação aos membros da ASMARE, é que havia algumas necessidades que os(as) associados(as) precisavam superar para atingir seus objetivos propostos. Segundo esses autores, foi preciso que os(as) catadores(As), que até então atuavam de maneira muito dispersa, se organizassem e desenvolvessem práticas educativas, ligadas ao processo de trabalho, que oferecessem noções de direito, responsabilidade, ecologia e importância social do trabalho dos mesmos, ou seja, foi necessário haver todo um processo de socialização e conscientização de suas condições enquanto trabalhadores(as) e sujeitos políticos.

As associações e cooperativas de catadores (as)também podem ser um meio para a educação ambiental voltada para a coleta seletiva, pois os(as) catadores(as) têm a oportunidade de instruir as pessoas de como fazer a separação do lixo, de tirar possíveis dúvidas e de demonstrar resultados (TORRES, 2008). É essa capacidade de atuar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas que está associada à nossa capacidade de refletir, por isso que não pode haver reflexão e ação sem a relação do ser humano com a sua realidade (FREIRE, 1981). Através de práticas educativas como essas, é possível mostrar aos catadores que, por meio de sua organização, podem superar os problemas que enfrentam e produzir melhorias no contexto que atuam.

Na ASMARE, há (ou havia, veremos melhor isso na análise) alguns projetos de cunho cultural e educativo, tais como a oferta de cursos de capacitação e alfabetização de adultos para associados e pessoas em condição de rua, uma oficina de produção de blocos feitos a partir de material reciclado para a construção civil e algumas intervenções em escolas e empresas sobre conscientização e educação ambiental. Além desses projetos, a ASMARE, em parceria com a Pastoral da Rua, possui um grupo de teatro que, por meio da arte cênica, mobiliza e promove junto às comunidades uma reflexão sobre reciclagem, consumo, produção industrial moderna e meio ambiente (TORRES, 2008).

O processo desencadeado através dessas atividades, além de promover ações artísticas e culturais, também fornece conscientização, pois o argumento central é pedagógico e pode

promover a alteração do comportamento das pessoas envolvidas. Nesse sentido, o conhecimento não gera somente habilidades, ele pode oferecer também senso crítico e a liberdade para se pensar em outras possibilidades. Por isso, Adorno (1995) defendeu a ideia de que a educação deve ser orientada para a contradição, para a resistência.

Em meio a uma sociedade marcada pela diferença e pela desigualdade, a educação (não apenas a formal) se mostra como uma alternativa interessante para produzirmos outras realidades, assim, a educação não apenas reproduz as estruturas sociais dominantes, ela também pode transformar. Pelo menos era isso que Paulo Freire defendia e é nisso que acredito.

Apesar disso, o processo de formação educacional dos associados e associadas na ASMARE pode estar muito distante de ser uma educação emancipatória e transformativa, e falo isso aqui porque não é objetivo deste trabalho vender uma imagem da associação como uma organização modelo para as demais, mas por ser preciso destacar que os trabalhadores e trabalhadoras da associação, desde a sua criação, lutam para mudar a realidade de suas vidas, mesmo que essa mudança seja apenas no contexto em que atuam. Aqui, caberia a reflexão sobre quais ações transformativas estamos desenvolvendo em nossos contextos acadêmicos, pois, às vezes, nossos discursos estão carregados de protagonismo, mas nossas ações têm a profundidade de um pires.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza por sua abordagem qualitativa, pois procura interpretar e explicar uma determinada realidade social, que se constrói no e por meio das interações e das relações sociais, onde cada sujeito que dela faz parte a compreende pela realidade que vivencia. Visando atender aos objetivos propostos, tal abordagem enfatiza uma postura ativa do pesquisador na escuta do pesquisado e no retorno social do processo dos resultados, contribuindo assim para gerar algumas reflexões sobre as ações dos sujeitos (VENÂNCIO et al., 2015).

A pesquisa qualitativa tem sido inserida nas ciências sociais por englobar uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, relação essa que envolve o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados (GONÇALVES; LISBOA, 2007). Dessa forma, segundo González Rey (2010), o pesquisador é aquele que faz reflexões e se questiona ao se fazer a pesquisa, que não é algo estanque ou parado no tempo, mas um processo em construção. Sendo assim, entendo que a abordagem qualitativa propicia uma compreensão interessante das relações sociais e organizacionais, pois dá espaço para se pensar numa realidade que é construída por meio de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade.

A pesquisa também é um processo de comunicação, que permite e estimula a expressão dos sujeitos por meio do lugar que eles ocupam, ela representa um processo constante de implicações intelectuais por parte do pesquisador, pois toma novos rumos durante o seu desenvolvimento (GONZÁLEZ REY, 2010). É por isso que é importante levar em consideração as várias visões que podemos ter sobre o campo quando trabalhamos com a pesquisa qualitativa. O mesmo autor ressalta ainda que a pesquisa é um momento reflexivo e dialético, no qual podemos traçar diferentes caminhos, dessa forma, o processo de desenvolvimento da pesquisa não está definido *a priori*, pois a cada novo momento desse processo podem surgir mudanças.

Quando falamos em pesquisa qualitativa, a questão da subjetividade é algo que sempre se discute. Como fica a questão da subjetividade do pesquisador na pesquisa? Como fazemos para lidar com os aspectos subjetivos? Por mais inquietante ou, até mesmo, irritante que sejam essas perguntas para aqueles que trabalham com a abordagem qualitativa, ambas as perguntas apresentam respostas extremamente simples, porém não menos completas. A subjetividade é parte constitutiva do ser humano, que não se ampara apenas em uma essência ou centralidade do indivíduo, estando a sua formação envolta pelo processo sociohistórico, dessa forma, a subjetividade compreende a ideia de que eu estou no social e o social está em mim, criando a

necessidade de estudarmos de forma inseparável sujeito e sociedade, como bem ressaltado por Goulart (2009, p. 25):

O homem é, ao mesmo tempo, sujeito psicológico, singular, e é sujeito histórico, já que nasce sob condições materiais determinadas e, ao longo de sua vida alterna ser influenciado e influenciar essas condições. Assim, a subjetividade é engendrada socialmente, na medida em que o indivíduo se faz produto e produtor da história. Ele se objetiva na natureza através do trabalho e o objeto torna-se subjetivado no indivíduo através da cultura.

Nesse sentido, não há como eu ser pesquisador e deixar a minha subjetividade de lado, mesmo alguns positivistas acreditando que isso seja possível. Assim, subjetividade não é algo para medir, mesurar ou quantificar. Dessa forma, o que podemos fazer é analisá-la, compreender suas especificidades e admirar sua singularidade social.

3.1 Sobre a coleta de dados

No que diz respeito à coleta e à análise de dados desta pesquisa, partimos inicialmente da história oral, no âmbito das trajetórias de vida, que foram feitas a partir da memória dos sujeitos sociais da pesquisa, no caso, os catadores e catadoras. Ao fazer essa delimitação metodológica, deparamo-nos com um problema complexo em termos conceituais, que é exatamente as diferenças e as aproximações existentes entre os termos *história oral*, *história de vida* e *método biográfico*. Se há diferenças quanto à apropriação e uso dessas “técnicas”, os pontos de convergência se situam em contar a história que englobe a compreensão do sujeito e de seu mundo (BARROS; LOPES, 2014).

Segundo Silva (2002), esses termos são interpretados de forma diferente por sociólogos e historiadores, pois, mesmo que o sociólogo colete “histórias de vida” e o historiador se interesse pelas “fontes orais”, ambos se defrontam sobre um campo comum a partir de perspectivas diferentes (FERNANDES, 2010). Isso nos leva a pensar sobre quem utiliza os conceitos de quem e em que campo científico foram desenvolvidos tais conceitos. Nesse sentido, um dos grandes desafios de muitos pesquisadores consiste na definição do que seja a própria história oral (NEVES, 2001). Outra questão também problemática diz respeito ao enquadramento que fazemos dessas estratégias metodológicas, isto é, elas são uma metodologia, uma disciplina ou uma área do saber?

Para evitar alguns problemas de ordem conceitual, o que eu mais me aproximei como ferramental metodológico neste trabalho foi a história oral, compreendendo que ela engloba os relatos orais como um todo, seja a história de alguém, de um grupo, história real ou mítica;

enquanto que a história de vida seria o resultado da produção do relato de um informante sobre a sua existência, contemplando os acontecimentos vividos ao longo do tempo. Já a biografia, que pode ser vista como a história de um indivíduo registrada por outra pessoa (FERNANDES, 2010). Dessa forma, compreendo que a história oral representa um campo do saber na própria História, enquanto que a história de vida e a biografia são métodos com vertentes diferentes.

Segundo Neves (2001), a história oral pode ser entendida como um procedimento metodológico que tem como objetivo a construção de narrativas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões, tendo como suporte empírico as fontes orais e documentais. Dessa forma, a história oral representa o registro da história vivida. Por isso, a história oral é vista aqui como uma maneira alternativa de contar a história dos sujeitos sociais, na qual, por meio da oralidade, há a possibilidade de termos acesso ao conhecimento e ao saber desses sujeitos, que provém de suas memórias, articulando, assim, outras dimensões mais amplas para o entendimento dos fenômenos sociais.

A história oral é um caminho para a produção do conhecimento histórico, que relaciona o momento em que o fato ocorreu no tempo passado e a época em que o depoimento foi produzido, uma vez que ouvir o que os outros têm a contar é fazer história e contribuir para a interação entre as experiências pessoais e a história coletiva (NEVES, 2001). Nesse sentido, o depoimento oral como uma possibilidade alternativa de narrar os acontecimentos históricos é um ato de resistência frente a uma sociedade que se legitimou por meio da escrita, principalmente em termos dos documentos oficiais. Por isso, a maior contribuição da história oral não está, necessariamente, no fato de ela dar um acesso maior àquilo que os sujeitos têm a dizer, mas sim o de possibilitar visões diferentes para contar a história daquilo que foi produzido.

Os primeiros usos de relatos orais em contextos acadêmicos ocorreram nas décadas iniciais do século XX, sendo que eles se constituíram como metodologia de trabalho a partir da primeira metade desse século (BERGSON, 2006). A história oral surgiu como elemento de análise de dados em um contexto em que alguns pensadores estavam insatisfeitos com a historiografia, que, até então, era baseada apenas em documentos oficiais. Nesse momento, alguns críticos da historiografia começaram a questionar tal método e procuraram contar a história também a partir da memória das pessoas, pois a história era (e ainda é) contada pela ótica dos vencedores ou, nos dizeres de Marx e Engels (2007), a ideologia dominante historicamente foi representada pela ideologia de uma classe dominante. Não podemos nos esquecer de que a história dos vencedores, dotada do caráter de hegemonia, condenou ao esquecimento a história de muitas minorias.

Segundo Fisher (1997), de um modo geral, a história de vida tomou maior dimensão no mundo a partir do movimento de resistência de alguns intelectuais pesquisadores, que viam nessa abordagem uma alternativa para “dar voz aos excluídos” (visão essa um pouco problemática, já que não podemos dar voz às pessoas, mas sim ouvidos ao que elas têm a dizer). Por isso, é importante termos cuidado com o discurso de que o pesquisador é aquele que dará voz aos oprimidos, aos marginalizados, aos injustiçados etc., pois não somos os donos da verdade, muitos menos os “iluminados” que levarão a “luz” aos que estão nas “trevas”.

A coleta de representações por meio da história oral, através de métodos como a história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa (POLLAK, 1992). Com isso, cria-se uma alternativa de se contar a história, por meio do relato dos sujeitos sociais, sendo isso feito por meio de metodologias de relatos orais. A partir daí, as pessoas simples, comuns e marginalizadas começaram a ter suas vozes ouvidas. Nesse sentido, a história de vida surgiu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança e de transformação (POLLAK, 1992).

Segundo Pereira (1991), os relatos orais foram utilizados de forma mais expressiva no meio acadêmico por sociólogos e antropólogos em estudos desenvolvidos na escola de Chicago, contudo a presença do pensamento de autores positivistas nas Ciências Sociais nos anos 50 e 60 representou um ponto de resistência para o uso desse método. Muitos dos críticos alegavam a suposição de que as fontes escritas seriam menos seletivas ou menos tendenciosas que as fontes orais (GARNICA, 1998). Essa crítica, por parte de alguns pesquisadores, era mantida pela tradição historiográfica do século passado, que elegeu o documento escrito como modelo objetivo, neutro e “verdadeiro”, dessa forma, se pouca credibilidade era dada aos depoimentos escritos, os orais foram praticamente ignorados (GOMES; SANTANA, 2010).

Pereira (1991) aponta que uma outra crítica que pensadores positivistas fizeram à história oral é a de que esse método apresenta uma dupla subjetividade: de um lado, a subjetividade originária da participação direta do pesquisador no processo de produção da pesquisa; do outro, os depoimentos orais corresponderiam a uma visão subjetiva do informante. Vale ressaltar que o documento gravado, como qualquer outro tipo de documento, está sujeito a diversas leituras, uma vez que a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais (GOMES; SANTANA, 2010).

Nesse sentido, essa crítica sobre a subjetividade, que não é apenas feita ao método biográfico, mas aos métodos qualitativos como um todo, é muito superficial e se enquadraria a qualquer metodologia de pesquisa, uma vez que a subjetividade é inerente ao processo de produção da pesquisa, estando presente na escolha dos entrevistados, na elaboração de um

questionário ou na coleta e análise dos dados, por exemplo, pois a pesquisa é um processo de comunicação e de relação social. O que importa é avaliar e refletir qual método se mostra mais adequado em cada situação pesquisada.

Segundo Gomes e Santana (2010), foi o grupo da escola de Annales, sobretudo, nas figuras de Marc Bloch e Lucien Febvre, que, ao trazer a ideia de “História Nova” e direcionar seus estudos da história tradicional para a história do cotidiano, gerou uma mudança de pensamento nos estudos da época; dessa forma, os historiadores franceses mostraram que as fontes da História não poderiam se limitar apenas aos métodos tradicionais, sobretudo, aos que tomavam os documentos como “oficiais”. Nesse sentido, seria muito ingenuidade de nossa parte acreditar que esses documentos nos dariam acesso à história “verdadeira” (GARNICA, 1998).

O relato de vida é um instrumento de conhecimento da sociedade, uma vez que o narrador não se limita a contar sobre si, mas também sobre os outros, fazendo aparecer a imagem de si e daqueles que ele faz de seu grupo, de seu meio e de seu tempo (PEREIRA, 1991). Por isso, o mesmo autor ressalta que, enquanto os pensadores positivistas dão pouco ou quase nenhum crédito para a dimensão temporal, o conhecimento mais expressivo que se pode esperar de um relato oral ou escrito é o conhecimento do caráter histórico.

Segundo Pollak (1989), as entrevistas de história oral podem fazer emergir os constrangimentos estruturais que estão na origem de um silêncio, bem como as funções que esse silêncio pode assumir (PEREIRA, 1991). Até porque o silêncio não diz nada, contudo ele pode representar muita coisa. Nesse sentido, os relatos orais oferecem a oportunidade de recuperar os testemunhos relegados pela História, permitindo, assim, mostrar pontos de vista diferentes sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso dominante, estariam condenados ao esquecimento (GOMES; SANTANA, 2010).

Porém, o método de história oral não pode se limitar apenas ao exame de estruturas ou padrões de comportamento, mas, principalmente, em como eles são experimentados, vividos e lembrados pelas pessoas (PEREIRA, 1991). Nos dizeres de Ecléa Bosi: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar o lugar onde ela floresceu” (BOSI, 2003, p. 1993). Tendo isso em mente, os relatos de história oral podem possibilitar a captura de experiências dos indivíduos pertencentes a categorias sociais, cujas percepções e intervenções podem estar excluídas da história e, conseqüentemente, da documentação oficial nas organizações (GOMES; SANTANA, 2010).

A vida não é entendida apenas como um conjunto de eventos, mas como acontecimento vivido num determinado tempo e lugar e sob algumas circunstâncias. Nesse sentido, Fisher (1997) diz que é preciso evitar o sentido romântico às vezes presente nas concepções

humanistas – a partir das quais se transforma o entrevistado em herói – e insistir nas conexões entre os fatos relatados e a situação social, cultural e econômica que perpassa o sujeito, dimensionando, assim, o contexto em que ele está inserido.

Se partirmos do pressuposto de que os indivíduos são tanto produto quanto produtores de sua vida social e de que há uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, os relatos orais podem contribuir para estabelecermos uma relação entre a história de vida e a história social. Por isso, Pereira (1991) defende a necessidade de integração entre uma abordagem estrutural e uma abordagem centrada na ação individual. Esse, talvez, seja o aspecto de maior potencial e desafio da história oral.

Quando falamos de história oral, necessariamente, temos de fazer uma discussão sobre a memória. Pereira (1991) argumenta que, se aquilo que vivemos pode ser lembrado, recordado, o método de história oral remete à questão da memória. Recorrer à memória como fonte fundamental é importante, pois ela subsidia e alimenta as narrativas que irão compor a fonte histórica produzida (NEVES, 2001). Nesse sentido, a memória contribui para construirmos visões e representações sobre determinado período histórico. Segundo Gomes e Santana (2010), o estudo da memória também se justifica pelo fato de que a história oral tem como suporte as lembranças, por isso a utilização dos relatos orais como fonte histórica leva a uma reflexão sobre o fenômeno da memória, uma vez que tempo, memória e história são processos interligados (NEVES, 2001).

A memória é a capacidade humana de guardar fatos e experiências do passado e repassá-los às novas gerações pelos mais diferentes suportes empíricos, tais como a voz, a música, a imagem, os textos etc. (VON SIMSON, 2000). Segundo a mesma autora, existem dois tipos de memória: a memória individual é aquela guardada pelo indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, contendo aspectos da memória do grupo social no qual esse indivíduo foi socializado; já a memória coletiva é aquela formada pelos fatos e aspectos considerados relevantes pelos grupos dominantes e que são registrados como memória oficial da sociedade.

Aparentemente, a memória parece ser um fenômeno individual, da própria pessoa, mas ela deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e resultante das transformações e mudanças constantes (POLLAK, 1992). Por isso, segundo Le Goff (1990), a memória é um fenômeno individual e psicológico, ligando-se também à vida social, e sua apreensão depende do ambiente social e político, fazendo uma certa apropriação do tempo. Bosi (1981) também procurou demonstrar que a memória individual é também uma memória social, familiar e grupal.

Segundo Von Simson (2000), além da memória individual e coletiva, existem também as memórias subterrâneas ou marginais, que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade e, geralmente, emergem quando há conflitos sociais ou quando algum pesquisador ou pesquisadora cria condições para o seu surgimento, como os registros orais, por exemplo. Ao se privilegiar a análise dos excluídos e marginalizados, a história oral pode trazer a importância de memórias subterrâneas que, como parte constitutiva das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” (POLLAK, 1989). Pollak também chama a atenção para o fato de que as pessoas que forjam uma memória oficial, isto é, uma memória única e dotada de verdade, conduzem as vítimas da história ao silêncio e ao esquecimento, uma vez que nas lembranças de uns e de outros existem silêncios e “não-ditos”.

Nesse sentido, a memória coletiva não é apenas uma conquista, ela é um instrumento e um objeto de poder, como descrito por Le Goff no fragmento abaixo:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 368).

A relação entre memória e história, assim como a relação entre memória individual e coletiva, é avassaladora, pois sua inter-relação é sempre dotada de poder: poder de esquecer, de lembrar, de omitir, de silenciar (NEVES, 2001). A memória que antes era destinada ao papel dos mais velhos hoje é feita de forma profissional por meio de instituições (VON SIMSON, 2000). A mesma autora, ao analisar esse processo, chama a atenção para o fato de que estamos perdendo a capacidade seletiva da memória, que constitui o poder de separar aquilo que deve ser preservado ou descartado, e a consequência da perda dessa capacidade é a sociedade do esquecimento:

[As] instituições realizam, portanto, hoje, de forma profissional, uma tarefa social anteriormente exercida pelos idosos. São elas os museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória que, segundo critérios previamente estabelecidos, realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social, memória essa retida em suportes materiais diversos (VON SIMSON, 2000, p. 3).

Segundo Pollak (1992), o que a nossa memória individual grava, realça, exclui, relembra é o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Essa ideia de ver a memória como trabalho foi descrita por Bosi (1979; 1993), onde a memória é um trabalho sobre o tempo, sobre

o tempo vivido, mediada pela cultura e pelo indivíduo, tempo esse que não flui uniformemente, pois cada classe o vive de forma diferente, assim como cada pessoa.

Segundo Nora (1993), a necessidade de resgatar a memória é uma necessidade da história, sendo a memória um lugar fechado sobre si mesmo, mas continuamente aberto sobre a possibilidade de suas significações. Nesse sentido, Gomes e Santana (2010) dizem que a memória é fragmentada e os indivíduos as reconstroem enquanto falam. Uma das críticas contundentes que alguns pensadores fazem à junção entre memória e história oral é que a memória humana pode apresentar falhas e limitações, podendo os acontecimentos relatados serem distorcidos, deslocados ou omitidos (PEREIRA, 1991).

Outra problematização sobre a memória é a questão da credibilidade. Para alguns historiadores mais tradicionais, os depoimentos orais são vistos como fontes subjetivas por serem baseados na memória individual, que pode ser falível e fantasiosa (GOMES; SANTANA, 2010). Outro ponto importante refere-se aos limites e perspectivas da pesquisa histórica do tempo presente, uma vez que o tempo pode estar envolto por emoções recentes, traduzidas de maneira muito marcante nas falas, omissões, silêncios, lapsos de cada depoente, cabendo ao pesquisador cuidados especiais para que não se torne refém do depoimento recolhido, em prejuízo de sua capacidade analítica (NEVES, 2001).

Apesar disso, é importante atentarmos para o fato de que o que o entrevistado seleciona para relatar tem significado e importância, cabendo ao pesquisador, quando for o caso, se indagar do porquê de o entrevistado esquecer, omitir ou, até mesmo, mentir sobre certos temas e acontecimentos. E que, por meio da memória, do trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo pode refletir sobre o seu lugar social e sobre as suas relações com os outros (POLLAK, 1989). Nesse sentido, segundo Alberti (1996), há várias possibilidades oferecidas pela história oral quando investigamos a memória não apenas como significado, mas também enquanto acontecimento, ação.

Assim, o registro da memória das pessoas é uma rica fonte de dados que apresenta várias possibilidades e desafios em termos de conteúdo para a pesquisa. A memória não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-la num registro. Nos dizeres de Benjamin (1985), o grande desafio da memória é contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas; é a procura permanente de escombros que possam estimular e reativar o diálogo do presente com o passado. Dessa forma, a história oral não permite compreender apenas o passado, mas, principalmente, como esse processo se constrói.

3.2 A construção do campo e o acesso aos sujeitos sociais da pesquisa

Como eu percebo que uma das maiores riquezas da pesquisa qualitativa está justamente no processo, penso que seja importante descrever como foi esse processo de ir a campo.

Antes mesmo de conhecer a ASMARE pessoalmente, eu já havia feito algumas leituras de trabalhos que contavam um pouco sobre a história da associação, tais como Jacobi e Teixeira (1997), Dias (2002a), Dias (2002b) e Torres (2008). Todos esses trabalhos ressaltavam como a associação estava crescendo e convivendo com seus problemas internos. Apesar das particularidades, muitos aspectos positivos da ASMARE, em termos de projetos realizados, eram ressaltados. Até porque ela foi a primeira associação de catadores(as) de material reciclável a ser criada no estado de Minas Gerais, sendo uma das mais reconhecidas no país. Isso foi até um dos motivos que nos levaram a querer fazer um estudo lá. Obviamente, a maioria dos estudos realizados na associação foram produzidos há cerca de oito anos e outros há quase vinte. Assim, era de se esperar alguma mudança na dinâmica dessa organização.

Na primeira vez em que eu fui à ASMARE, procurei utilizar uma das “armas” mais importantes de um pesquisador quando se está em campo: a observação²⁵. Primeiramente, procurei observar o movimento das coisas, o trabalho que aquelas pessoas faziam que, até aquele momento, eram desconhecidas para mim. Observei também a disposição dos objetos no local e a quantidade de material que estava em processo de trabalho ali. Aquela ASMARE que eu criei na minha imaginação a partir do relato de alguns autores começava a se materializar na minha frente, um pouco diferente, é claro. Nesse primeiro contato, fui apenas para observar a dinâmica da associação. Contudo, o que me chamou mais a atenção nesse dia foi o fato de que, por mais que o lugar transparecesse um local sem muita visibilidade ou, até mesmo, marginalizado, eu era o ser invisível ali. Apesar da minha presença, os(as) catadores(as) trabalhavam sem se importarem com um estranho observando.

Fazendo um parêntese aqui, tive muita dificuldade para começar a minha “aventura” no campo. Não porque era um lugar desconhecido, mas porque tive um sentimento de estranhamento. Senti-me constrangido de chegar em um lugar onde ninguém me conhecia, me apresentar como aluno de mestrado da UFMG (termo que provavelmente muitos(as) catadores(as) nunca ouviram falar, não por desconhecimento deles, mas por ignorância nossa mesmo) e começar a conversar. Naquele momento, se os(as) catadores(as) me rejeitassem, eu entenderia perfeitamente, pois eu era um simples desconhecido querendo obter informações sobre eles. O fato de precisar se aproximar daquelas pessoas e não fazer parte de seu cotidiano, mostrava para mim o quanto eu, como pesquisador, estava distante do que ocorre fora dos

²⁵ Paradoxalmente, ela reflete as nossas visões de mundo, assim como nossos preconceitos.

muros que cercam a universidade. Aquela ponte que ocorre entre universidade e sociedade de que muitos(as) pesquisadores(as) falam, geralmente, acontece quando precisamos coletar dados, numa relação, marcadamente, unilateral. Os dados de uma pesquisa são observações documentadas que fornecem informações para a produção de conhecimento, contudo os dados também podem ser vistos como um recurso que usamos para alimentar a fornalha da linha de produção de pesquisas que ficarão limitas ao campo acadêmico. Nesse momento, eu me senti muito frustrado. Aqui está o real motivo do meu constrangimento.

Pois bem, tive de engolir o meu orgulho e reconhecer que, por mais que eu não concorde com essa forma de produzir conhecimento, com essa postura de pesquisador, eu tinha de ir a campo. Quando cheguei, esperava alguma forma de resistência por parte dos(as) catadores(as) sobre a minha “singela” presença. Não a tive. Eles me receberam muito bem. Naquele momento de apresentação, poderia dizer que eu era um mestrando da UFMG e que estava ali para fazer uma pesquisa, mas seria muita arrogância da minha parte. Então, eu disse que era um estudante e estava ali para conhecer a associação (depois é que fui falar sobre a pesquisa e sobre o meu papel de pesquisador). Foi então que um catador conhecido como Maradona me levou para conhecer a Dona Geralda, uma das fundadoras da associação. Passado esse momento, esse processo de idas e vindas se tornou mais naturalizado.

Em um outro momento, quando retornei à associação para continuar a conversa com Dona Geralda, havia uma mestranda do Paraná, da área de sociologia, que fazia um estudo sobre associações e conversava com Dona Geralda. A cena, um tanto comum e simples, ativou um gatilho na minha cabeça de como estamos usando aquelas pessoas, usando como fonte de informação sem uma troca de saberes. Em outro momento, quando tentei o primeiro contato com o pessoal da ASMARE, me alertaram sobre isso, mas ver com os próprios olhos foi diferente...

Quando eu finalmente decidi ir à associação, fiquei muito contente pela minha decisão. Estava “superando” uma barreira psicológica que havia criado com meu objeto de pesquisa. Entretanto, depois que eu tive aquele primeiro olhar sobre a associação, sobre aqueles(as) catadores(as) trabalhando ali, ao pegar o ônibus e retornar para casa, fiquei decepcionado. Comecei a perceber que o que aqueles(as) catadores(as) ganham ali, por meio de seu trabalho, é o mínimo necessário para manterem sua existência. Para aqueles(as) pesquisadores(as) que não estão muito preocupados com prestígio e reconhecimento científico²⁶, reconhecer um

²⁶ As relações que são estabelecidas na academia têm demonstrado como a prática educativa se constrói também em um campo de lutas, marcado pela concorrência e por espaços de poder. Um dos pensadores que descreveu essa lógica de forma muito precisa foi Pierre Bourdieu. No livro *Homo academicus*, o sociólogo francês faz uma análise

problema social e não conseguir visualizar alguma alternativa de intervenção é muito frustrante. Parece até uma certa ironia. Muitas vezes, somos “*experts*” em resolver problemas de pesquisa, mas, na hora de enfrentarmos os problemas da realidade social, não passamos de meros “calouros”. Talvez, o fato do aprendizado que construímos dentro da academia nem sempre estar relacionado com o que vivenciamos fora dela, ajude a explicar essa situação.

Eu ficava refletindo e perguntando: será que esses meus dilemas também estão presentes no atuar de outros pesquisadores? Se estão, uma coisa é certa, eles não os compartilham em suas teses e dissertações ou publicam em seus artigos. A maioria dos meus colegas de mestrado e doutorado não falam a respeito disso. As disciplinas não abordam esse tipo de conteúdo. Será que isso é um problema apenas meu? Talvez, ignorar essa situação seria uma forma de lidar com o problema?

Esclarecido isso, a ideia inicial deste trabalho de dissertação foi construir o corpo teórico juntamente com as visões e interpretações do campo onde será realizado o estudo, objetivando ter um teórico e um empírico que estivessem articulados, uma vez que a pesquisa é um processo em construção, como bem ressaltado por González Rey (2010). Essa proposta é interessante porque evita a velha dicotomia entre teórico e empírico: enquanto os pesquisadores positivistas vão a campo com a teoria “pronta”, na outra ponta, pesquisadores mais críticos dessa abordagem acreditam que é o empírico que determina qual teoria usar.

Nesse sentido, penso que a questão mais interessante não seja ficar discutindo essa dicotomia, até porque, se o “real” realmente fala, os meus olhos e ouvidos estão sensíveis e limitados a ver e ouvir esse real pela minha compreensão do mundo. No outro sentido, de certa forma, nenhum pesquisador vai a campo “pelado”, isto é, isento de conhecimentos adquiridos anteriormente.

Se indagar sobre o que é o real e como o apreendemos são algumas das mais antigas perguntas do pensamento humano (BERGER; LUCKMANN, 2014). Essa discussão foi historicamente debatida entre os filósofos materialistas e idealistas, e, em decorrência disso, vários autores acabam reforçando a ideia de que há uma primazia entre os dois campos. Porém, no meu entendimento, Karl Marx faz uma observação interessante quanto a isso nas *Teses Sobre Feuerbach*²⁷ e fornece uma outra possibilidade. Segundo ele, os materialistas veem os seres

sobre o seu próprio espaço de atuação, ou seja, o mundo acadêmico. Segundo o autor, o campo acadêmico é um lugar marcado por lutas de poder, que são mediadas pelo prestígio intelectual e pelo poder acadêmico (BOURDIEU, 2008). Nesse sentido, o que ele tenta demonstrar é que o *locus* de produção científica é um campo social como outro qualquer, marcado com suas forças, lutas, estratégias e interesses, isto é, uma espécie de jogo, no qual o que está em disputa é o monopólio da autoridade e da competência científica (BOURDIEU, 1983).

²⁷ O texto se encontra em MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

humanos determinados pelas circunstâncias econômicas e sociais, enquanto que os idealistas acreditam que somos um produto do mundo das ideias, dos pensamentos etc. A crítica que Marx faz (e da qual eu compartilho) é que, por pensar essa relação de forma dicotômica, os materialistas esquecem que as estruturas sociais são transformadas pelas ações dos sujeitos e os idealistas ignoram o fato de que o educador também passou por um processo de educação.

Dessa forma, a compreensão do que seja o “real” e de como o enxergamos está no confronto dialético entre materialismo e idealismo e que o importante é pensar no empírico a partir das teorias e as teorias a partir do empírico.

Outro ponto importante de ressaltar nesse trabalho diz respeito ao objetivo do projeto de pesquisa. Se a ideia foi estudar o processo histórico de lutas e resistências, no qual a trajetória de vida dos catadores e catadoras se encontra com a história da ASMARE, então é preciso fazer um pequeno apontamento. A abordagem dialética pressupõe que todo fenômeno social tem sua história, devendo ser estudado como processos em movimento e em mudança. Por isso, Vygotsky (2007, p. 68) defende que é preciso “concentrar nossos esforços não no produto, mas sim no processo de desenvolvimento, onde o passado e o presente se entrelaçam, e o presente é visto à luz da história”. O autor ainda acrescenta que estudar algo historicamente não significa estudar algum evento do passado, mas sim estudá-lo no seu processo de mudança. Nesse sentido, se a dialética possui uma essência, certamente Vygotsky a compreendeu bem.

Feita essa exposição, em relação à coleta dos relatos orais, conseguimos coletar apenas uma história de vida, devido à dificuldade de acesso a alguns(as) catadores(as), mas ela teve um papel fundamental para a construção da história sobre a formação da ASMARE e para compreender a atual situação da associação. Como a ideia era obter informações, principalmente, dos membros mais antigos da associação, houve alguns impedimentos. Dos(as) associados(as) que trabalham atualmente na ASMARE e que fizeram parte da construção da associação, poucos(as) ainda atuam por lá. Alguns deles já faleceram, outros foram embora e, dos poucos remanescentes, nem todos(as) se sentiram confortáveis em ser entrevistados(as). Além disso, a maioria dos relatos foram coletados com os(as) catadores(as) trabalhando em suas respectivas “estações de trabalho”. Muitas vezes, o local era barulhento, com pouca luminosidade ou ao sol mesmo. Como eles estavam me fazendo um favor, o mínimo que eu poderia fazer era me colocar no lugar deles.

Devido a esses fatores, tivemos de mudar um pouco a estratégia de coleta de dados e fizemos também entrevistas com um roteiro semiestruturado, tendo, dessa forma, coletado nove relatos orais ao todo. O ponto positivo disso foi que pudemos dar ouvido para que associados(as) mais jovens pudessem falar um pouco sobre a sua participação na associação, já

que a ASMARE passa por uma fase de renovação entre aquelas pessoas que fizeram parte da construção da associação e aquelas que estão chegando para mantê-la e dar continuidade. Além disso, outra informação importante é que as entrevistas foram realizadas apenas com catadores(as) que trabalham na unidade do Barro Preto. Essa decisão se justifica pelo fato o(a) associado(a) dessa unidade exercer todas as atividades de trabalho de um(a) catador(a) comum, ou seja, ir para a rua, coletar o material, fazer a separação e vender o material.

Como não pedimos autorização dos(as) catadores(as) para expor seus nomes na pesquisa, achamos que seria mais ético utilizar nomes fictícios nos trechos das análises. Contudo, para ficar mais claro, fizemos um quadro com esses nomes e o tempo de trabalho que cada um possui na associação.

Quadro 2: Relação de nomes fictícios de catadores(as) e o tempo em que trabalham na ASMARE

Catador(a)	Nome fictício	Tempo de trabalho na associação (em anos)
01	Rosária	15
02	Joaquim	18
03	Antônio	28
04	Maria de Fátima	28
05	Rita	05
05	Isabel	17
07	Márcio	07
08	Roberto	11
09	José	22

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 Procedimento de coleta dos relatos orais

De início, é preciso chamar a atenção para algo que Alberti (2004) diz sobre história oral. Segundo a autora, fazer a coleta de relatos orais não é simplesmente pegar um gravador, elaborar algumas perguntas na cabeça e entrevistar pessoas que cruzam nosso caminho com disponibilidade para falar um pouco sobre suas vidas. Na realidade, esse processo é muito mais complexo, pois envolve questões como, quem e quantos entrevistar, como fazer as entrevistas e, principalmente, como a produção desses relatos orais está de acordo com os objetivos da pesquisa. São as problemáticas decorrentes da pesquisa que levam o pesquisador a escolher a

técnica para a coleta dos dados, isto é, a escolha e a aplicação da “história de vida” ou da “trajetória de vida” estão em função do objeto pesquisado e dos objetivos da pesquisa (FERNANDES, 2010).

As escolhas decorrentes desses questionamentos são inerentes à prática da história oral e devem ser vistos como objeto de reflexão no momento da construção do projeto de pesquisa (ALBERTI, 2004). Nesse sentido, é preciso se atentar para o fato de que, se as potencialidades da história oral são muitas, seus limites também devem ser considerados, principalmente com o cuidado à adoção de procedimentos de pesquisa (NEVES, 2001).

Segundo Alberti (2004), a escolha dos entrevistados deve ser orientada pelos objetivos da pesquisa, cabendo ao pesquisador selecionar as pessoas que mais podem contribuir com esse propósito. Segundo a mesma autora, essa escolha também deve levar em consideração a posição que o sujeito ocupa no grupo ou organização e se o significado das experiências e vivências dele pode contribuir de forma significativa para o trabalho. Outro ponto a se considerar, é com relação à disponibilidade das pessoas, pois elas podem se negar a prestar depoimento ou não terem tempo em suas rotinas para realizarem as entrevistas. Baseado nisso, a escolha dos possíveis entrevistados foi baseada no tempo de experiência que o catador ou catadora têm como membro da ASMARE, uma vez que suas experiências e vivências podem ser muito ricas, e na disponibilidade desse sujeito em querer participar das entrevistas.

Em relação ao número de entrevistados na pesquisa de história oral, à princípio, poderíamos seguir a mesma lógica das entrevistas nas pesquisas qualitativas, isto é, o número de entrevistados sendo determinado pelo critério de saturação²⁸ e pelos objetivos da pesquisa. Contudo, se enxergarmos as trajetórias de vida como algo singular e único, talvez, esse não seja um critério muito adequado para os objetivos deste trabalho. Além disso, como as entrevistas de relatos orais são em profundidade e, geralmente, muito longas, o número de relatos normalmente é reduzido. O que é importante observarmos é o quanto de riqueza os relatos orais podem gerar para o projeto de pesquisa. Em se tratando de história oral, pode acontecer a situação em que uma única trajetória de vida pode representar um relato extremamente relevante e significativo, sendo o estudo feito a partir dele.

Como não há um “número mágico” que indique quantas pessoas entrevistar no momento da elaboração do projeto, é durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados começa a se mostrar com mais clareza, cabendo ao pesquisador identificar se esse

²⁸ O critério de saturação diz respeito ao momento em que o pesquisador está coletando as entrevistas e começa a perceber que o que os novos entrevistados relatam está começando a se repetir com a fala dos anteriores, passando a acrescentar pouca ou quase nenhuma riqueza ao trabalho.

número é representativo o suficiente para gerar uma análise comparativa consistente (ALBERTI, 2004). Contudo, como forma de não ir a campo sem uma ideia inicial, a proposta inicial seria resgatar três ou quatro trajetórias de vida de catadores(as). Entretanto, esse número foi alterado conforme a coleta dos relatos.

Outro ponto importante para observarmos é com relação às entrevistas. Os manuais, livros e artigos relativos à história oral, geralmente, identificam dois tipos de entrevistas: depoimentos de história de vida e entrevistas temáticas ou trajetórias de vida. Segundo Alberti (2004), os depoimentos de história de vida focalizam o indivíduo na história, incluindo toda a sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando por diversos acontecimentos e vivências. As entrevistas temáticas versam sobre a participação do entrevistado em um determinado tema escolhido. Elas também se referem às experiências ou processos vividos pelos entrevistados, constituindo-se em trajetórias de vida mais sucintas (NEVES, 2001).

A escolha pelas trajetórias de vida neste trabalho se justificou pelo fato de recuperar o momento em que a trajetória do entrevistado, no caso, a do catador ou da catadora, se encontra com a história da ASMARE²⁹. Essas entrevistas podem ser orientadas por roteiros de perguntas abertos, semiestruturados ou estruturados que, por meio do diálogo do entrevistador com o entrevistado, constrói a trajetória de vida de determinado sujeito, sendo esse diálogo vivo e enriquecido pelos participantes envolvidos (NEVES, 2001). Nesse sentido, para que haja esse diálogo, é importante o pesquisador se preocupar com a sua habilidade de entrevistar, a linguagem a ser usada e a forma de abordar o entrevistado etc³⁰. Um dos pontos ressaltados por Neves é o de que o entrevistador deve cultivar o hábito pela escuta, cabendo a ele mais ouvir do que falar.

A realização das entrevistas é uma etapa importante no processo de pesquisas que utilizam relatos orais. É comum que as primeiras entrevistas coletadas tragam poucas contribuições, uma vez que o pesquisador vai ganhando experiência conforme a coleta de dados. Segundo Barros e Lopes (2014), a contribuição das entrevistas para a pesquisa depende de muitos fatores, tais como a maneira de analisarmos os relatos coletados, a escolha de quem

²⁹ Apesar de fazer a escolha pelas trajetórias de vida, não há nenhum impedimento em mudarmos essa estratégia quando estivermos no campo e começarmos a coletar a história de vida dos sujeitos, caso ela se mostre interessante para os objetivos da pesquisa.

³⁰ Especificadamente, em relação a esse ponto, o pesquisador deve estar muito atento, pois, como já dissera Bourdieu e Passeron (2014), a linguagem que é adotada na academia, muitas vezes, está desigualmente distante das línguas faladas pelas diferentes classes sociais.

vai participar dessa análise e quais ferramentas o pesquisador dispõe para analisar. Nesse sentido, é preciso nos atermos a algumas limitações da coleta e análise dos relatos orais.

Segundo Fernandes (2010), os relatos orais de história de vida oferecem grande riqueza de conteúdo, contudo a dificuldade está justamente aí: criar a ilusão da certeza dessa riqueza sem desenvolver as condições para que isso ocorra. Além disso, Neves (2001) chama a atenção para o fato de o pesquisador tomar cuidados especiais para que ele não se torne um refém do depoimento recolhido, em prejuízo de sua capacidade de análise. Por fim, outro ponto, mas não menos importante, diz respeito à questão temporal. Tanto a história oral como a história de vida e a biografia são construídas a partir da memória do passado, mas sob o peso das necessidades do presente, assim, os relatos orais devem estar sempre situados em relação ao contexto social, político e cultural ao qual pertencem (FERNANDES, 2010).

3.4 Triangulação dos dados

Uma possibilidade para fazer com que os trabalhos científicos sejam mais enriquecidos, quando forem o caso, é a triangulação com métodos de pesquisa auxiliares. No caso deste trabalho, que procuramos utilizar a observação não-participante, o diário de campo e os dados secundários (pesquisas anteriores) como forma de auxiliar na construção da análise. Segundo Neves (2001), normalmente, os relatos orais e a utilização de dados secundários caminham juntos e um auxilia o outro, pois a relação entre eles é bidirecional e complementar, fornecendo subsídios e informações, o que pode tornar mais rico o processo de construção de fontes orais.

A observação participante, a não-participante e o diário de campo são ferramentas de coleta de dados muito comuns em pesquisas etnográficas, mas também podem ser usadas em outros tipos de pesquisa. Tanto a observação participante quanto a não-participante ditam sobre o grau de envolvimento que o pesquisador tem com o grupo ou organização que está sendo estudada, onde ele pode interagir mais, chegando a participar efetivamente das ações do grupo, como na observação participante, ou pode ser apenas um observador, como na observação não-participante (ANGROSINO, 2009). Nesse sentido, como na observação não-participante o pesquisador interage muito pouco com os membros do grupo, é fundamental que ele faça da sua visão um importante instrumento de intervenção e análise.

O diário de campo pode ser visto como um instrumento utilizado para anotar, registrar observações que o pesquisador achar relevantes no campo de pesquisa para, posteriormente, contribuir para a análise de dados. O recomendado seria que o pesquisador documentasse tudo o que acontecesse por meio desse diário, já que não se sabe *a priori* que aspectos serão

importantes para a pesquisa. A observação e o diário de campo são importantes também como ferramentas comparativas, uma vez que o que é relatado pelo entrevistado pode não corresponder ao que é observado pelo pesquisador. Em relação aos dados secundários, estes foram extraídos por meio de textos e dissertações sobre as ASMARE.

3.5 Análise dos dados da pesquisa

Em relação à análise dos dados, adotamos a Análise do Discurso (AD) como técnica de análise do *corpus* da pesquisa. A Análise do Discurso representa muito mais do que um método (apesar de utilizá-la aqui como uma técnica de análise de dados, ela representa uma área do conhecimento, não se limitando apenas a uma ferramenta metodológica), podendo ser entendida como uma prática social de analisar, interpretar e compreender os discursos produzidos pelas pessoas (estejam eles na forma de texto ou não), assim como as construções ideológicas presentes neles.

Como o discurso é um recurso linguístico dotado de sentidos e significados, é preciso analisá-lo levando em consideração as suas condições histórico-culturais de produção social (BRANDÃO, 2002; 2009), pois, quem diz algo, sempre fala de um lugar, ocupando uma determinada posição social e estando inserido em um dado espaço e contexto históricos. Nesse sentido, o discurso deve ser visto como algo que vai além da lógica gramatical e linguística, pois leva em conta também os interlocutores, o contexto em que o discurso foi produzido e os aspectos extradiscursivos, uma vez que o discurso só tem sentido no contexto de sua produção.

O discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material, se torna concreta por meio da língua [...] o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente. Falar [...] é veicular um saber reconhecido como verdadeiro (pelo posto que ocupa) e, por isso, gerador de poder; uma relação de poder se estabelece [...] o discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas [...] em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas (BRANDÃO, 2009, p. 6).

Segundo Bakhtin (1999), em cada momento da história, os grupos sociais têm seus respectivos repertórios de formas de discurso na comunicação socioideológica, dessa maneira, a palavra só tem a sua razão de existência porque tem significação para nós. O mesmo autor acrescenta que isso se dá porque a palavra ou, mais propriamente, o discurso é um produto da interação viva das forças sociais. Para a AD, não apenas a organização linguística importa, mas, principalmente, como o discurso se articula com a história e qual a relação do sujeito com seu

mundo (ORLANDI, 2009), uma vez que a linguagem é um fenômeno puramente histórico e sua fundamentação é de natureza social (BAKHTIN, 1999).

Segundo Brandão (2009), o estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico, assim, as condições de produção constituem parte do sentido do discurso, e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado (MUSSALIN, 2000). Nos dizeres de Maingueneau (2013), o contexto de produção discursiva não é apenas um elemento que influencia o discurso, como se fosse uma espécie de moldura, é justamente o contexto que dá sentido ao discurso.

Todo discurso se constrói em uma rede de outros discursos, nesse sentido, dizemos que o discurso é sempre dialógico, isto é, ao dizermos algo, estamos direcionando a nossa fala a alguém. Além disso, pelo fato de o discurso ser dialógico, sempre trazemos a fala de outras pessoas para os nossos discursos (BRANDÃO, 2009). Essa compreensão representa algo muito importante que Bakhtin (1999) trouxe para a AD: o discurso, que é sempre dialógico, está orientado para outros discursos e é atravessado por uma infinidade de sentidos construídos historicamente, dessa forma, a fala nunca é monológica. Dito de outra forma, o que o filósofo russo diz é que não existe discurso neutro.

Um outro elemento importante da AD é a formação ideológica. Segundo Brandão (2009), o sujeito do discurso é essencialmente marcado pela historicidade, ou seja, ele não é um elemento abstrato da gramática, mas um sujeito situado na história da comunidade a qual pertence. Além disso, sua fala reflete os valores e a cultura de um determinado momento histórico e grupo social. Em suma, é um sujeito ideológico. O papel da ideologia aqui não é o de ocultação ou o de falsa consciência (como muitos marxistas ortodoxos defendem), mas sim uma função da relação entre linguagem e mundo, pois não há discurso sem sujeito e, muito menos, sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2009).

A compreensão e o sentido que temos do discurso são determinados pela nossa visão de mundo. E tudo o que falamos tem uma espécie de código ideológico. Esse entendimento é uma das maiores contribuições que Bakhtin trouxe em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, isto é, a forma como linguagem e ideologia se articulam para produzirem o discurso.

O estudo do discurso na AD está associado aos aspectos sociais e históricos, o que, aliado aos relatos orais e aos dados secundários, pode enriquecer a análise dos dados coletados na pesquisa. Nesse sentido, pelo fato de trabalhar com relatos orais, em que o que é importante não é a quantidade de relatos coletados, mas sim a singularidade e a subjetividade presentes neles, essa metodologia qualitativa de análise de dados pode mostrar de forma mais aprofundada as experiências e as vivências dos(as) catadores(as)

Como possibilidade em termos de “vertentes” da Análise do Discurso, adotamos as contribuições de Faria e Linhares (1993), Fiorin (2002; 2003), Fiorin e Barros (1994), Brandão (2009) e de Bakhtin (1999), que compreendem que a linguística possui tanto a dimensão social como a ideológica, que são resultantes da relação entre consciência individual e interação social. Para tanto, podem ser utilizadas as seguintes categorias de análise: a-) as condições de produção discursiva: o contexto histórico e cultural, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que têm de si e do outro (BRANDÃO, 2009); b-) formação ideológica: atitudes e representações que o produtor do discurso tem sobre si e sobre o interlocutor, que estão relacionadas com a posição social de onde se fala ou escreve e com as relações de poder (BRANDÃO, 2009); c-) polifonia e dialogismo: a polifonia diz respeito às outras vozes presentes no discurso (com as quais podemos concordar ou não). O dialogismo representa o fato de que, quando falamos ou escrevemos algo, trazemos a fala do outro para o nosso discurso; d-) análise do que é silenciado ou não dito no discurso; e-) análise do implícito e do explícito: aquilo que o discurso evidencia claramente e o que ele esconde.

Pelo fato de os(as) catadores(as) não serem sujeitos abstratos em seus discursos, mas sim sujeitos situados na história da cidade de Belo Horizonte, na história da ASMARE, é preciso estudar as condições de produção discursiva, em que o discurso não é neutro, mas sim político. Além disso, como os membros da associação possuem valores, defendem um determinado ponto de vista e têm uma visão de mundo, a formação ideológica pode evidenciar o papel que a ideologia tem na produção dos discursos.

Por meio do estudo do dialogismo e da polifonia, é possível identificar a presença de outras vozes e sujeitos presentes no discurso dos catadores, mostrando como eles podem trazer vários outros discursos em suas falas. Se um discurso é silenciado ou não dito, é importante se indagar porque ele foi silenciado, quais são os efeitos dessa não-fala e em que condições o implícito e o explícito podem ser usados nas várias formas de estratégias discursivas.

Como o discurso é uma forma de agir e de atuar sobre o outro, então é preciso chamar a atenção para o seu aspecto mais importante, que é o seu projeto político. No final de seu texto, Brandão (2009) faz uma reflexão muito interessante. Ela problematiza a importância de compreendermos a língua enquanto um discurso e, para isso, nos faz os seguintes questionamentos: em que isso poderia contribuir para tornar os indivíduos mais críticos? Você acha que uma nação precisa de cidadãos mais críticos? E que relação isso tudo tem com o ato de ler e escrever?

4 TRAJETÓRIA E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA ASMARE

O contexto de surgimento da ASMARE é marcado por um histórico de lutas e pela atuação de vários agentes sociais envolvidos, dentre eles destacamos o Poder Público (mais especificadamente, a prefeitura e os agentes da SLU), a Pastoral da Rua (uma organização pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte da Igreja Católica) e a população de rua (mais tarde alguns viriam a se tornar catadores). Segundo Jacobi e Teixeira (1997), a relação entre esses três atores envolvidos resultou em lutas conjuntas (e problemáticas), centradas no direito à cidadania da população excluída. Teixeira (2011) aponta que esse processo ocorreu inicialmente em algumas capitais do país, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, sendo todas essas experiências mediadas por organizações da Igreja Católica.

Os(As) catadores(as) de materiais recicláveis, já nos anos 50, eram vistos pelas ruas de Belo Horizonte recolhendo “lixo de valor” (GONCALVES; MOTTA; ABREU, 2002). Mesmo sendo os precursores da coleta seletiva, os(as) catadores(as) estiveram à margem da sociedade e foram tratados com preconceito pela população e como caso de polícia, pela maioria das administrações municipais. No final da década de 1980, muitos deles(as) que estavam em condição de moradores de rua em Belo Horizonte eram perseguidos por fiscais da prefeitura, tendo o cotidiano de trabalho dificultado pela ação do poder público, nas ditas “operações limpeza”, que emergiram da pressão colocada pelas reclamações da população quanto à limpeza das ruas e pela racionalidade técnica dos funcionários da limpeza urbana, que viam na sua atuação uma forma de saneamento (DIAS, 2002a).

Vítimas do desemprego e da exclusão social, até o fim da década de 80, os catadores trabalhavam somente para os donos dos depósitos que, ainda hoje, intermediam a venda do material reciclável para as indústrias. No final da década de 80, uma ação de apoio ao trabalho dos catadores, empreendida pela Pastoral da Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte e Cáritas Brasileira, possibilitaria a criação da associação. Em 1987, um grupo de irmãs beneditinas chegou à cidade, trazendo com elas a experiência de um trabalho desenvolvido junto à população de rua no município de São Paulo e, juntamente com mais 10 pessoas, criaram a Pastoral da Rua (DIAS, 2002b), que tem o objetivo de desenvolver atividades junto à população de rua de Belo Horizonte visando transformar a qualidade de suas vidas, o que trouxe um novo olhar e uma forma diferente de lidar com a população de rua (DIAS, 2002a). Dessa maneira, a luta dos(as) catadores(as) tomou outro rumo.

A partir de 1989, a prefeitura de Belo Horizonte desenvolve as primeiras iniciativas de Coleta Seletiva, contudo elas foram elaboradas de maneira tímida e desconsiderando a realidade

dos(as) catadores(as). Nessa mesma época, um grupo de catadores(as) ocupou uma área que era utilizada como estacionamento. A área ficava às margens da Avenida do Contorno (hoje atual sede da ASMARE). O espaço passou a ser utilizado como moradia das famílias e lugar para armazenar e separar o material coletado nas ruas (TORRES, 2008). Entretanto, um ano depois, segundo relato de uma catadora, em um determinado dia, às quatro horas da manhã, um grupo formado por policiais e fiscais da prefeitura ateou fogo nos barracões e nos carrinhos dos catadores, carrinhos esses que nem mesmo pertenciam aos catadores. O poder público, por meio da polícia, promoveu a retirada de forma violenta desses moradores do local³¹. Nessa ação, houve muita resistência por parte dos moradores, entretanto os seus barracos foram destruídos e o material que haviam coletado foi recolhido (CARDOSO, 2003). Mesmo assim, os catadores resistiram e continuaram no local à procura de alguém que pudesse ajudá-los. Essa situação gerou certa revolta por parte de algumas organizações e instituições que se sensibilizaram pela causa dos catadores.

Após esse ato violento, que ficou marcado na lembrança de muitos catadores da época, membros da Pastoral da Rua apareceram e procuraram se informar sobre o acontecido. Os catadores disseram que queriam trabalhar, mas os fiscais e os policiais não queriam deixar. Depois de muito diálogo e algumas reuniões, veio a ideia de fundar a associação. Depois de agentes do poder público terem promovido a retirada forçada dos catadores, os membros da Pastoral da Rua chamaram a atenção da Sociedade Civil Organizada para a situação vivida pelos catadores, articulando uma parceria de trabalho para ganharem visibilidade pública (JACOBI; TEIXEIRA, 1997).

A proposta da Pastoral de Rua foi a de que era possível trabalhar com os recicláveis sem estar na condição de mendigo, dessa forma, tinham a ideia de que era preciso organizar a produção dos catadores e lutar pelo reconhecimento do trabalho deles enquanto categoria profissional (DIAS, 2002a). Durante alguns meses, segundo um catador, os catadores tiveram de aprender sobre cidadania, meio ambiente, saúde, direito etc., e se recorda o quanto tiveram de lutar para conseguir formar a associação e conquistar o terreno no qual a Asmare está situada hoje. Ao conversar com uma catadora, ela relatou que esse terreno atualmente pertence à União e foi cedido aos associados como comodato³² para que eles possam utilizá-lo por trinta anos para trabalho.

³¹ Apesar de esse fato de referir a um passado distante, ainda hoje é possível observar ações de violência contra pessoas que estão em condição de rua. No centro de Belo Horizonte, por exemplo, é comum agentes da prefeitura lançarem jatos de água sobre essas pessoas que ficam nas calçadas e praças.

³² Empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.

Por meio de reuniões e assembleias, foi se consolidando a consciência de que os(as) catadores(as) tinham direitos, de que eram trabalhadores e que poderiam transformar em renda o material que catavam na rua. O auxílio da Pastoral da Rua foi de grande ajuda para os catadores(as). Ela foi o primeiro órgão que enxergou e quis, de fato, ajudar na organização dos(as) catadores(as). A catadora Dona Geralda comentou que ninguém queria se aproximar ou, até mesmo, conversar com eles. O catador era (ou é) visto como um ser diferente. Ela recorda que, após os(as) catadores(as) se organizarem, eles começaram a fazer passeata com cartazes, faixas e com os carrinhos nas ruas da cidade e na câmara municipal, almejando o reconhecimento de seu trabalho.

Depois de muita luta e resistência, os(as) catadores(as) conseguiram, junto à prefeitura, o direito de poder trabalhar como catador. Por intermédio da Pastoral, vieram outras instituições assistenciais para fortalecer o grupo de catadores(as), mudando, assim, a descrença que os mesmos tinham do futuro (TORRES, 2008). Segundo Magalhães (2016), em 1999 foi realizado na cidade de Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Catadores de Papel, o que pode ter potencializado o movimento dos(as) catadores(as).

Nos encontros, reuniões e discussões com os(as) catadores(as) nasceu a associação dos(as) catadores(as). Oficialmente, a ASMARE foi criada no dia 1 de maio de 1990, em uma ação conjunta entre os(as) catadores(as), a Pastoral da Rua e, de forma mais tímida, a prefeitura. A luta, no entanto, não parou por aí. A mobilização dos(as) catadores(as), apoiados pela Pastoral da Rua e por outras lideranças, garantiu o reconhecimento da importância de seu trabalho pela Prefeitura e pela sociedade. Segundo Cardoso (2003) e Torres (2008), a partir daí, inicia-se a disputa, junto à prefeitura, pela construção de um galpão (na mesma área que havia sido violentamente desocupada) para separação e triagem de resíduos sólidos e pela integração dos catadores ao sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos do município. Segundo alguns catadores, no início, a prefeitura não tinha visão de meio ambiente, pois colocava fogo nos carinhos e levava o material para o aterro sanitário, o que começou a mudar a partir da década de 1990³³.

No final de 1992, após muitas lutas com poder público, a ASMARE consegue seu primeiro galpão de triagem de recicláveis, localizado na Avenida do Contorno, 10.555, no Barro Preto. Em dezembro do mesmo ano, é assinado um convênio de cooperação entre a Prefeitura,

³³ Apesar das questões municipais, é preciso lembrar que nesse período o discurso da sustentabilidade ganha força. Em 1992, o país sedia a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que teve uma influência muito impactante sobre as políticas públicas relacionadas às questões ambientais, apesar das inúmeras limitações.

a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana, que viabilizou a manutenção do referido galpão. Em 1993, a prefeitura de Belo Horizonte reconhece, oficialmente, a importância do trabalho do catador na manutenção da limpeza pública e na economia gerada pela coleta, transporte e destinação final do material recolhido por este setor informal. A criação da Lei Orgânica do Município, que deu prioridade à catação de matérias aos catadores, legitimou a atuação dos mesmos. Entretanto, se por um lado essa lei tornou prioritária a participação de cooperativas e associações de catadores(as) no sistema de coleta seletiva, por outro, ela também retirou do poder público o papel de principal responsável pela gestão dos resíduos. Para Cardoso (2003), tudo indicava que a real pretensão do poder público, caso efetivamente a implantasse, era fazer essa transferência de responsabilidade por meio de terceirização, o que seria uma oportunidade para o setor privado atuar.

A partir da gestão do prefeito Patrus Ananias, a prefeitura começa a ter uma postura diferente. Além da criação da lei orgânica, foi implementada a coleta seletiva na cidade de Belo Horizonte e criado um convênio com a Asmare. Esse convênio³⁴ consistia em uma quantia mensal que era repassada à associação. Os associados usavam o dinheiro para comprar maquinário, uniforme, vale-transporte e pagar funcionários não-associados. Segundo relato de uma catadora, esse convênio durou até o ano de 2008. A partir de 2009, o convênio foi cortado, numa decisão que foi tomada na gestão do prefeito Márcio Lacerda.

Após a vitória nas eleições de 1992 da Frente Popular (uma coligação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores), houve uma melhoria significativa nas relações entre governo municipal e a população de rua (DIAS, 2002a); (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). A partir dessa época, os membros da ASMARE voltaram seus esforços para o reconhecimento social do trabalho dos mesmos, para reforçar a interação com o poder público e para ampliar a atuação da associação no município e até mesmo no estado. Jacobi e Teixeira (1997) enfatizam que as conquistas que os membros da ASMARE tiveram nesse curto período de tempo foram um resultado do processo histórico em que se desenvolveu a luta dos catadores. Assim, a presença da associação no cenário urbano reflete a problematização do estigma de morador de rua que o catador carrega, trazendo à cena pública um sujeito que também apresenta possibilidades e não somente mazelas e debilidades (DIAS, 2002b).

Com a implementação do Programa Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos de Belo Horizonte, foi criado, pela primeira vez na história de Minas Gerais, o Projeto de Coleta Seletiva dos Recicláveis em parceria com os(as) catadores(as). A coleta seletiva em Belo Horizonte

³⁴ Segundo Dona Geralda, o valor desse convênio era de R\$ 60.000,00 por mês.

passou a ter como objetivos a redução, reutilização e separação do material para reciclagem, com geração de trabalho e renda para os catadores e uma alteração de comportamento da sociedade em relação ao descarte de material. O modelo de seleção adotado foi a separação criteriosa por tipo de material: papéis, plásticos, vidros e metais, com a entrega voluntária em contêineres instalados em locais públicos (LEVs). Várias empresas realizavam ou realizam a entrega voluntária dos recicláveis diretamente no galpão de triagem. Normalmente, são empresas geradoras de grande quantidade de materiais recicláveis, que já implantaram a Coleta Seletiva em suas unidades e optaram pela parceria com a ASMARE, muitas vezes sensibilizadas pelos benefícios sociais de geração de trabalho e renda.

A catação de materiais recicláveis, um fenômeno muito comum em países do terceiro mundo, varia de cidade para cidade em intensidade e complexidade, mas possui as seguintes características comuns: as péssimas condições de trabalho, o pequeno apoio do poder público e o desprezo da população. Um convênio firmado entre a ASMARE, a Prefeitura e a Mitra Arquidiocesana instituiu o repasse da Prefeitura à ASMARE de recursos do município para pagamento de despesas administrativas, fretes, vale-transporte e uniformes para os catadores. Cerca de 70% do material produzido mensalmente é proveniente da coleta realizada pelos(as) próprios(as) catadores(as) na área central da cidade.

Os materiais coletados nos LEVs – papéis, metais, e plásticos – e as doações são levados para o galpão central, onde são pesados, depositados em boxes separados e, diariamente, selecionados, prensados e enfardados para posterior comercialização, realizada em sistema cooperativo pela ASMARE. O material coletado manualmente pelos(as) catadores(as) em seus carrinhos é também levado para os galpões, onde cada catador(a) possui um box para triagem (separação). Os materiais recicláveis que estão sendo comercializados pela ASMARE são: papéis, o que inclui jornais, papelão, revistas, papel branco, papel misto, embalagens longa vida; plásticos, dos tipos PET (polietileno tereftalato), PEAD (polietileno de alta densidade), PEBD (polietileno de baixa densidade), PP (polipropileno); metais, como metais ferrosos, alumínio e outros.

Na associação, a catação do material tem uma dinâmica própria. Segundo um catador, eles têm autonomia para escolherem o melhor horário de trabalho. Apesar disso, a maioria deles começa a trabalhar por volta das oito horas da manhã e alguns vão embora depois das dez horas da noite. Apesar de haver uma certa disputa entre os catadores pelo material, a relação entre eles, geralmente, não é conflituosa, devido à união que existe na categoria. Contudo, nos últimos anos, a quantidade de material reduziu, o que tem gerado mais atrito entre os(as) próprios(as) catadores(as).

Em relação ao processo de coleta e triagem do material, ele funciona da seguinte forma. Os(As) catadores(as) saem para rua recolhendo o material. No final ou no início do dia eles(as) voltam e começam o processo de separação do material. Geralmente, cada catador(a) tem uma dinâmica de trabalho própria. Na associação, cada um deles(as) tem seu box, que é um espaço reservado para estocagem e separação do material. Depois de separar o material, o(a) catador(a) o coloca em sacos que, posteriormente, serão transformados em fardos em uma máquina de prensagem. Os tipos de materiais mais comuns que eles recolhem são papel, papel branco, papelão, revista, jornal e plásticos em geral. Materiais de maior valor agregado, como sucata e alumínio (latinha)³⁵, quando recolhidos, são vendidos para empresas que comprem esse tipo de material (geralmente em galpões que estão localizados próximo à ASMARE).

Feito esse processo, os fardos são recolhidos por um caminhão e destinados para a empresa que compra esse material. Além da sede, há outra unidade da ASMARE em Belo Horizonte que fica no bairro Prado. Nessa unidade, os(as) associados(as) trabalham de forma diferente. Nenhum(a) catador(a) sai à rua para recolher material, eles apenas fazem a triagem do material que chega na unidade, geralmente doado por empresas ou pela SLU. Além dessa distinção, há outra diferença entre as unidades. Na unidade sede, os(as) catadores(as) recebem por produtividade, ou seja, quanto mais material recolhido, maior será o valor recebido. Na unidade do Prado, a renda dos(as) catadores(as) é paga por produção e os ganhos são divididos entre eles(as).

Atualmente, os(as) associados(as) da ASMARE processam por ano um total de 3.429 toneladas de materiais recicláveis. A tabela, abaixo, sintetiza isso de forma mais clara, relacionando o tipo de material coletado e sua respectiva quantidade.

Tabela 1: Relação entre tipo de material recolhido na associação e quantidades

Tipo de material	Papel	Plástico	Metais	Vidro
Quantidade (em toneladas)	2.688	404	186	151

Fonte: Elaborado a partir de dados retirados do site asmare.org. Adaptado pelo autor.

No que diz respeito à venda, segundo uma catadora, todo o material que é fardado nas duas unidades da associação é vendido para “aparistas”, que são terceiros que comprem o material, fazem fardos maiores e os revendem para a indústria. Desde a fundação, a ASMARE

³⁵ Segundo relatos de uma catadora, catar latinhas na rua é luxo. Ela diz isso porque esse material tem um alto valor de venda (quando comparado com os demais) e é mais escasso.

não tem relação com atravessadores (agentes de comercialização que atuam em cadeias produtivas como intermediários). Apesar disso, muitos(as) catadores(as) lamentam não venderem o material diretamente para a indústria, pois poderiam conseguir um valor de mercado maior pelo material. Nesse sentido, os doadores de material são de grande ajuda para a associação, pois fazem com que os(as) associados(as) aumentem o volume do material. Além disso, a ajuda desses parceiros contribui para que os(as) catadores(as) possam fazer a manutenção do galpão, que sempre está precisando de alguma reforma.

Hoje, um(a) catador(a) da associação recebe, em média, menos de um salário mínimo. Segundo uma das fundadoras da associação, esse valor estava um pouco melhor antes da inflação. Em relação aos preços praticados, não obtive informações muito precisas a respeito disso por parte dos(as) catadores(as)³⁶. Entretanto, por meio do site Mercado Mineiro, que faz pesquisas com empresas sobre precificação de produtos e serviços, consegui ter uma certa dimensão do valor que é pago pelo material que os(as) catadores(as) recolhem, como demonstrado na tabela a seguir. Isso valeria a reflexão: quantos quilos de material reciclável um(a) catador(a) precisaria recolher no mês para receber um salário mínimo, que atualmente está no valor de R\$ 954,00?

Tabela 2: Valor pago por quilograma de material

Estabelecimentos	Valor mínimo	Valor máximo	Variação	Preço médio
Latinha de alumínio vazia (kg)	R\$ 3,00	R\$ 3,90	30,00%	R\$ 3,49
Anel ou Lacre da latinha de alumínio (kg)	R\$ 2,50	R\$ 3,90	56,00%	R\$ 3,30
Garrafa PET vazia (kg)	R\$ 0,70	R\$ 1,30	85,71%	R\$ 1,01
Papel Branco (kg)	R\$ 0,15	R\$ 0,20	33,33%	R\$ 0,19
Jornal (kg)	R\$ 0,20	R\$ 0,50	150,00%	R\$ 0,33
Papelão (kg)	R\$ 0,15	R\$ 0,25	66,67%	R\$ 0,20
Revista (kg)	R\$ 0,05	R\$ 0,10	100,00%	R\$ 0,08

Fonte: Retirado do site mercadomineiro.com.br. Adaptado pelo autor.

Tomei a liberdade de fazer algumas contas rápidas e cheguei aos seguintes resultados. Se fosse em relação às latinhas de alumínio, que é o material que apresenta um dos maiores valores de venda, perdendo apenas para o cobre, esse(a) catador(a), com base no valor médio apresentado na tabela 2, teria de recolher e vender 274 kg de latinhas para ganhar um salário

³⁶ Informações relativas a preços praticados e dados financeiros são difíceis de se obter. Geralmente, é um tipo de informação que os catadores, mas não apenas eles, não se sentem muito seguros de passar. A não ser que seja para pessoas muito confiáveis.

mínimo. Sabendo que um quilo desse material corresponde a 75 latinhas, isso daria um total de 20.550 latas recolhidas. Em relação ao papelão, que é um dos materiais que os(as) catadores(as) mais recolhem, seria necessário recolher, aproximadamente, quase cinco toneladas desse material. Além do fato de esse(a) catador(a) ter de recolher grandes quantidades de material ao longo do mês para manter sua sobrevivência, é preciso ressaltar que nem tudo o que ele(a) recolhe é reciclável, pois, segundo um catador, boa parte é apenas lixo mesmo.

No âmbito mais estrutural, a ASMARE possui duas unidades e tem cerca de 140 associados e associadas, número que veio se reduzindo ao longo do tempo, já que na década de 1990 esse número era superior a 260. Segundo um catador, durante a época da copa do mundo, sediada aqui no Brasil, teve muita oportunidade de emprego e vários(as) catadores(as) foram trabalhar na indústria. Passado esse momento, aqueles que perderam o emprego acabaram retornando para a associação. Os que não voltaram, não se sabe por onde andam e nem o que estão fazendo.

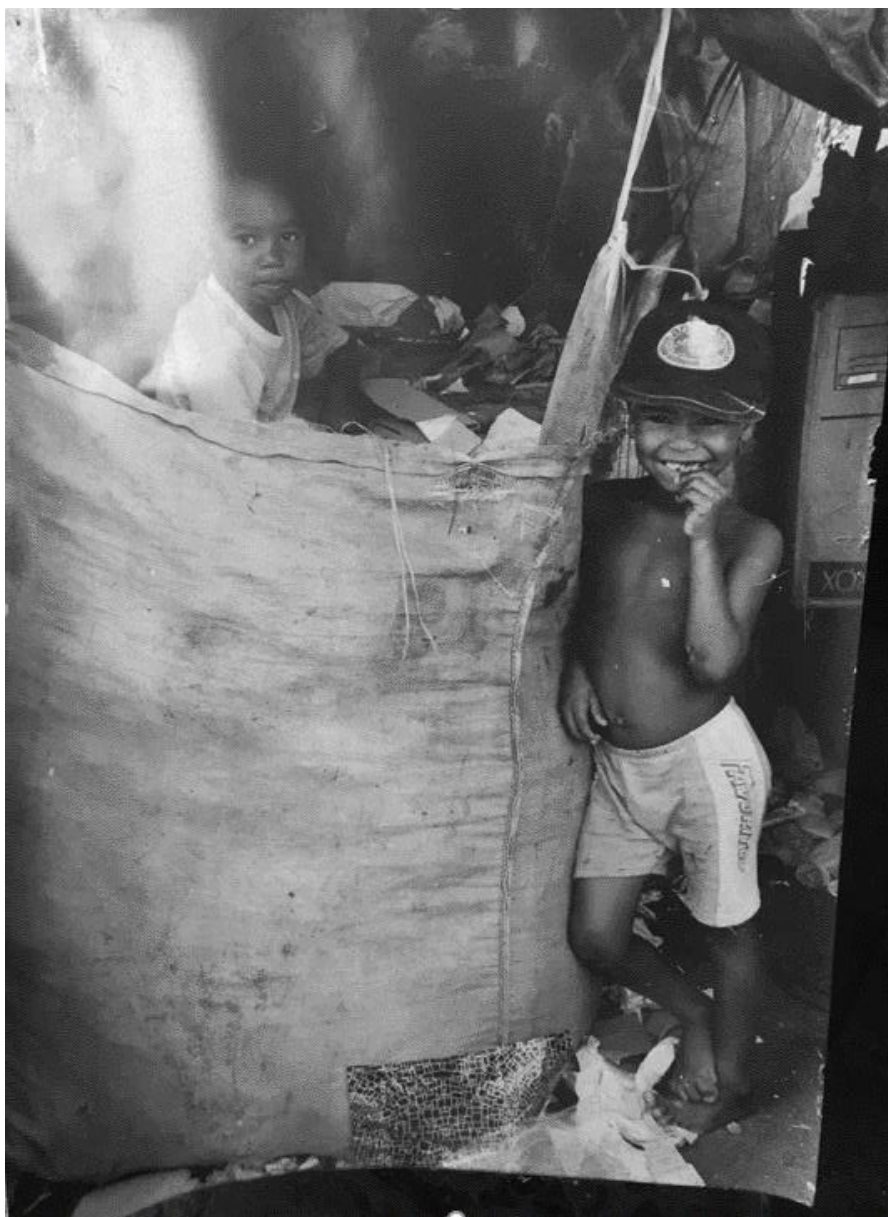
Uma realidade que é muito presente nas associações de catadores(as) no país é o baixo grau de escolaridade dos membros. A maior parte dos(as) catadores(as) da ASMARE estudaram poucos anos, chegando a nem terem concluído parte do fundamental. Apesar disso, os filhos dele(as) já possuem mais anos de estudos do que os pais, o que, talvez, ajude a compreender que há poucos descendentes dos(as) catadores(as) trabalhando na associação. Hoje, os muitos filhos desses(as) catadores(as) trabalham em vários setores da indústria e do comércio. Contudo, nem todos seguiram esse mesmo destino. Por isso, segundo relatos de uma catadora, os associados estão querendo trazer de volta a marcenaria³⁷ para dar mais oportunidade para seus filhos(as).

Ao longo de seus quase trinta anos de história, os membros das ASMARE desenvolveram muitos projetos, o que só possível por meio da construção de várias parcerias. Segundo Gonçalves, Motta e Abreu (2002), a associação já chegou a contar com mais de 80 parcerias estabelecidas com vários segmentos sociais, o que, infelizmente, se reduziu bastante. Os(As) catadores(as) disseram que havia muitos projetos para eles(as). Hoje, a creche³⁸ é um dos que restauram, já que as associadas ganhavam os filhos e os colocavam em caixas de papelão no local onde trabalhavam. Então, a creche veio para atender essa demanda.

³⁷ A marcenaria foi um projeto que a Asmare desenvolveu. Ele consistia em uma espécie de escola de aprendizagem voltada para os associados e seus filhos.

³⁸ A creche é um projeto que a Asmare fez em parceria com a prefeitura para que os filhos dos(as) catadores(as) pudessem estudar e brincar enquanto os pais trabalhassem. A ASMARE conseguiu o patrimônio, que era o Clube Tremedal, e fez uma parceria com a SLU. Um tempo depois, a associação transferiu a responsabilidade da creche para a prefeitura. Nessa creche, as mães podem deixar os filhos por volta das oito horas da manhã e pegá-los até às nove da noite.

Figura 3: Filhos de catadores(as) brincando em meio ao material recolhido na associação na década de 1990



Fonte: Imagem recuperada de um mural de fotos da Asmare.

A associação já desenvolveu muitos projetos de cunho cultural e educativo, mas, por falta de recurso financeiro, eles acabaram. Um desses projetos era o “Reciclo”. O Reciclo³⁹, que se localizava na rua da Bahia, era uma casa social que funcionava também como um bar e um restaurante. No espaço, havia uma oficina artesanal que utilizava material reciclável para criação de produtos. Também havia a participação de artistas plásticos e outros profissionais. Contudo, depois que o convênio acabou, o espaço foi fechado.

³⁹ Esse lugar foi cedido pela empresa Mendes Júnior para a Asmare ocupar. O aluguel do espaço era pago pela Asmare e pela Mendes Júnior.

Figura 4: Oficina de produtos recicláveis



Fonte: Imagem recuperada de um mural de fotos da Asmare.

Além desse projeto, havia também o Teatro Karecoragem. O teatro funcionava com um grupo de pessoas que mostravam ao público o que era reciclagem, meio ambiente, coleta seletiva. O objetivo era conscientizar as pessoas sobre meio ambiente por meio de peças teatrais.

Sem as parcerias, os projetos da associação não vão para frente. Havia até passeata nas ruas. Os(As) catadores(as) participavam de um carnaval de rua, que procurava mostrar para a sociedade que era possível e viável fazer um evento carnavalesco com baixo custo e com material que vinha do lixo, como ilustrado na figura a seguir.

Figura 5: Participação dos(as) associados(as) no carnaval



Fonte: Imagem recuperada de um mural de fotos da Asmare.

Nesse “carnaval dos catadores”, eles tinham até um bloco: o Bloco dos Catadores e Garis, que foi criado em 1994, em parceria com a SLU, a ASMARE e a Pastoral de Rua. A ideia era mostrar as alternativas da reciclagem e a importância do trabalho das pessoas que lidavam diretamente com a manutenção da limpeza urbana, como catadores e garis. O carro alegórico da figura 5 foi feito a partir de material reciclável. As fantasias eram feitas de materiais recicláveis, e artistas plásticos e músicos eram convidados para criarem temas e músicas com o repertório relacionado à temática da limpeza urbana e do meio ambiente.

Em relação aos projetos que foram e que ainda são desenvolvidos pelos(as) associados(as), segue um quadro descrevendo-os.

Quadro 3: Alguns projetos desenvolvidos pela ASMARE

Projetos desenvolvidos pela ASMARE	Descrição
Marcenaria*	Aprendizado das técnicas primárias de marcenaria, que aplicava o conceito de reaproveitamento e reutilização.

	Garantia um acabamento de qualidade e gerava novas possibilidades de trabalho e renda. Nessa atividade, os filhos adolescentes dos catadores, que frequentavam a escola, se capacitavam e aprendiam o ofício de marceneiro.
Papelaria ou Oficina de papel*	Papéis eram reciclados de forma artesanal para fabricação de agendas, convites, calendários, cadernos e móveis. Essa atividade incorporava ex-moradores de rua ao projeto, gerando trabalho e renda para esse seguimento. Os produtos decorrentes dessa oficina eram vendidos na loja do Espaço Cultural Reciclo.
Metal*	O material servia de base para a criação de flores, bijuterias e objetos de decoração.
Corte e Costura*	Esta oficina fazia parte do projeto Fábrica Social, formado por quinze ex-moradores de rua, entre homens e mulheres. Buscando a sustentabilidade e ampliando novos mercados, o grupo confeccionava enxoval hospitalar, uniformes industriais e, com um designer próprio, produzia peças customizadas – blusas, camisetas, bolsas e acessórios. Além disso, reutilizava tecidos, <i>banners</i> publicitários e sucatas, para criar novas possibilidades de moda.
Teatro*	Os catadores de materiais formavam o grupo Karecoragem, que se apresentava em escolas, empresas e em locais públicos, disseminando a educação ambiental e a coleta seletiva.
Reciclo ASMARE Cultural I e II*	O espaço mostrava, de maneira lúdica e prazerosa, as possibilidades de reaproveitamento do lixo. O reciclo contava com loja, galeria de exposição de arte e uma decoração contemporânea, que cruzava o reaproveitamento dos materiais recicláveis com as artes plásticas. Essa atividade promovia um ambiente de beleza peculiar e com um cardápio diversificado ao som da bossa nova e samba raiz.

Oficina de cozinha*	Esse projeto tinha como objetivo a capacitação para a inserção dos ex-moradores de rua no mercado de trabalho, garantindo alimentação de boa qualidade e de baixo custo para os catadores.
Eco-bloco*	Oficina onde eram produzidos blocos para calçamento de ruas a partir de resíduos da construção civil. Essa oficina era realizada na estação de tratamento de resíduos sólidos de Belo Horizonte.
Creche	Em uma parceria com a PBH (Prefeitura de Belo Horizonte), a ASMARE recebe ajuda da UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) Carlos Prates (Creche Pública Infantil) com vagas reservadas para os filhos de catadores.
Abraçar	Por meio do Projeto ABRAÇAR, a ASMARE acolhe pessoas com referência de rua, pessoas encaminhadas pela justiça para o cumprimento de pena socioeducativa. O projeto apoia o CEAPA (Central de Apoio de Acompanhamentos às Penas e Medidas Alternativas), SEFIPS (Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas, e Programa de Prestação de Serviço à Comunidade).

*Projetos que não são mais realizados devido à falta de parcerias.

Fonte: Retirado de Gonçalves, Motta e Abreu (2002) e do site da associação (asmare.org). Adaptado pelo autor.

Com a diminuição significativa das parcerias e do material recolhido pelos(as) catadores(as) nos últimos anos, a associação está passando por um momento de crise, o que fez com que os membros deixassem de realizar vários projetos. Para lidar com essa situação, os associados têm prestado alguns serviços para empresas, instituições, condomínios e eventos. Em troca desses serviços, a ASMARE recebe materiais e doações, o que possibilita uma fonte de renda alternativa para seus associados. Os principais serviços oferecidos pela associação são:

Quadro 4: Novos serviços desenvolvidos pela ASMARE

Serviços desenvolvidos pela associação	Descrição
Evento sustentável	O serviço de gestão de resíduos em eventos, chamado de Evento Sustentável, direciona adequadamente toneladas de materiais orgânicos e recicláveis proporcionando trabalho e renda para

	diversos catadores associados. Os eventos acompanhados pela ASMARE, além de se estabelecerem dentro das normas de gestão de resíduos estabelecidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, têm direito de utilizar o selo de sustentabilidade do Evento Sustentável e recebem um relatório detalhado de todo o material recolhido durante o processo.
Trituração de materiais	A ASMARE disponibiliza o serviço de trituração de material sigiloso, com total critério e discricção. Ao final da destruição, o material é levado para um centro de reciclagem e reaproveitamento de matéria prima.
Coleta seletiva	A associação dispõe de um caminhão para recolhimento de material em grandes quantidades. Esse serviço pode ser acordado com frequência por condomínios, empresas e organizações de eventos.
Palestras	Com quase 3 décadas de trabalho, a ASMARE está repleta de histórias e conhecimento. Visando à disseminação desse saber e experiências, a associação oferece palestras ministradas pelos associados mais experientes para instituições em troca de doações e materiais.

Fonte: Retirado do site asmare.org. Adaptado pelo autor.

Em relação à gestão da Asmare, atualmente ela é formada por três catadores: Janete (presidente), que é filha de uma catadora e cresceu junto com a associação; Dona Geralda (vice-presidente), uma das fundadoras da associação; e Edilson Joaquim (tesoureiro), que trabalha na Asmare há dezessete anos. Dentre as funções exercidas pela gestão, podemos citar o controle das receitas e despesas da associação, pagamentos dos(as) associados(as) e demais funcionários, organização de assembleias e preparação de atas das reuniões, mediação de possíveis conflitos entre os(as) catadores(as), atendimento de exigências legais etc.

A associação tem um Estatuto Geral aprovado em assembleia prevendo a sua regulamentação em relação à adesão de membros e à forma como a entidade deve ser administrada, sendo ilimitado o número de associados(as). O interessante é que a gestão da organização não é permanente, sendo alterada a cada três anos, momento em que os associados e associadas fazem uma votação e elegem os novos representantes da gestão. Essa gestão é formada por pessoas que se candidatam às vagas e são escolhidas por meio de um processo de

votação, no qual cada catador(a) tem seu voto. Apesar de a ASMARE ter um núcleo gestor, segundo uma das catadoras, todas essas pessoas catam e separam material como um catador qualquer. Elas fazem as mesmas funções.

Entretanto, segundo relato de alguns catadores(as), os membros da associação estão muito desanimados em assumir esses cargos de gestão, o que não ocorria quando eles criaram a ASMARE. Segundo um dos catadores, as pessoas tinham mais amor, mais coração pela causa. Hoje é difícil achar alguém que queira assumir a essa responsabilidade.

5 LUTA E RESISTÊNCIA POR SOBREVIVÊNCIA

A história da criação e da existência da ASMARE se confunde com a trajetória de vida de muitos(as) catadores(as) e o contexto social no qual estão inseridos traduz um pouco do que é ser catador(a), assim como de onde falam e a quem essa fala se direciona. As falas dos(as) catadores(as) não se situam no vazio, pois estão inseridas em um contexto histórico que cria as condições necessárias para a sua existência. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que é importante levar em consideração a posição que um dado discurso ocupa na hierarquia social de valores (BAKHTIN, 1999). Segundo o mesmo autor, quanto mais forte for a necessidade da importância hierárquica na enunciação de uma pessoa, mais claras e definidas serão as fronteiras e menos acessível será a penetração de seu discurso, pois as formas de comunicação são determinadas pelas condições sociais e econômicas de cada época.

(01) Minha família veio para a capital do estado procurando uma melhor condição de vida, na busca de ajudar os parentes que deixamos lá na roça. Mas as coisas foram mais difíceis do que imaginava. Lá na roça, apesar da vida simples, minha família tinha cidadania. Mesmo no cabo da enxada, plantando e colhendo, nós era como cidadão, e perdemo isso quando viemo pra cidade. Passamos muita dificuldade pra sobreviver. E a rua foi a nossa casa. Depois que os meus pais morrem, eu comecei a catar papel pelas ruas da cidade. Eu catava e colocava na cabeça, pois, naquela época, eu não aguentava puxar o carrinho. Com a renda do material, eu nunca mais passei fome. E até hoje eu estou nessa luta. Os vinte associado que ajudaram a formar a associação se conheceram na rua, onde partilharam comida e ficavam catando papel na rua Rio de Janeiro, como se fosse uma família (Maria de Fátima)

(02) Eu sou um ex-morador de rua, né. Eu sou mineiro, mas nasci em Caratinga. Vim para Belo Horizonte com um ano de idade, então a minha vida toda foi aqui. Nós temos uma vida muito difícil. A minha mãe criou a gente sem pai e nós trabalhamos na rua o tempo todo. Vendendo objetos na rua... foi uma vida muito difícil até que eu cheguei aqui, onde é a Asmare hoje (Antônio)

Os fragmentos (01) e (02) demonstram de forma muito evidente a origem social de dois catadores(as), o que não difere muito da dos outros membros da associação. A maior parte deles vieram de outras cidades em busca de uma melhor condição de vida na capital mineira, corroborando as ideias de Honorato (2014). Maria de Fátima diz que, ao chegar em Belo Horizonte, ela veio a perder sua cidadania, o que possuía quando morava na roça. Isso se deve pelo fato de que as condições de vida na cidade não são as mesmas para todos os moradores e podem ser muito diferentes daquilo que temos no imaginário social. Para muitos deles, a rua deixa de ser apenas um espaço público onde pedestres exercem o seu direito de ir e vir, passando a se transformar também no *locus* de moradia e de trabalho, como o caso dos(as) catadores(as).

O ato de catar papel, para boa parte desses(as) catadores(as), não é uma escolha de trabalho ou de atuação profissional, é, “simplesmente”, uma questão de necessidade. No trecho (01), a catadora fala que, quando começou a catar papel, ela nem aguentava puxar o seu instrumento de trabalho. Isso deixa implícito que ele ainda era uma criança quando começou a realizar essa atividade, o que foi (e ainda é) uma realidade para muitos deles. A renda obtida com a venda do material possibilita não apenas saciar a fome, como descrito no trecho, mas também serve como elemento que dá esperança na luta desses homens, mulheres (e crianças).

(03) Naquela época, ninguém falava de meio ambiente, catador, coleta seletiva ou recicragem. Tudo era considerado lixo, até mesmo aqueles que sobrevivem dele. A visão que as pessoa tinha dos catadores era de que eles estavam sujando a cidade. Os fiscais da prefeitura não dava muita trégua e sempre estavam perseguindo a gente. Hoje, todo mundo pode catar o material, mas, naquela época, fiscal prendia e polícia batia. A associação surgiu desse enfrentamento e cada tijolo desse lugar representa um pouco dessa história de luta e sofrimento que a gente passou (Maria de Fátima)

No fragmento (03), é possível perceber que, na percepção do entrevistado, a sociedade tinha (e ainda tem) uma visão muito negativa do catador e do seu trabalho na cidade, chegando até mesmo a ser comparado ao lixo, isto é, algo desprezível e sem valor. Segundo Dias (2002b) e Bastos e Araújo (2015), o estigma é um preço que os catadores carregam por atuarem na rua. Maria de Fátima diz algo muito interessante. Ela fala que, no passado, temáticas como meio ambiente, coleta seletiva, catador e reciclagem eram desconhecidas para as pessoas. Isso tem muito sentido porque, o discurso da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável, que

abarca todas essas temáticas, é algo muito recente em termos históricos, uma discussão que começou a ser feita no final dos anos 1960⁴⁰ e que se intensificou e foi incorporado por várias instituições, gestões empresariais e cidadãos a partir de 1990.

Aqui, é possível perceber algo muito interessante. Pelo fato de os(as) catadores(as) já atuarem nas ruas do Brasil desde 1950, foram eles que iniciaram o debate sobre o lixo, por isso, eles são os grandes responsáveis pela reciclagem e por reinserirem o material no ciclo produtivo, transformando aquilo que considerávamos descartável e sem valor em fonte de renda e trabalho. O que nos cabe questionar: como seria a reciclagem no Brasil sem o(a) catador(a) de material reciclável? Apesar disso, a figura desse(a) catador(a) quase nunca é lembrada quando discutimos essa temática. Tendemos a esquecer o papel que muitos sujeitos tiveram ao longo da história: fazemos isso com o tecelão da Revolução Industrial, com a mulher na ciência, com os povos indígenas na cultura brasileira etc. Segundo Gonçalves, Motta e Abreu (2002), muito antes de a coleta seletiva ser defendida por ambientalistas e movimentos organizados, a separação do “lixo” já era feita de forma silenciosa e solitária pelos catadores.

Fica explícito no discurso da Maria de Fátima que, além da visão negativa que a sociedade tinha de seu trabalho, trabalhar nas ruas não era nada fácil. A atuação da polícia e dos fiscais da prefeitura eram consideradas uma grande ameaça para os(as) catadores(as), pois, poderia incorrer na apreensão do material recolhido e, até mesmo, em espancamentos. Contudo, apesar de todo esse contexto social desfavorável, teve um ponto positivo: os(as) catadores(as), por estarem em uma condição muito parecida, acabaram se solidarizando um com a situação do outro.

(04) Naquela época, a prefeitura não era nossa parceira. Era inimiga, pois sempre estava perseguindo a gente na rua. Mas foi difícil aceitar a pastoral. A gente achava que estava ali para nos prejudicar. Depois a gente passou a confiar neles. A gente sofreu muito. Ninguém valorizava nosso trabalho. A gente tinha família, filho pra criar. Sem a gente, a prefeitura não conseguiria limpar a cidade. A gente só queria uma vida digna (José)

⁴⁰ Foi em 1970 que a questão ambiental ganhou grande notoriedade e destaque, enquanto debate político, reforçado pelos estudos de Rachel Carson, em 1962, sobre os efeitos nocivos do Difloro-Difenil-Tricloroetano sobre os seres vivos.

Como descrito no capítulo anterior, no processo de formação da ASMARE, há três atores principais: os(as) catadores(as), a prefeitura e a Pastoral da Rua. É importante ressaltar que, no primeiro momento, a postura da prefeitura junto aos(as) catadores(as) foi de rivalidade, perseguição e de inimizade, como descrito pelo José. Muitos órgãos públicos não viam função social alguma na atuação de catadores(as). Em relação à ajuda da Pastoral, muitos(as) catadores(as) tiveram uma postura receosa, justamente pelo fato de que ninguém valorizava o trabalho deles, o que mudou com o passar do tempo. Foi exatamente essa imagem negativa do(a) catador(a) que a Pastoral da Rua procurou mudar, isto é, mostrar para a prefeitura e para a sociedade o papel importante que os(as) catadores(as) tinham na cidade.

No mesmo fragmento discursivo, José fala que o trabalho deles era essencial para ajudar a prefeitura na limpeza da cidade. A limpeza urbana é de responsabilidade do Estado e cabe ao município desenvolver ações para a sua efetivação, contudo, em alguns casos, essa atividade é realizada pelos(as) próprios(as) catadores(as), apesar do pequeno apoio do poder público que, em determinados momentos, é quase inexistente.

05) Bom, pelo que eu sei, isso aqui não era assim como você está vendo. Não tinha esse galpão. A prefeitura e os catadores que fizeram através de luta. O pessoal ficava lá na rua lá. A polícia chegava, batia... atirava, mas o pessoal resistiu. O pessoal resistiu e a prefeitura ajudou a construir isso aqui. E tivemos muitas parcerias e até mesmo um convênio. Foi tipo, você lembra da ditadura? Foi tipo isso. O pessoal resistia. Nós resistíamos (Joaquim)

(06) Olha, esse processo, todos nós que começamos aqui já tinha essa consciência. Que aqui não iria ser fácil. Aqui foi a primeira associação fundada de catadores de materiais recicláveis. Mas esse processo de mexer com o material, de a sociedade entender que nós estava prestando um serviço social, só depois eles viram o valor nisso (Antônio)

Em muitos discursos dos catadores(as), a respeito da formação da associação, é recorrente eles falarem em um processo marcado de luta e resistência, como o caso do Joaquim. Ele chega a utilizar uma metáfora (recurso linguístico que dá a ideia de transporte) para comparar o período anterior à criação da ASMARE com a ditadura civil militar: “foi tipo, você lembra da ditadura?”. Isso deixa implícito que os(as) catadores(as) passaram por um momento

de perseguição e restrição de suas atuações na rua, o que, num contexto específico, não difere muito dos “anos de chumbo”. Algo importante de ressaltar é que está presente na memória dos(as) catadores(as) que participaram da criação da associação é que, mesmo depois de a terem criado, a luta não parou por aí. Pois, segundo o Antônio, mostrar para as pessoas que o trabalho feito a partir do material reciclável tem seu valor social é um processo muito difícil. Exige tempo, reflexão e muita resistência.

(07) Os catadores trabalham muito, né. Então tem que vender os papéis para poder ter o ganha pão deles também, né. Devia ter uma ajuda melhor. Não temos vale-transporte. Eu não pago mais passagem, mas eles precisam do transporte. Eu acho que poderia melhorar... ah... ter o vale-transporte para eles, que é o necessário... tinha, foi cortado. E... mais uma ajuda pra eles também, que precisam de ajuda. São todos catadores, lutam com muita dificuldade. Então precisam de ajuda maior da prefeitura (Rosária)

(08) Mas consciente eu sou e agradeço à Asmare porque ela me tirou da rua. E eu trabalho hoje, tem meu pão de cada dia... queria estar num lugar melhor na verdade. Eu queria uma casa própria, um barracão de dois cômodos qualquer [...] a nossa renda depende do que a gente vende. Porque todo material tem um preço. Por semana, porque aqui recebe por semana, uns cento e setenta, cento e oitenta reais. O meu maior desafio é o de sobreviver (Joaquim)

Algo que é muito presente em associações de catadores(as), assim como em cooperativas e em outras organizações de economia solidária é que, geralmente, seus membros não possuem carteira de trabalho assinada. Segundo Baptista (2015), o contexto dos(as) catadores(as) é o de trabalhadores(as) que lidam com condições adversas em termos de garantias trabalhistas. Isso gera uma série de implicações que precarizam as condições de trabalho.

Alguns direitos trabalhistas que foram historicamente conquistados, por exemplo, 13º salário, férias remuneradas, jornada de trabalho, hora extra, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), seguro-desemprego, férias remuneradas, vale-transporte, adicional noturno, vale-alimentação, licença maternidade, não são garantidos aos(às) catadores(as).

Segundo Joaquim, o que os membros da ASMARE recebem é apenas a renda proveniente da venda do material coletado. E caso o(a) associado(a) tenha algum problema que o impeça de trabalhar, como uma doença ou uma licença-maternidade, ele(a) não receberá o benefício, pois a renda depende do que cada um vende.

A informalidade é um problema que sempre está presente na forma de atuação dos(as) catadores(as) e em estudos realizados por pesquisadores sobre essa categoria profissional. Mesmo havendo um reconhecimento da profissão de catador, legislações que incentivam a formação de cooperativas e associações, mesmo assim, isso não implica, necessariamente, melhoria nas condições de vida deles. As condições de trabalho desses(as) catadores(as) revelam as dificuldades de quem trabalha com a reciclagem, exigindo dessas pessoas a tentativa de conciliar sua atividade laboral e a não garantia de direitos trabalhistas.

No trecho (08), o catador fala sobre o valor que recebe por semana. Em média, cada catador(a) recebe R\$ 700,00 por mês. Esse valor, que representa 73% (setenta e três por cento) do salário mínimo⁴¹ vigente, indica que esses(as) trabalhadores(as) não têm a renda mínima necessária para suprir suas necessidades. Esse valor mensal tem de ser suficiente para os(as) catadores(as) se alimentarem, se deslocarem de suas casas até a associação, manterem suas famílias e consumirem outros bens e serviços, se sobrar algo no final do mês, é claro. Rendimentos como esse, infelizmente, são muito comuns em nosso país, principalmente entre pessoas que trabalham informalmente. Para se ter uma noção, em termos nacionais, segundo uma pesquisa realizada⁴² pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios), aproximadamente, 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores ocupados recebem, em média, 15% (quinze por cento) a menos do que um salário mínimo por mês. A pesquisa também apontou que a renda das pessoas que ganham mais chega a ser 360 (trezentos e sessenta) vezes superior à renda daqueles que ganham menos. Isso só corrobora o fato de sermos um dos países com maior desigualdade social do mundo.

Apesar das limitações, a associação tem gerado contribuições para seus membros. Diferentemente de outras organizações, muitas associações tentam manter um laço de ajuda aos seus membros, como descritos nos trechos a seguir.

⁴¹ Do ponto de vista da legislação brasileira, o salário mínimo representa o valor mais baixo que os empregadores podem pagar aos empregados pelo seu tempo gasto na produção de bens ou na prestação de serviço na economia nacional. Dito de outra forma, é o valor mínimo necessário que algumas pessoas, entre elas, muitos economistas, julgam ser necessário para a reprodução da força de trabalho.

⁴² O levantamento foi feito ao longo do ano de 2016 e os dados foram divulgados em 2017. Para mais informações, acesse: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40.

(9) Eu acabei de criar meus filhos aqui. Já tem dezoito anos que eu trabalho aqui. Hoje eles já estão criados e eu continuo trabalhando. Hoje eu tenho minha casa própria. Mas tudo isso eu devo à reciclagem. Eu acho uma grande ajuda. Porque a gente, quando passa dos 50 anos, já não consegue mais serviço. Então aqui é uma boa ajuda. Aqui é diferente. A gente consegue perceber o valor que as pessoas dão pro trabalho da gente. Não só aqui dentro. Hoje lá fora também é muito reconhecido o trabalho da Asmare (Rosária)

Muitos(as) catadores(as), por meio da renda gerada a partir do material coletado, conseguiram criar seus filhos(as) e, até mesmo, comprar a casa própria. Rosária diz que a associação é um bom lugar, pois lhe forneceu ajuda e capacidade de perceber o valor do seu trabalho. Ele também deixa explícito que a ASMARE tem sido muito reconhecida por causa dessas ações.

(10) A gente trabalha com os excluídos, o que não é uma tarefa muito fácil. Hoje eu não bebo mais. Eu já cheguei a beber dois litros de cachaça por dia. Mas o álcool não é um problema da associação, ele é social. Não é apenas na Asmare que o catador usa droga. O catador trouxe o seu vício da rua. Na associação, a gente recebe moradores de rua, recebe pessoas que estão cumprindo pena e vêm até à associação, por meio de medida judicial, para trabalhar como forma de cumprimento de pena. Quando o catador chega na associação, ele não sabe puxar carrinho, catar papel ou separar o material. Na associação, ele tem a oportunidade de aprender sobre tudo isso. As pessoas só gostam de trabalhar com gente pronta, aquelas que são capacitadas, e excluem os diferentes. Na associação, os associados são esses diferentes, os excluídos pela sociedade. Isso gera muito sofrimento, porém é um sofrimento que dá resultado, pois a associação pode ajudar essas pessoas de alguma forma (Maria de Fátima)

No fragmento discursivo (10), é possível ter uma maior dimensão das condições em que as pessoas chegam para trabalhar na associação e de como a ASMARE tem se tornado um espaço de acolhida. Segundo Maria de Fátima, o perfil dos associados é o de pessoas excluídas

socialmente. Os(As) associados(as) que trabalham na associação, geralmente, são pessoas que estão em condição de moradores de rua e, em alguns casos, recebe alguns detentos que, por meio do trabalho, cumprem pena de reabilitação. Algo que ainda faz parte do cotidiano de muitos(as) catadores(as), é o consumo de drogas, entre elas, a mais comum é o álcool. Isso não representa uma realidade específica da ASMARE, como relatado por Maria de Fátima, mas sim um problema social mais amplo que a associação deve lidar. Nesse sentido, a associação procura dar oportunidades para que essas pessoas que estão à margem da sociedade possam desenvolver alguma atividade produtiva.

Figura 6: Fachada da ASMARE



Fonte: Arquivo da associação.

Ao entrar pelo portão principal do galpão da Avenida do Contorno, é possível notar a placa da fachada da associação. Nela, além de estar escrito o significado da sigla ASMARE, há também a seguinte frase: “*reciclando a vida*”. Isso demonstra um pouco o papel social da associação, que não tem apenas como objetivo a reciclagem, mas também oferecer

oportunidade para várias pessoas que vêm da rua, incentivando a assistência social e os valores coletivos.

As associações de catadores(as) são organizações que buscam auxiliar no reconhecimento e na valorização do trabalho dos membros. Antes de criarem a associação, alguns(as) catadores(as) vendiam os materiais recolhidos para atravessadores, que pagavam muito pouco pelo material comprado. Hoje, os(as) catadores(as) aproveitam do próprio beneficiamento dos materiais. Dessa forma, gerando emprego e renda, e retirando uma boa parcela da população que dormia na rua, a ASMARE demonstra um retorno social da sua existência, reforçando o argumento de que esse tipo de organização pode trazer mais contribuição para a sociedade do que as empresas tradicionais. Nessas organizações, não importa apenas o resultado financeiro, mas também os impactos sociais (PINHEIRO, 2013). Talvez, aqui, esteja uma das maiores diferenças entre organizações autogestionárias e empresa tradicionais: não importa apenas gerar renda, é preciso também “*ajudar as pessoas de alguma forma*”, como descrito pela Maria de Fátima.

5.1 O que é ser um catador

Em meio às várias visões que podemos ter dos(as) catadores(as), estejam elas relacionadas ao fato de os enxergarmos como trabalhadores(as) ou como mendigos que ficam revirando o lixo, na percepção dos associados, a representação do que é ser catador(a) está intimamente relacionada com a sua atividade laboral⁴³, como observaremos nos trechos seguintes.

(11) Ser catador é ser um meio ambientista, ambientalista, né. Um agente do meio ambiente. Porque, além de está cuidando do espaço, digamos assim, além de estar ajudando a prefeitura, tá cuidando do meio ambiente. Porque tá tirando, eles falam lixo, mas eu não falo lixo, o reciclável da rua. Então, tá ajudando... reciclar é tudo. Só não o orgânico. O orgânico, para quem não sabe, tipo casca de fruta, verdura, essas coisas, serve de adubo. É bom pra colocar no pé das árvores, né (Joaquim)

⁴³ Isso é uma constatação que o próprio Marx (2013) compreendeu ao longo de seus estudos, isto é, o trabalho não apenas produz, mas também nos constitui enquanto seres humanos.

(12) Pra mim, o que era e o que continua sendo, é um trabalhador para o meio ambiente. Que hoje muita gente não caiu a ficha de ter essa consciência de que o material reciclável que se tá trabalhando para se manter e também contribui para o meio ambiente. É algo que poucas pessoas entendem. Eu tenho certeza de que se não fosse os catadores, a prefeitura não daria conta de pegar todo o material que fica na rua. A gente ajuda na limpeza, né. A gente ajuda o meio ambiente, né. Muitas coisas que iria ser jogada fora, a gente recicla para manter o lugar mais limpo, né. (Roberto)

A ideia de uma consciência ecológica e ambiental é marcadamente presente em seus discursos. Apesar de carregarem o estigma de “catadores de lixo”, podemos observar que o trabalho deles tem um caráter de conscientização, como se fosse um serviço voltado para a melhoria do ambiente, revisitando a discussão da necessidade de um planeta sustentável. É nesse sentido que os(as) associados(as) se veem como ambientalistas, agentes do meio ambiente que, por meio de seu trabalho, auxiliam o poder público na manutenção da limpeza urbana. Para Bartoli (2013), essa promoção do catador como agente ambiental está, diretamente, relacionada aos movimentos ambientalistas e constitui uma posição paradoxal. Em muitos relatórios que são produzidos em movimentos de catadores(as), essa imagem como agente ambiental é reproduzida.

É preciso nos atentarmos para o lugar e a posição em que colocamos a figura do(a) catador(a) em termos de ação. Souza (2006), de forma muito precisa, chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, o discurso de protagonismo e participação social anula a ação política dos sujeitos pela produção discursiva que limita a fala autônoma e transgressora. Nesse sentido, os(as) catadores(as), vistos, muitas vezes, como agentes da educação ambiental, ressignificadores do lixo etc., podem acabar se tornando um objeto de políticas e medidas governamentais e não-governamentais. A consequência de todo esse processo é justamente a descrença na ação política como possibilidade de mudança. Dito de forma mais simplificada, o catador ou a catadora que está presente no discurso, muitas vezes, não é sujeito de sua ação.

Segundo Bakhtin (1999), pelo fato de o discurso ser carregado de um sentido ideológico ou vivencial, compreendemos e reagimos somente às palavras que nos despertam ressonâncias ideológicas concernentes à vida, dessa maneira, quando o(a) catador(a) diz que se vê como agente ambiental, ele fala porque incorporou esse discurso que só faz sentido no contexto no

qual ele vive e atua. Além disso, nos fragmentos discursivos (11) e (12), é possível perceber também algo muito interessante na atuação do(a) catador(a): o seu papel educativo.

Figura 7: Carrinho de um(a) catador(a) de material reciclável



Fonte: Fotografia feita na cidade de Belo Horizonte.

No carrinho está escrito “*Meu carro não polui*”. O sentimento de ser um agente do meio ambiente, para muitos catadores, representa o seu papel social na cidade. Em vários lugares do país, é possível ver esses carrinhos que, geralmente, trazem alguma mensagem com caráter explicitamente político. As pautas, normalmente, dizem respeito a aspectos que fazem parte do cotidiano dos(as) catadores(as), tais como, coleta seletiva, gestão e consciência ambiental, sustentabilidade, atuação do poder público e da sociedade civil, etc. Nesse, por exemplo, há

uma crítica sobre a poluição do ar gerada a partir da combustão de veículos automotores. É uma atitude pequena, mas com um potencial reflexivo grande.

A consciência ambiental desses(as) catadores(as) revela que, apesar do esforço para garantir sua renda no final do mês, o aspecto socioeducativo nunca se perde. Essa atitude contribui para resolver o problema do lixo (que nós não conseguimos administrar) e tem um caráter pedagógico, o que pode provocar mudanças no comportamento das pessoas. Segundo Silva (2014), essa ideia de se ver como agente ambiental é um instrumento político que muitos(as) catadores(as) utilizam também para pedir a comerciantes, empresários e moradores a separação e doação de materiais recicláveis. Além disso, procuram demonstrar a importância da coleta seletiva, que contribui para a separação correta dos resíduos urbanos, para o aumento da reciclagem e para a vida útil dos aterros sanitários.

(13) Quando eu vim pra rua, eu não sabia o que era ser um cidadão. Então eu aprendi e não posso esquecer o que é ser um cidadão. O que é ser um cidadão? Ser cidadão é ter todos os direitos que todo mundo tem. É poder ir e vir. Entrar num supermercado e poder comprar (Antônio)

(14) Esse material representa muita coisa. Ele representa trabalho, renda, cidadania, autoestima, tudo. Quando você tem trabalho, casa... você é um cidadão, quando perde isso, você perde a cidadania e até mesmo os seus amigos se excluem de você. Ser catadora hoje é um trabalho que aumenta a autoestima. No passado, eu comecei a recolher o material por causa da fome, hoje eu faço pela cidadania, pelo meio ambiente. Apesar de ter melhorado, até pouco tempo o catador era considerado como lixo. Ninguém olhava para os catadores, ninguém pegava na nossa mão ou sentava para conversar. Nessa época, a gente andava de cabeça baixa, pois tinha vergonha do mundo e das condições de trabalho. Depois da associação e das conquistas, a gente pôde erguer a cabeça e se considerar um cidadão igual a qualquer outra pessoa (Maria de Fátima)

Pelo contexto histórico de exclusão social, os(as) catadores(a) veem no material recolhido uma forma de garantir a sua sobrevivência e de se inserirem na sociedade. Por estarem em uma condição de marginalização e vulnerabilidade social, eles(as) associam a concepção de

cidadania com a questão da inserção econômica (SILVA, 2014). A renda que é gerada por meio do material recolhido dá o direito de poder comprar algo, de ter uma casa, de manter o trabalho deles, enfim, é tudo para eles(as). Apesar disso, essa conquista da “cidadania” tem um preço muito alto. Maria de Fátima relata que veio catar material reciclável porque estava passando fome e que, até pouco tempo, sentia na pele as marcas do preconceito das pessoas com a sua condição: “ninguém olhava para os catadores, ninguém pegava na nossa mão ou sentava para conversar”, indicando que essa luta dos(as) catadores(as), muitas vezes, se faz de forma solitária. No parte final do fragmento discursivo (14), a catadora diz que, após a criação da associação e das conquistas realizadas, foi possível levantar a cabeça e se considerar cidadã, o que traz um questionamento interessante: associações, como as ASMARE, têm promovido a cidadania para seus membros?

5.2 Nem tudo é lixo

(15) É algo importante e de qualidade, né. Não é o lixo. A gente traz, aqui a gente separa, e os papéis a gente vende, papelão, pet... isso tudo é reciclável. Olha, pra mim, hoje, esse material sustenta muita família. O pessoal joga fora, o pessoal fala que é lixo. Na verdade, não é, né. Esse material é uma riqueza. É uma riqueza que sustenta muitas famílias. Se as pessoas tivessem essa consciência, elas poderiam deixar esse material separado na rua pra pessoa só passar e pegar (Rosária)

(16) Ué, é tudo. É a vida nossa. É dali que sai o nosso sustento. Do pet, da latinha. Da sucata, do plástico branco. O papel branco. Papel colorido. Papelão. Às vezes tem alguém que chega com material eletrônico. Às vezes a gente encontra até um celular antigo, mas dá pra você falar: alô, tô vivo (Rita)

Uma das maiores dificuldades que os(as) catadores(as) enfrentam é mostrar para as pessoas que nem tudo aquilo que descartamos é lixo. Para os(as) catadores(as), o material coletado representa tudo para eles. É desse material que vem o sustento para a manutenção de suas vidas e de suas famílias. É trabalho e fonte de renda. Já o lixo, para eles, é tudo aquilo que não pode mais ser reaproveitado ou reciclado. Quando Rosária diz que o “lixo é uma riqueza”, é fácil de compreender porque são os(as) catadores(as) os(as) principais responsáveis pela

reinserção do material na cadeia produtiva, gerando renda de um material que, provavelmente, iria para algum aterro sanitário ou lixão.

(17) Ah... hoje ela [a sociedade] vê como algo mais digno. Hoje é mais falado sobre a reciclagem, né, e antes não era. Antes as pessoas não dava muita atenção para os catadores de papel. Agora hoje eles sabem que isso aqui é uma forma de trabalho. A gente tá trabalhando, né. Assim, às vezes alguém olha de olho torto, né. Nem todo mundo gosta, mas a gente não dá muito ideia não (Rosária 01)

(18) Algumas pessoas veem os catadores como trabalhador. Outros já vê como mendigo. Mendigo é uma coisa, trabalhador é outra. Eles não sabem, mas o trabalho dos catadores é muito importante. Todo mundo que é trabalhador, merece respeito (Antônio)

Nos discursos dos(as) catadores(as) de papel há a presença marcante de pontos importantes na sua luta diária. O primeiro deles é catar o material. Como o material é a única fonte de renda, sem ele, não há como os catadores sobreviverem. O segundo ponto diz respeito à busca incessante pelo reconhecimento de sua atividade, simplesmente, como um trabalho. Mesmo com a profissão de catador reconhecida por lei, o catador ainda sofre muito preconceito e rechaço pela sua atuação. Apesar de Rosária relatar que hoje se fala mais em reciclagem e que a sociedade vê essa atividade como algo mais digno, ainda persistem os olhares discriminatórios. A posição que o catador ocupa é a de contrariedade, ao mesmo tempo que o trabalho lhe propicia renda, lhe expõe o preconceito (FILARDI; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011). Esses homens e mulheres, que buscam respeito, não pedem nada além do mínimo aceitável por serem trabalhares como quaisquer outros e, para isso, ainda convivem com o fato de vez ou outra serem confundidos com mendigos⁴⁴.

⁴⁴ Quando eu entrevistei o catador (03) eu encarei isso com uma certa naturalidade, mas depois fiquei refletindo a respeito e pensei: se a condição de vida dos catadores(as), em muitos casos, é a de pessoas que trabalham para não passar fome, fico imaginando a dos mendigos... Parece até que há uma espécie de hierarquia dentro da própria condição laboral entre aqueles que tiram seu sustento daquilo que encontram na rua.

6 UMA NOVA ASMARE

Dias (2002a), quando escreveu sua dissertação⁴⁵ sobre a associação, identificou três grandes fases pelas quais os membros passaram. A fase 1 (1988-1993) representa o período de luta dos catadores pelo direito de poder trabalhar e a criação da associação. A fase 2 (1993-1998) marca a atuação dos catadores em parceria com o poder público e o desenvolvimento de uma política de resíduos sólidos mais integrativa. A fase 3, que se dá a partir de 1999, representa o período de ampliação das atividades e projetos da associação, assim como sua atuação no nível estadual e nacional. Provavelmente, essa tenha sido a fase dos “anos dourados” pelos quais os catadores passaram, isto é, a fase de maior consolidação da associação. Nesse sentido, talvez, a maior contribuição deste trabalho e o que o diferencia dos demais seja apresentar uma ASMARE vista no atual estágio do ano de 2018, o que podemos chamar de uma “quarta fase”, se preferirem. Essa “fase” é caracterizada por uma crise, marcada pela redução das parcerias e dos projetos e pelo sucateamento da associação.

Segundo Jacobi e Teixeira (1997), a ASMARE possuía uma estrutura administrativa formada por seis comissões. Cada uma delas era composta por cinco associados e um coordenador, que eram eleitos em assembleia. Membros da Pastoral da Rua também auxiliavam os(as) catadores(as) como mediadores em eventuais conflitos que pudessem surgir. Além disso, cada comissão era responsável pela execução de suas atividades e pela integração com as demais comissões. Essas comissões representavam as seguintes áreas:

- 1) Educação, cultura e lazer;
- 2) Finanças;
- 3) Imprensa e divulgação;
- 4) Infraestrutura;
- 5) Saúde;
- 6) Meio ambiente.

Se lembrarmos da leitura sobre o histórico da ASMARE (capítulo 4), veremos que essas comissões estavam diretamente relacionadas com as atividades e os projetos que eram desenvolvidos na associação, o que se alterou significativamente nos últimos dez anos. Atualmente, essas comissões não existem mais, já que a estrutura da associação está baseada no papel desempenhado pela gestão, formada por três catadores(as) e pelos demais associados(as).

⁴⁵ Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE.

A associação, segundo Torres (2008), oferecia para seus membros os seguintes benefícios: a-) vale-transporte; b-) auxílio funeral; c-) seguro de vida; d-) convênio com farmácias para a compra de medicamentos; e-) pagamento semanal por produção; f-) divisão trimestral do lucro geral dos galpões de triagem; g-) assembleia mensal para prestação de contas; h-) vaga garantida dos filhos dos associados na creche UMEI; i-) fornecimento e manutenção de carrinhos coletores à tração humana; j-) boxes nos galpões para triagem do material coletado; k-) luvas e uniformes para os associados. Para se ter uma noção de como as coisas estão diferentes, apenas o pagamento semanal, a vaga na creche e os boxes para separação do material ainda são oferecidos para os(as) associados(as).

(20) Já teve escolinha, onde os filhos dos catadores estudavam. Tinha a oficina de materiais. Tinha o teatro, o carnaval. O que falta hoje é apoio, parcerias. Hoje não tem mais. Aqui já teve escola, biblioteca... mas aí acabou e foi se dispensando... não sei... muita gente não tá nem aí. Eu queria, sabe, uma biblioteca aqui. Porque eu penso que ler é cultura. Quanto mais você lê, mais você aprende (Joaquim)

(21) Antigamente, a gente tinha mais projetos, né. Tinha uniforme. Tinha o décimo terceiro, hoje não tem mais, porque a Asmare tem de pagar as dívidas. Isso vai desanimando um pouco, né. Isso prejudica o ambiente de trabalho. Hoje a gente trabalha muito e não vê o resultado disso. A gente esforça muito e acaba não tendo nada (Rosária)

(22) A dificuldade que a gente enfrenta é essa baixa e levanta do valor do material. Mas é essa briga de depósito pagar mais caro de que a Asmare... exatamente para tirar os catadores daqui pra irem pra lá. Se eles fossem mais unidos, eles não venderiam lá e vendia apenas aqui (Antônio)

A falta de parcerias e o fim do convênio com a prefeitura comprometeram, significativamente, a capacidade de os associados desenvolverem seus projetos. Segundo Baptista (2015), organizações formadas por catadores apresentam grandes dificuldades porque vivenciam um contexto de desamparo estrutural. Na procura de alternativas para essa situação, ASMARE tem desenvolvido serviços para aumentar a sua atuação no mercado, uma forma de

poder minimizar a falta de recursos e a dependência por doações. Por um lado, essa estratégia por ser uma válvula de escape para limitar os efeitos da crise na associação, contudo ela também pode fazer com que a associação perca aos poucos a sua característica de organização autogestionária e se pareça cada vez mais com uma empresa tradicional.

Joaquim e Rosária falam de alguns projetos que eram desenvolvidos na associação e que hoje não existem mais, devido à falta de recursos, principalmente, financeiros. Algo importante de ressaltar é que todos os projetos que eram desenvolvidos pela associação, estavam diretamente relacionados com as necessidades dos catadores(as), eles não tinham como objetivo apenas de gerar renda para a associação, mas também de promover uma formação educativa e cultural dos membros. No fragmento discursivo (20), o catador chega a mencionar que havia até uma escola e uma biblioteca na associação, que tinha como proposta o desenvolvimento do catador(a). A esse respeito, segundo Jacobi e Teixeira (1997), essa escola era um projeto de alfabetização de adultos destinado aos catadores e realizado em parceria entre a ASMARE, a SLU e a Pastoral da Rua. Os temas que eram discutidos na aprendizagem estavam atrelados à luta dos catadores pela garantia de direitos e pela busca da cidadania.

Outra questão importante é que, com a falta de parcerias, os esforços dos(as) catadores(a) se concentram no material coletado, porém a variação no preço desse material, tem gerado alguns atritos e divisões entre eles, o que prejudica o ambiente de trabalho e a solidariedade entre os membros. Aliado a tudo isso, Rosária fala de um problema que a associação tem herdado ao longo dos últimos anos: as dívidas. Essas dívidas foram geradas, principalmente, por causa das manutenções nos galpões, já que o espaço foi construído há quase trinta anos e necessita, constantemente, de manutenção. Não podemos esquecer também que a ASMARE não está isolada da condição econômica do país. Como muitos associados trabalham em condições desfavoráveis, às vezes, alguns deles, ao encontrarem outras oportunidades, abandonam a atividade ou a associação e procuram outras formas de trabalho. A crise que a associação vivencia também é um reflexo do movimento pendular da economia.

(23) A gente tem a dificuldade de trabalhar como catador e a falta de material, né. Como você pode ver, aqui não é um ambiente muito limpo. A gente também tem o problema de ter muitos ratos aqui no galpão. Nós já pedimos para a prefeitura dedetizar isso aqui, mas acho que hoje ela nem mexe mais com isso. Aqui antes era mais organizado (José)

(24) O catador precisa de maquinário e de caminhão, necessitam pintar os box, fazer manutenções na infraestrutura do galpão... a associação já tem mais de vinte e sete anos de existência. Fora os gastos, as dívidas e o salário dos catadores. Como o preço dos material é muito baixo, geralmente, na casa de centavos, os catadores precisam vender toneladas de materiais. O fato de muitas empresa já vender ou reciclarem o material que poderia ser doado para a Asmare, também é um limitador. A associação está muito sucateada, como você pode ver (Maria de Fátima)

Assim como qualquer organização ou empresa que possui uma estrutura física, a ASMARE necessita de recursos para manter seu patrimônio em condições mínimas de uso. Os efeitos da crise financeira da associação são visíveis para quem adentra no galpão da Avenida do Contorno. Faltam iluminação, um sistema de fiação adequado, água encanada nos boxes para os(as) catadores(as) beberem, EPI (equipamento de proteção individual), pintura, extintores de combate a incêndios. Assim como relatado por José, há a presença de ratos e muito lixo (aqui o termo está bem colocado) espalhado pelo chão, sem falar nos inúmeros mosquitos no local, que podem trazer doenças. Esse ambiente, muitas vezes, insalubre, tem gerado riscos aos catadores e dificultado ainda mais o processo de trabalho dentro do galpão. Talvez, a expressão que mais represente a condição da associação neste momento, como descrito pela Maria de Fátima, seja o fato de ela estar muito sucateada.

Em relação os riscos a que esses(as) catadores(as) estão expostos(as), a atividade de catador(a) de material reciclável, segundo a NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego, é considerada insalubre em seu grau máximo (IPEA, 2013). Para termos uma maior dimensão dos tipos de riscos que essa profissão envolve, segue um quadro que descreve alguns fatores de risco que estão presentes no ambiente de trabalho de catadores(as).

Quadro 5: Fatores de risco para a saúde dos catadores

Fatores	Descrição
Químicos	Resíduos nas embalagens, como recipientes de produtos de limpeza tóxicos, sacos de cimento etc.

Biológicos	Contato com fungos e bactérias em embalagens contaminadas, sobras de alimentos misturados com materiais recicláveis, infecções devido a vetores transmissores de doenças, como pombos, ratos, insetos etc.
Físicos	Iluminação insuficiente, falta de ventilação, superfícies com piso irregular ou pavimentos com piso danificado, falta de cobertura (teto) ou cobertura danificada, vazamentos hidráulicos, goteiras etc.
Acidentais	Acidentes durante a coleta na rua (acidentes de carro, atropelamento) ou na cooperativa (perda de dedos quando operam a prensa; pilhas instáveis; superfícies inseguras; e cortes devido a instrumentos pontiagudos, vidros, metal, papel e plástico misturado aos outros materiais).
Ergonômicos	Postura inadequada devido à ausência de infraestrutura apropriada na coleta, separação e processamento de materiais recicláveis, ausência de circulação de ar (ventilação), iluminação insuficiente, organização insegura do trabalho.
Vulnerabilidades emocionais	Estigma social, estresse, depressão, ansiedade, desequilíbrio de forças, instabilidade emocional, dependências associadas ao consumo de drogas e álcool etc.

Fonte: IPEA (2017).

Algo que muitos(as) catadores(as) estão percebendo, é que o material coletado não vem diminuindo apenas por uma questão de crise econômica, mas, também, porque várias empresas ou estabelecimentos comerciais estão vendendo ou reciclando o material que poderia ser doado para os(as) catadores(as). Isso tem algumas implicações. A primeira delas é que os(as) catadores(as) devem repensar suas estratégias de aquisição do material, já que ele é sua principal fonte de renda. A segunda é que essa mudança no comportamento dessas empresas e estabelecimentos é algo positivo para a coleta seletiva e para a reciclagem. O problema está justamente no que vai acontecer com o catador(a) se essa tendência se efetivar. Não podemos esquecer que a figura do(a) catador(a) é um produto de uma fissura aberta no capitalismo. A partir do momento que isso se tornar uma oportunidade lucrativa para outras empresas explorarem, o(a) catador(a) perderá sua função no sistema. Esse é um movimento que ocorre historicamente no capitalismo, isto é, o fato de o(a) trabalhador(a) ser descartável, substituível.

Fazendo um parêntese aqui, recentemente, um grafiteiro e ativista, conhecido como Mundano, foi o idealizador da criação de um aplicativo chamado “Cataki”⁴⁶. Esse aplicativo, conhecido popularmente como “Tinder da reciclagem”, segundo o site, “existe para aproximar geradores e catadores de resíduos, aumentando reciclagem e renda”. O site ainda diz que o aplicativo é um processo aberto, sem fins lucrativos e colaborativo. Acredito que essa ideia é muito interessante e pode até promover ganhos positivos, contudo ela apresenta muitas controvérsias. Primeiro porque exige dos(as) catadores(as) acesso a uma determinada tecnologia⁴⁷ que não é usual em seu contexto de trabalho. Segundo, a proposta de se fazer uma rede conectando cidadãos, catadores e empresas não garante que os catadores serão os principais beneficiados. Provavelmente, esse aplicativo poderia fortalecer a comunicação entre os(as) inúmeros(as) catadores(as) que existem pelo país, até porque, essa é apenas uma das muitas dificuldades que eles enfrentam no dia a dia. Entretanto, quem poderá garantir que esse processo de comunicação em rede vai ser democrático, participativo ou, até mesmo, inclusivo?

Além de todas essas dificuldades, a associação enfrenta um dos problemas mais presentes em grupos autogestionários: o processo de transição.

(25) Olha, tem muita falta de interesse por parte de quem está chegando. Porque tá chegando e já pegou tudo mastigado. Porque na época que começamos aqui foi uma grande dificuldade pra chegar onde tá hoje. Na época quando começamos foi bem difícil. Então, pra quem está chegando agora, é responsabilidade dos mais velhos de estar passando pra quem tá chegando. E falar: olha, vamo trabalhar assim não, vamos trabalhar dessa forma. Porque se você fazer o material dessa forma ele vai cair de preço, então vamo fazer bonitinho pra nós subir (Antônio)

(26) Tem muita pessoa que vêm pra cá e acredita que ela [a associação] já nasceu grande, que tem muitos recursos e que não passa dificuldade. As pessoas não sabem da luta que foi pra construir isso aqui. O associado também tem que entender da história da associação. Muitas vezes, ele cai aqui de paraquedas. Ele vai valorizar o quê? (Maria de Fátima)

⁴⁶ Para mais informações: <http://www.cataki.org/#/>.

⁴⁷ Segundos dados do Censo de 2010, aproximadamente 40% da população brasileira possuía computador em suas residências, percentual que cai para 17,7% quando o domicílio tem, pelo menos, um catador (IPEA, 2013). Apesar de essa informação se referir à posse de computador, ela pode ser utilizada como indicativo de inclusão digital.

Construir uma certa filosofia de grupo ou identidade, se preferirem, e fazer com que isso se perpetue ao longo do tempo⁴⁸ é uma das tarefas mais difíceis e desgastantes de grupos que têm a participação e o processo democrático como princípios. Geralmente, isso se torna mais alcançável quando o grupo permanece unido por mais tempo e a rotatividade é pequena, do contrário, a cada momento de transição, quando novos membros entram e os mais antigos saem, a organização pode mudar radicalmente. Esse processo de transição nem sempre é prejudicial à organização, pois os novos membros podem trazer ideias inovadoras e ajudarem na reconstrução da dinâmica do grupo.

Entretanto, no caso da ASMARE, isso não está ocorrendo. É importante frisar que a associação só está “viva” e atuante por razões específicas que estão localizadas no processo histórico de lutas dos(as) catadores(as). Como Maria de Fátima relata, as pessoas que vão chegando à associação não vivenciaram todo aquele processo de luta e resistência para construir a ASMARE, dessa forma, o que eles irão valorizar? Além disso, muito do que foi vivenciado pelos(as) catadores(as) está registrado apenas em suas memórias pessoais, quase não há arquivos ou fotografias que registram os momentos pelos quais a associação foi passando. No fragmento discursivo (25), é possível perceber que os membros mais antigos procuram passar aos mais novos um pouco de experiência e falar sobre a história da associação, contudo a falta de interesse por parte dos entrantes ainda é um fator dificultador.

(27) A associação foi uma iniciativa que deu muito certo. Catar papel e gerar sua própria renda foi o que deu repercussão para a Asmare ser reconhecida pela sua experiência, onde pessoas vinham pra visitar e querer conhecer. Eu fui convidada, com a ajuda da Nilton Paiva e da Unesco pra falar na ONU (Organização da Nações Unidas) em Nova York, cidade em que fiquei oito dias. Eu fui acompanhada por uma professora para traduzir as falas. Ao voltar pra Asmare, eu percebi que o conceito que tinha do lixo, dos catadores tinha mudado. Os meus filho, na escola, eram chamado de os filho da lixeira. Depois, quando eu voltei, eles eram vistos como filhos da catadora, da mulher que foi para os EUA. Isso me deixou muito triste, pois foi preciso eu ir para os

⁴⁸ Aqui, eu não estou dizendo que a organização deva ser imutável ao longo do tempo, até porque, isso seria algo impossível, já que ela é uma construção histórica. Eu falo aqui de certos valores de que o grupo não abre mão e deseja que se mantenham a cada nova transição.

Estados Unidos e falar por cinco minutos para os meus filhos serem vistos como cidadão na sala de aula (Maria de Fátima)

O relato da Maria de Fátima retrata um pouco do contraste da ASMARE. No fragmento discursivo, é possível entender porque a associação se tornou tão reconhecida no país e, até mesmo, fora dele. Gerar renda de um recurso considerado sem valor e que iria para o lixo é uma ação digna de muito reconhecimento mesmo. A ASMARE foi uma das primeiras associações do país a fazer isso. Apesar disso, mesmo com todo esse reconhecimento da organização, a imagem do(a) catador(a) parece nunca se separar do seu estigma de lixeiro. O fato que mais me chocou nesse relato é que, mesmo a catadora tendo passado por tantas experiências e dificuldades, ter uma consciência ambiental maior do que a de várias pessoas, ter saído do Brasil para falar de reciclagem em um país considerado de primeiro mundo, mesmo com tudo isso, Maria de Fátima não sabe ler e nem escrever⁴⁹. Um recurso que, talvez, seja o mínimo necessário para quem luta para se tornar um cidadão...

⁴⁹ Ela me relatou isso quando terminamos de conversar. Na minha apresentação, eu havia entregado a ela um documento (como se fosse uma carta de apresentação) que dizia o que eu estava fazendo ali e qual era meu objetivo.

6.1 Organização e convivência

A participação de catadores(as) em organizações autogestionárias, por exemplo, associações e cooperativas ainda é pequeno. Há muitos fatores que podem ajudar a explicar isso. Muitos desses(as) trabalhadores(as) não têm conhecimento ou, até mesmo, consciência do propósito da criação dessas organizações coletivas. Alguns deles, por trabalharem de forma individual, optam pela independência de seu tempo e rotina de trabalho. Além disso, nem sempre o trabalho coletivo realizado em cooperativas e associações traz os resultados esperados.

Aqui, é preciso chamar a atenção para algo importante. Por mais que possa aparentar, a gestão de cooperativas e associações não é uma tarefa fácil e apresenta um grau de complexidade muito alto. Segundo o Ipea (2017), é comum essas organizações enfrentarem dificuldades relacionadas à comercialização de produtos e serviços, ao movimento dos preços praticados no mercado e ao fato de ser preciso produzir grandes quantidades de material para serem vendidas (isso é um fator que limita a atuação, principalmente, das pequenas organizações). Nesse mesmo sentido, esses empreendimentos coletivos, muitas vezes, exigem de seus membros conhecimentos especializados de gestão, planejamento de atividades, conciliação entre interesses individuais e coletivos, comunicação, diálogo etc. Além disso, o incentivo à participação na tomada de decisões e a ideia de que a associação pertence aos associados não é algo simples de ser internalizado pelas pessoas, uma vez que a lógica empresarial tenha sido naturalizada.

Assim como outras organizações autogestionárias, os membros da ASMARE enfrentam também alguns problemas que estão relacionados à estrutura e à gestão da associação, tais como relacionamentos conflitantes. Os galpões que servem de estrutura organizacional e armazenam o material, trouxeram muitos benefícios para os(as) catadores(as), entretanto geram algumas divergências internas. As relações conturbadas e o contexto de trabalho não favorável, muitas vezes, refletem a dialética entre o espaço que fornece abrigo e segurança, e a rua, que dá liberdade e mobilidade. Quando o material fica mais escasso, há uma certa disputa pelas áreas coletivas e o uso de drogas (principalmente o álcool) se tornam mais recorrentes na associação. Apesar de os galpões representarem uma conquista da luta desses(as) catadores(as), a sua implantação representa também mais uma das dificuldades enfrentadas pelos membros da gestão e pelos demais associados.

(28) Bom, os modos são um pouco arredios. Mas, no final das contas, as coisas saem bem. Às vezes, um não gosta do outro e discute. Sabe quando você discute com seu parceiro de trabalho, mas no final tudo sai bem? É assim. A convivência é normal (Joaquim)

Muitas pessoas podem achar que em associações e cooperativas não há muito conflito e desavenças, contudo a gente pode dizer que é muito distante disso. Diferentemente de organizações mais tradicionais e hierarquizadas, onde o conflito tende a ser visto como uma disfunção e uma anomalia organizacional, devendo, portanto, ser combatido, em grupos coletivos de trabalho o conflito é mais assumido como algo inerente à realidade social, sendo uma parte importante do processo de construção coletivo. O ambiente não muito propício e as más condições de trabalho geram, muitas vezes, impasses e desentendimentos, o que dificulta a participação nas reuniões, nas quais são tomadas decisões que afetam todos os associados.

(29) Bom... somos uma associação. Qualquer pessoa pode chegar aqui e ser um associado. Às vezes, eles ouve a gente. O que tem que discutir é na reunião, né. A gente reúne e cada um dá o seu palpite. Aquilo que for favorável, né, pode ajudar o outro. Tem participação de todo mundo, né. Em geral, todo mundo participa. Ah... aí tem que ter acordo, né. Quando o tema é polêmico, nós procuramos amenizar. Não tem como eu falar que eu quero assim ou assado, é preciso ouvir o que o pessoal tem pra dizer (Isabel)

(31) Normalmente, quem toma as decisões é a diretoria. Aqui as coisas são em conjunto. A diretoria toma uma decisão e chamava os catadores para ver se apoiavam. Alguns concordavam, outros não. Quando os catadores não concordam com uma decisão, a gente entrava num consenso e acabava dando certo no final (Antônio)

Em várias empresas, para não dizer todas, há alguns requisitos que podem limitar a entrada de um funcionário, tais como formação, experiência, características físicas ou psicológicas etc., mas em associações, como no caso da ASMARE, qualquer pessoa pode ser tornar um catador associado. Além disso, segundo alguns(as) catadores(as) e pelo o que eu observei, alguns associados possuem uma rotina de trabalho mais regulada enquanto outros

preferem realizar as atividades de forma mais variada e dinâmica. Não há uma formalização do horário ou dos dias trabalhados. Mesmo assim, há uma resistência por parte de alguns catadores(as) que apresentam dificuldades de lidar com a produção coletiva e com o baixo reconhecimento de seu trabalho. Muitas vezes, a lógica racional do processo de trabalho, tão naturalizada socialmente, acaba se tornando um obstáculo nas relações sociais que ocorrem na associação. Por essas razões, e por outras, a autogestão na ASMARE se torna um grande desafio para os membros.

No galpão da Avenida do Contorno, cada catador(a) tem autonomia para gerir seu tempo de trabalho. Alguns deles preferem trabalhar em horários variados ao longo do dia enquanto outros optam por trabalhar em dias intercalados. Quando saem para catar o material, cada um constrói sua rota pela cidade que, geralmente, fica no entorno da região central da cidade. Essa certa autonomia no processo de trabalho, talvez, ajude a explicar o fato de as mulheres serem maioria em cooperativas e associações de catadores(as). A possibilidade de haver uma maior flexibilização e tolerância no horário de trabalho permite a elas, muitas vezes, conciliarem o trabalho realizado na associação e as atividades reprodutivas (cozinhar, passar, lavar, cuidar dos filhos etc.), apesar de o tempo de trabalho dedicado a essas atividades não ser remunerado (IPEA, 2017).

Há dois fatores muito importantes na forma como membros da associação se organizam. O primeiro deles é a participação. Nas reuniões que ocorrem com uma frequência de duas vezes ao mês, todos(as) os(as) catadores(as) podem participar e manifestar suas opiniões e pontos de vista, como descrito pela Isabel: “*em geral, todo mundo participa*”; “*é preciso ouvir o que o pessoal pra dizer*”. Quando uma decisão é tomada pela diretoria o que, em muitos casos, pode agilizar o processo de trabalho, essa decisão deve levar em consideração a opinião dos demais catadores(as).

O segundo ponto diz respeito ao diálogo. Geralmente, em empresas ou organizações mais tradicionais, as estratégias são tomadas por pessoas que ocupam as posições mais altas na hierarquia. Mas, quando falamos de organizações que possuem hierarquias pequenas e menos rígidas, como o caso da ASMARE, o processo de gestão exige outra configuração. Lidar com conflitos não é fácil, principalmente quando todos podem manifestar suas opiniões. A alternativa mais comum para isso é o diálogo. No fragmento discursivo (31), Antônio reforça esse posicionamento quando diz que as decisões são feitas no coletivo e que, quando há algum desentendimento, eles tentam chegar num consenso. Isso indica que, os anos de experiência na associação contribuíram para que os(as) catadores(as) compreendessem que o diálogo é uma das formas mais interessantes de lidar com os problemas, pois, quando eles discutem de forma

coletiva, as ocorrências de excluir alguém são minimizadas e as possibilidades de resolução de um problema se tornam mais visíveis.

Dessa maneira, o cotidiano de trabalho na ASMARE é marcado por riquezas e, ao mesmo tempo, por contradições (DIAS, 2002b). Mesmo o tecido social na associação apresentando várias ambiguidades, as relações sociais que se dão ali produzem novos significados e, a partir disso, novas possibilidades podem ser construídas. O diálogo e a participação são fundamentais para qualquer grupo que busca a autogestão e constituem uma das maiores inovações em termos de gestão. Formação política e reflexiva exige tempo e não pode ser o mesmo tempo que é medido pelo relógio taylorista que o capitalismo incorporou tão bem. Tem de ser uma outra lógica de trabalho. Infelizmente, práticas como essas não fazem parte do cotidiano da maioria das organizações.

7 EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM: UMA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO COM A SOCIEDADE

Algo importante de ressaltar neste trabalho é que tanto o sucesso como o fracasso de associações e cooperativas não estão relacionados apenas a uma questão de gestão, pois o desenvolvimento desse tipo de organização depende também do apoio da sociedade civil, do poder público e, em alguns casos, da iniciativa privada. A construção de uma lógica de trabalho coletiva exige um longo processo de aprendizagem e cooperação entre os envolvidos. Ao longo de sua existência, a ASMARE desenvolveu vários projetos e atividades voltados para o processo de formação educativo e cultural de seus membros, porém eles foram acabando, principalmente, nos últimos dez anos. A falta de recursos, aliada à diminuição significativa das parcerias, contribuiu para esse desfecho. Entretanto, isso não diminui o fato de o(a) catador(a) ser um profissional que compreende bem o seu papel educativo na gestão ambiental.

(32) A falta de investimento em educação pros cidadão gera muitos problemas pro catador. Não adianta o caminhão do lixo passar pelas ruas recolhendo o material das lixeiras, se a população não sabe o que é material reciclável daquilo que, de fato, é lixo. Normalmente, de todo o material que o catador já seleciona nos pontos de coleta para trazer para a associação, um terço dele é lixo. Muito material que poderia ser reciclado, acaba sendo levado para os aterros sanitários (Maria de Fátima)

No fragmento discursivo, é possível perceber como Maria de Fátima tem uma visão ampla sobre coleta seletiva, compreendendo a articulação necessária entre comunidade, Estado e catadores(as). Ela também reconhece que a falta de investimento em educação traz consequências negativas para os(as) catadores(as). Segundo Silva (2014), a coleta seletiva não pode ser vista como uma etapa isolada na cadeia da reciclagem, pois demanda investimento em educação, nas condições de trabalho e no mercado de compra e venda de materiais. O Estado, enquanto instituição formada por representantes da população, não pode se eximir do seu papel responsável pelo desenvolvimento do país. Em sua fala, Maria de Fátima diz que a população

não sabe distinguir lixo de material reciclável⁵⁰. Isso é só um reflexo de uma situação que revela o quanto ainda precisamos aprender sobre educação ambiental⁵¹.

(33) Eles [os catadores] não sabiam que catar papel poderia reduzir o número de árvores derrubadas, por exemplo. Ao pensar no número que árvores que ajudei a poupar ao longo da minha vida, eu me sinto muito feliz. Vinte e sete anos não é vinte e sete dias, né. Eu tenho a história da Asmare na minha cabeça, no meu corpo, na minha mente. Sou uma das fundadoras na associação, não tenho estudo não. Tem muita gente formada e com estudo e estão catando papel. Não é falta de estudo que faz as pessoa cata material por aí, mas o desemprego. Não é apenas falta de oportunidade, mas também de necessidade, de sobrevivência. Apesar da associação estar muito sucateada, eu espero que a Asmare continue crescendo e gerando trabalho e renda pras pessoa. Eu espero que as pessoa faça coleta seletiva, separe o material, que não é lixo, e dê o destino correto. Tudo que conquistamos foi com muita luta, a gente tem que ir pra rua, fazer passeata, ir pra televisão (Maria de Fátima)

O relato de Maria de Fátima poderia representar a trajetória de vida de muitos(as) catadores(as) que fizeram parte da criação da associação. Com pouco e sem nenhum grau de instrução, a consciência ambiental se mantém presente em suas ações. Suas histórias de vida se misturam com a da ASMARE e a memória faz o trabalho de recordação: “*tenho a história da Asmare na minha cabeça, no meu corpo, na minha mente*”. O trabalho que é realizado por causa da necessidade de sobrevivência de cada um e o desejo coletivo que demanda que as pessoas contribuam com a reciclagem alimenta a esperança de muitos(as) deles(as). A fala da catadora não representa apenas a sua visão de mundo, mas também é uma forma de atuar sobre quem o seu discurso se projeta. Essa é a fundamentação do dialogismo discursivo, isto é, a capacidade de o discurso se projetar e agir sobre o outro.

⁵⁰ Segundo uma reportagem da revista Época, 85% dos brasileiros não têm acesso a programas de coleta seletiva, sendo que nem todas as pessoas que têm acesso a esse serviço, de fato, contribuem para ele. <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/06/85-dos-brasileiros-nao-tem-acesso-coleta-seletiva-mostra-estudo.html>.

⁵¹ Segundo a lei 9795/1999, a educação ambiental, por ser vista como um componente essencial e permanente da educação nacional, deve(ria) estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Infelizmente, salvo raras exceções, essa iniciativa existe apenas na forma de lei.

(34) A gente já participou mais disso [rede de catadores]. Hoje tá mais difícil para o catador. Talvez alguém da diretoria vai. O catador precisa catar material pra ganhar seu ganha pão. Como ele vai nas reuniões? Antigamente, a gente era mais unido, a gente reunia e sabia o que os outros estava fazendo. Hoje é só correria (José)

A luta desses(as) catadores(as) não é de apenas de 27 dias, são 27 anos de atuação e resistência frente às dificuldades do dia a dia. E ela se torna mais difícil se for uma luta solitária. Uma rede formada por catadores(as) produz maior visibilidade às atividades que desenvolvem e fortalece suas lutas (BARTOLI, 2013).

Em relação à formação de redes, em Minas Gerais, há experiências interessantes, como o caso da rede CATAUNIDOS⁵² (Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária). Criando em 2001, por intermédio da Pastoral da Rua e outros atores envolvidos, o INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável) é uma organização não governamental de âmbito nacional, sem fins lucrativos, voltada para a assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e à Administração Pública. O instituto tem como objetivo qualificar a assistência técnica junto a catadores de papel e moradores de rua. Tomando como experiência o caso da ASMARE, o INSEA e a Pastoral da Rua, apoiados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis, criaram essa rede.

A CATAUNIDOS tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida e trabalho para os catadores. Segundo o site da instituição, o projeto é formado 450 catadores de materiais recicláveis de 9 (nove) associações e cooperativas da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte). Até o ano de 2012, a rede tinha 25 entidades cooperadas, produzindo um total de 850 toneladas de material reciclável por mês. Entretanto, segundo Silva (2014), a rede está muito maior do que isso. Atualmente, ela se subdivide em três unidades: a Unidade Metropolitana de Belo Horizonte, a Unidade Centro-Oeste e a Unidade Estrada Real. Essas três unidades contam com trinta e três empreendimentos, 857 associados, estando presentes em 30 municípios de Minas Gerais.

Entretanto, José relata que hoje eles têm uma participação muito pequena nessa rede de catadores que existem na região metropolitana de Belo Horizonte. A diminuição da participação dos catadores em reuniões, eventos e encontros coletivos enfraquece o movimento e a atuação

⁵² Rede Cataunidos. Para saber mais informações, acesse <http://www.insea.org.br/projeto-rede-cataunidos> ou consulte o trabalho de Silva (2014).

política. Mas, ao mesmo tempo, essa participação exige que os(as) catadores(as) estejam fora de seus ambientes de trabalho para participarem, o que representaria um prejuízo financeiro para alguns deles, como descrito do fragmento (34): “*o catador precisa catar material pra ganhar seu ganha pão. Como ele vai nas reuniões?*” Isso revela que, participar de uma rede, nas atuais condições desses catadores(as), é um grande desafio. Segundo o Ipea (2013), levando em consideração as especificidades da cadeia de reciclagem, dificilmente os catadores conseguirão aumentar seus rendimentos e conquistar algum direito sem que, primeiro, alcancem um maior grau de organização e coletividade. Esse dilema não se restringe apenas à categoria dos(as) catadores(as) de material reciclável, na realidade, se pararmos para refletir, esse é um dos maiores desafios da classe trabalhadora.

(35) Hoje a gente não faz isso. Sem o convênio e as parceria, a gente não tem muita opção, né. A gente fazia muita coisa. Tinha o teatro, as oficinas... era chique demais, era lindo. Eu tenho saudade disso. Isso é importante, né. A gente cria consciência e busca ser cidadão (Maria de Fátima).

O fragmento discursivo (35) retrata o contexto da associação sem o desenvolvimento das atividades educativas e culturais. Baseado nos relatos orais coletados e nas percepções sobre a associação, há uma mudança significativa da forma como os(as) catadores(as) exerceram o seu trabalho, que agora se limita a catar e separar o material. Sem as atividades complementares, há uma outra questão muito problemática, que é a dimensão política. Os projetos educativos e culturais não eram apenas atividades que complementavam a rotina dos(as) catadores(as), como diz Maria de Fátima, eles tinham sua importância, principalmente, porque ajudavam a desenvolver nos(as) associados(as) a consciência política, a busca por cidadania.

Uma atividade que era desenvolvida por alguns membros da associação era o trabalho educativo realizado em escolas da rede pública, que eram formadas por crianças e jovens. Essa ação incentivava a criação de conselhos ambientais e a implementação da coleta seletiva em ambientes escolares, destinando o material reciclável para os catadores(as). Essa atividade tinha como potencial aproximar experiências de vida dos membros e outros sujeitos que poderiam contribuir com possíveis soluções para o problema do lixo, uma forma de envolver os cidadãos numa discussão que não diz respeito apenas aos(as) catadores(as). Ações coletivas como essa criavam articulações importantes entre o trabalho dos catadores(as) e as práticas formativas,

uma forma de desenvolver nos membros uma formação política fundamentada nas necessidades do processo de trabalho.

A crise atual que os membros da ASMARE enfrentam não é apenas de ordem econômica, eles vivenciam também uma espécie de esvaziamento das práticas políticas, uma diminuição da militância. Os relatos orais dos(as) associados(as) dão embasamento para essa interpretação. Apesar de ressaltarem a importância da educação ambiental, outras pautas reivindicatórias, tão importantes quanto essa, quase não aparecem, como a luta pela conquista dos direitos trabalhistas, o papel do Estado como agente de políticas públicas e a própria lógica empresarial capitalista, esta última representando um grande entrave para a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações.

A emergência do discurso do(a) catador(a) como um agente ambiental é fundamental para o reconhecimento social de sua profissão e traz reflexões interessantes sobre a necessidade de discutirmos gestão e educação ambiental. Contudo, o questionamento que fica é se essa prática discursiva é suficiente para que esses(as) catadores(as) busquem melhorias nas suas condições de trabalho. Infelizmente, um dos maiores problemas que a classe trabalhadora enfrenta é o fato de que lutas que foram historicamente coletivas têm se tornado cada vez mais individuais, se restringindo apenas a uma luta por categoria.

Há um esforço gestor e autogestor muito grande por parte dos membros de organizações coletivas para se distanciarem da gestão tradicional. Da mesma forma como direitos e conquistas históricos são construídos, isso pode se perder a partir de novos desdobramentos históricos. Tensões e conflitos políticos são inerentes a qualquer organização e se manter como uma forma alternativa de gestão em meio ao funcional necessita dos membros muito esforço e dedicação. Autogestão é um processo, um movimento que vive em permanente construção. Nesse sentido, é preciso enxergar possibilidades de produzirmos o social e o político de forma diferente, mesmo que isso se dê de forma pouco estruturada. Apesar das dificuldades, a ASMARE ainda (re)existe e atua como uma associação, dessa forma, sobreviver não seria uma forma de resistência?

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente, o serviço de coleta e reciclagem envolve apenas geradores de “lixo” e coletores, contudo ele é apenas um pedaço de uma cadeia muito mais complexa, que envolve vários atores e sujeitos nas suas mais dinâmicas relações. Em especial, nessa cadeia da reciclagem, há a presença dos(as) inúmeros(as) catadores(as) espalhados(as) pelo Brasil, que atuam nas mais adversas e heterogêneas condições de trabalho. E essa atuação é datada desde o início do processo de urbanização brasileiro.

Cada município constrói uma forma de lidar com o problema dos resíduos sólidos. Essa dinâmica reflete a história da relação entre catadores(as) e comunidade local. Há mais de 50 anos, muitos(as) trabalhadores(as) encontram uma forma de sobreviverem daquilo que a sociedade descarta no meio ambiente. A relação que os(as) catadores(as) estabelecem com o poder público e a sociedade civil só pode ser entendida quando se compreende que o espaço de atuação desses sujeitos tem um histórico de ligação com a rua e com os lixões. Segundo Gonçalves, Motta e Abreu (2002), essa história é cheia de particularidades e tem variáveis que estão relacionadas à cultura das pessoas, ao tipo de resíduo que é produzido e ao papel do Estado na gestão de políticas públicas. Nesse sentido, os mesmos autores ressaltam que a gestão de resíduos envolve uma série de dimensões como educação, meio ambiente, direitos sociais, geração de renda e participação social.

A imagem que temos do material reciclável, visto muitas vezes como lixo, dificulta a mudança cultural, o que é um obstáculo para repensarmos a lógica do descarte. Esse material reciclável não significa apenas geração de renda para vários(as) trabalhadores(as), ele pode representar também a oportunidade de refletirmos sobre os padrões de produção, consumo e descartes de mercadorias. Apesar disso, poucos resíduos são reciclados no país e apenas uma pequena parcela da população tem acesso a esse serviço. Nesse sentido, a gestão de resíduos não é um problema apenas em termos econômicos, pois ela reflete o modelo de sociedade que queremos.

Qualquer modelo de gestão de resíduos urbanos necessita de uma participação democrática e inclusiva de todos os atores e sujeitos envolvidos. Sem a participação da comunidade em geral, é muito difícil visualizar soluções para um problema que é de todos(as). Para Gonçalves, Oliveira e Abreu (2002), cada agente tem sua responsabilidade nesse sistema. Os(As) catadores(as) contribuem com seu trabalho individual e coletivo de coleta, separação e comercialização do material recolhido. A sociedade civil, tais como ONGs, instituições religiosas, iniciativa privada e outros, podem ajudar na formação de redes de parcerias entre

os(as) catadores(as) e o poder público. O Estado, por meio da atuação de representantes do poder público, deve criar e desenvolver ações que promovam renda e a valorização do trabalho dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

O trabalho dos(as) catadores(as) ocupa um lugar de contrariedade na cadeia da reciclagem. Se por um lado esse trabalho representa o papel de um agente ambiental, por outro, as condições em que ele é produzido são precárias. A informalidade constitui ainda um grande desafio a ser superado pelos(as) catadores(as), pois dificulta o acesso a direitos trabalhistas, o reconhecimento pelo poder público e silencia as condições, muitas vezes, insalubres de trabalho. Parece que, ao menos na legislação, os(as) catadores(as) assumem papel central enquanto prioridade das políticas públicas no setor de reciclagem (DAGNINO; JOHANSEN, 2017).

A formalização, por meio da criação de cooperativas e associações, pode dar um maior acesso a políticas públicas e recursos financeiros. Nos últimos 15 anos, os(as) catadores(as) aumentaram o seu número de forma significativa e conquistaram ações importantes para a categoria, principalmente em termos legislativos. O aumento da criação de cooperativas e associações contribuiu para o fortalecimento da luta coletiva. Apesar disso, segundo o Ipea (2017), esses empreendimentos coletivos possuem muitas carências e problemas estruturais, o que é um obstáculo no processo histórico de luta desses(as) trabalhadores(as). A maior dificuldade é que, boa parte desses(as) catadores(as) trabalham no máximo de suas capacidades e contam apenas com uma pequena renda para suprirem suas necessidades e as de seus familiares, como é o caso dos membros da ASMARE.

Os desafios que os(as) catadores(as) enfrentam não é apenas de organização. Eles também dizem respeito às condições que são necessárias para dar continuidade às lutas. Como apresentado pelos dados do Censo 2010, a maioria desses(as) catadores(as) que formam associações e cooperativas têm baixa escolaridade, trabalham em condições insalubres que trazem riscos à saúde e não possuem direitos trabalhistas e previdenciários. Muitas vezes, esses desafios são uma barreira na luta pelo direito de ter direitos (SILVA, 2014). Apesar de apresentarem um contexto social bem heterogêneo no país, a categoria profissional dos(as) catadores(as) possui características socioeconômicas interessantes: geralmente, são pobres, negros e as mulheres recebem, em média, menos do que os homens. Ou seja, esse grupo social representa muito bem a desigualdade social que existe no país.

O trabalho árduo da reciclagem, que exige um intercâmbio com a participação dos demais cidadãos, cria o desafio de os(as) catadores(as) terem de conciliar sua atividade laboral com as demandas sociais e as reivindicações diante da não garantia de direitos (SILVA, 2014).

Isso faz com que o tempo socialmente necessário para a viabilidade de uma associação ou cooperativa de catadores(as) comece a se tornar muito caro para eles(as), isto é, a necessidade de suprimir as demandas mais básicas, muitas vezes, prejudica a participação dessas pessoas nessas organizações. Por isso, é importante o desenvolvimento de parcerias ou programas que auxiliam na permanência dos catadores(as) no empreendimento em momentos de turbulência (IPEA, 2017).

O objetivo de uma associação de catadores(as) não é somente gerar renda para seus membros, mas também conquistar direitos sociais e políticos. Essas organizações podem fortalecer o espírito de coletividade entre os membros e propiciar alguns benefícios que o(a) catador(a), trabalhando sozinho, dificilmente os teria. Por isso é importante a formação de redes. Elas aproximam os membros das associações e cooperativas e podem fazer com que o movimento se torne mais unificado e possa lutar por causas mais coletivas. Segundo Silva (2014), a rede de catadores(as), além de melhorar a capacidade de negociação, a renda dos associados e as condições de trabalho, também pode ser uma ponte de comunicação, saberes e aprendizados, dando maior visibilidade às lutas dos(as) catadores(as).

Os empreendimentos coletivos, formados por vários sujeitos com seus variados contextos, enfrentam o desafio de conciliar a lógica econômica, que garante a manutenção da organização, com os aspectos sociais, culturais, educativos e políticos, que alimentam a luta dos(as) catadores(as) por melhores condições de trabalho. Pelo fato de terem uma capacidade de atuação pequena e restrita à comunidade local, esses empreendimentos sociais não conseguem impedir a precariedade das atividades e evitar a reprodução da lógica capitalista (SILVA, 2014). Segundo Dagnino e Johansen (2017), o que mais gera interesse na indústria da reciclagem é a recuperação do valor do material reintroduzido na cadeia, algo que só gera grandes lucros porque explora e faz uso do trabalho precário dos(as) catadores(as). Os mesmos autores ainda chamam a atenção para o fato de que, apesar da temática da sustentabilidade estar em moda, os profissionais que trabalham com a reciclagem estão nas piores condições de vida quando comparados à população ocupada total.

Pelo seu crescimento e relativo sucesso, a ASMARE tem sido vista por muitos como modelo para a criação de outros empreendimentos associativos de catadores(as). Apesar da importância dessa associação no desenvolvimento de ações sociais de apoio aos(as) catadores(as) na luta pelo reconhecimento de seus direitos, após um longo histórico de atuação e conquistas, a associação passa atualmente por uma fase de crise. A falta de apoio das parcerias, o fim do convênio com a prefeitura e a diminuição do material coletado têm gerado muitas dificuldades para os(as) associados(as). Como consequência, quase não há mais atividades

educativas e culturais voltadas para a formação política e consciente do grupo. Além disso, a capacidade de mobilização dos(as) catadores(as) parece estar diminuindo com o tempo, o que se configuraria como um certo esvaziamento das práticas políticas.

Uma alternativa como auxílio a essas organizações de catadores(as) é o desenvolvimento de tecnologias participativas. Contudo, para serem efetivas, essas tecnologias devem estar articuladas com a realidade social e econômica desses empreendimentos, respeitando o ambiente cultural e a maneira como os(as) catadores(as) se organizam. As demandas devem partir das pessoas que necessitam de ajuda e não de quem fornece o auxílio. Nesse sentido, universidades e centros de ensino poderiam contribuir por meio do fornecimento de conhecimentos científicos e outros saberes. Essa proposta, a princípio, parece interessante, mas há um pressuposto para a sua efetivação: a relação deve ser de troca e não unilateral. É triste de admitir, mas, apesar de as universidades serem constituídas por pessoas altamente qualificadas e bem instruídas, há uma grande dificuldade de essas pessoas se juntarem para lutar por causas coletivas.

Fazendo um parêntese aqui, durante a minha experiência na coleta dos relatos orais, um dos catadores me perguntou sobre o que eu estudava e para que eu iria usar esse estudo. A pergunta, um tanto simples e que não deveria ser estranha para nós, me causou um incômodo e me fez refletir sobre a minha própria formação e atuação como pesquisador. Eu acabei me lembrando que tudo que eu menos queria era que a minha pesquisa fosse apenas uma forma de suscitar uma discussão a partir de relatos coletados sem, ao menos, contribuir de alguma maneira com os sujeitos pesquisados. Quando voltamos nosso olhar, de um ponto de vista mais crítico, para a relação entre as nossas pesquisas e as atividades de intercâmbio com a sociedade, há uma grande angústia, pois nem sempre é possível fazer com que os nossos trabalhos tenham um retorno social, tendo a capacidade de romper os muros da universidade.

Indo ao encontro disso, Freire (1983) fez uma crítica⁵³ muito interessante sobre o conceito de extensão que nós desenvolvemos nas universidades. Segundo o autor, é preciso submeter a palavra “extensão” a uma análise crítica, pois, as nossas ações, geralmente, se aproximam muito mais de uma invasão cultural, um ato de conquista do que, propriamente, uma ponte de comunicação. Segundo o autor, o extensionista não busca estender as suas mãos, mas sim seus conhecimentos, suas técnicas⁵⁴. Tendemos a ver a universidade como o centro da

⁵³ Apesar de se referir à extensão universitária, a crítica de Freire pode ser perfeitamente usada para qualquer relação pedagógica.

⁵⁴ Isso representa perfeitamente a lógica tradicional de se fazer pesquisas. Primeiro eu construo a teoria, defino as técnicas e as estratégias de coleta e análise dos dados e, posteriormente, vou a campo para legitimar esse processo. Na perspectiva de Freire, primeiro deveríamos conhecer as necessidades das pessoas para, então, contribuímos

produção do saber, enquanto os sujeitos das nossas ações são vistos como “coisa”. Por meio do conteúdo levado até eles, que reflete a nossa visão de mundo, pressupomos a passividade de quem o recebe. Nesse processo, há uma incompatibilidade entre a ação colonizadora e a prática libertadora, pois negamos os sujeitos como seres de transformação do mundo. Por isso, Freire diz que a ação educadora do professor deve ser a de comunicação.

É preciso “abandonar” um pouco a universidade, sair dos muros que nos cercam para reconhecermos os problemas que afligem a sociedade civil. Os problemas que ocorrem na academia são os mesmos que afligem a sociedade. Apesar de haver algumas críticas ao pensamento de Bourdieu, por ser considerado, por alguns, como um pensador estruturalista, a sua forma de conceber a academia apresenta pontos de vista muito intrigantes. O que fica de interessante em sua análise é que não é possível conceber a academia como um lugar à parte, como se estivesse isolada das contradições sociais em termos da produção e reprodução social. Dessa forma, segundo Freire, é preciso construir pontes de comunicação para, assim, reduzirmos a distância entre a produção do conhecimento científico e os saberes populares.

A ASMARE é um caso ilustrativo da realidade social que muitos(as) catadores(as) lidam no dia a dia. Tanto os desafios quanto as potencialidades dessas organizações sociais carregam fortemente as desigualdades socioeconômicas que constituem o próprio processo de desenvolvimento do Brasil (IPEA, 2017). Isso, talvez, seja a maior reflexão deste trabalho: a condição de vida do(a) catador(a), infelizmente, é apenas um reflexo do projeto de sociedade que temos. Nesse sentido, falar de inclusão social em um país marcado por desigualdades é quase um ato revolucionário, porque pressupõe romper com as estruturas de classe que insistem em permanecer em nosso país.

O contexto de atuação do(a) catador(a) já não é mais o mesmo daquele apresentado por Manuel Bandeira em *O bicho*, contudo há uma outra questão tão problemática quanto: ao andarmos pelas ruas e calçadas, nas cidades e em muitos outros lugares, muitas vezes, tão perto de nós, assistimos diária e cotidianamente essa situação que insiste em permanecer. A miséria, a desigualdade e a transfiguração do ser humano em coisificação não é apenas real, mas também permanente. O que mais entristece não é a sua ocorrência, mas o fato de ter se tornado comum, natural aos olhos de quem vê.

com algo. Não é de se surpreender que a ideais desse autor constituem uma ameaça à lógica tradicional de produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Mesa Redonda “Ouvir e Narrar: métodos e práticas do Trabalho com História Oral”. **Anais... II Seminário de História Oral**, Belo Horizonte, MG, 1996.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. FGV Editora, 2004.

ALMEIDA, H, M. M. Autogestão: da idéia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Bookman Editora, 2009.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAPTISTA, V. F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 141-164, 2015.

BARROS, V. A.; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: Edufes, 2014.

BARTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013.

BASTOS, H. M.; ARAÚJO, G. C. Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 13, n. 4, p. 62-79, 2015.

BENJAMIN, W. **Magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010.

BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. TA, 1979.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, p. 122-155, 1983.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Bueno Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. Analisando o discurso. **Museu da língua portuguesa-Estação da luz**, 2009. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Elements of the Sociology of Corporate Life. Vermont: Ashgate, 1979.

CARDOSO, M. B. R. **A Asmare e seus parceiros públicos e privados**: uma rede de cooperação para a geração de trabalho e renda. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

CARNOY, M. **Schooling in a corporate society**: The political economy of education in America. David McKay Company, 1975.

CARTER, M. Contradiction and correspondence: Analysis of the relation of schooling to work. **The Limits of Educational Reform (New York: Longman) pp**, v. 52, p. 82, 1976.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. “Tricotando as redes de solidariedade”: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. **Organizações & sociedade**, v. 13, n. 39, p. 93-111, 2006.

CEMPRE – Comissão Empresarial para a Reciclagem. **Review**. São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos> >.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, v. 12, n. 2, p. 139, 1978.

COSTA, C. M.; PATO, C. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos catadores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo demográfico de 2010. **Mercado de Trabalho**, n. 62, p. 115-125, 2017.

DIAS, S. M. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos em Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da Asmare. **Anais...** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002b.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania**: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002a.

DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Companhia editorial Nacional, 1969, p. 34-48.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**. Vol. 2. Curitiba: Juruá, 2011.

FARIA, A. A. M.; LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte, v. 10, p. 32- 38, 1993.

FARIAS FILHO, M. C. Rede de catadores de materiais recicláveis: perspectiva para a organização da autogestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.

FERNANDES, M. E. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**, v. 7, n. 1, p. 15-31, 2010.

FERRAZ, D. L. S.; BURIGO, L. A gestão em empreendimentos populares e o processo de trabalho no setor de reciclagem. **Anais...** IV Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Curitiba, 2012.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE. BR**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 4, p. 1-18, 2008.

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 99-117, 2008.

FERRAZ, D. L. S.; MUELLER, R. R. Assistencialismo e empreendimentos populares de trabalho: relações para a erradicação da pobreza? **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 186-219, 2013.

FILARDI, F.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. Os catadores de resíduos e a responsabilidade socioambiental: a percepção sobre seu lugar social. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 17-35, 2011.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, J. L.; BARROS, D. L. P. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Editora da USP, 1994.

FISHER, D. T. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. **História da educação**. Pelotas, v. 1, p. 5-20, 1997.

FLACH, L. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Revista de Administração da UFSM**, v. 4, n. 3, p. 378-389, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARNICA, A. V. M. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2010.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**. v. 10, n. esp. p. 83-92, 2007.

GONÇALVES, J. A.; OLIVEIRA, M. V.; ABREU, M. F. **Metodologia para a organização social dos catadores**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GONCALVES, J. A.; MOTTA, M. L. A.; ABREU, M. F. **Experiências de coleta seletiva**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GONÇALVES, D. M.; SANTOS, L. M. L.; CAPELARI, M. G. Relações de poder na economia solidária: um caso de autogestão em Londrina, Paraná, Brasil. **Capital Científico**, v. 10, n. 1, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GOULART, I. Subjetividade nas organizações. In: VIEIRA, A.; GOULART, I. **Identidade e subjetividade na gestão de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2009.

HEGEL, G. W. F. **A fenomenologia do espírito**. São Paulo: Cultura e Industrial, 1974.

HONORATO, E. F. **Ordem e subversão nas cidades**: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e possibilidades sob a ótica da economia solidária. Brasília, 2017.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. C. Criação do capital social: o caso da Asmare. **Cadernos de gestão pública e cidadania**. v. 2, 1997.

KLECHEN, C. F.; BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 669-94, 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LOURENÇO, M. L. **Cooperativismo e subjetividade**: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008. 94 p.

MAGALHÃES, B. J. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MAINGUENEAU, D. Discurso, enunciado e texto. In: MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da econômica política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MARTINS, I. G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SILVA SANTOS, T. N.; CABRAL, L. R. Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho de lideranças feministas na política de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, R. P.; PASSOS, R. P. Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade das Cidades. In: **Anais... COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: GESTÃO XXI, GESTÃO SOCIAL E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO**, 9, 2003. Salvador, Bahia, Cadernos de Resumo, 2003.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MONICA, M. F. Correntes e controvérsias em sociologia da educação. **Análise Social**, p. 989-1001, 1977.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: editora Cortez, 2000.

NEVES, L. A. Ensaio metodológico - memória e história: potencialidades da história oral. **ANAIIS... ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA/ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL**, I/III, 2001.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

ORELLANO, R. C. A ética da resistência. **Revista Ecológica**, n. 2, p. 37-63, 2012.

ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE. BR**, n. 1, p. 65-81, 2012.

PEREIRA, L. M. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Análise & Conjuntura**, v. 6, n. 3, p. 109-127, 1991.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.

PINHEIRO, D. C. **Em busca de contribuições para a gestão na economia solidária: um estudo a partir da literatura e do caso Cecosesola**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. A mitologia da eficiência: em busca da resignificação de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 12, n. 27, p. 42-65, 2014.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

PINTO, M. D. R., PEREIRA, D. R. D. M.; FREITAS, R. C. D. F. Fatores sociais, econômicos e demográficos associados à geração de lixo domiciliar na cidade de Belo Horizonte. **REUNA**, v.17, n. 2, p. 27-44, 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SILVA, C. M. **Trabalho, cidadania e reconhecimento: a rede Cataunidos e o protagonismo sociopolítico de catadores de recicláveis na RMBH**. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

SILVA, H. R. K. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. **Métis: História & Cultura**. v. 1, n. 1, p. 25-38, 2002

SOUZA, R. M. **O discurso de protagonismo juvenil**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUZA, J. V. A. Sociologia da educação. In: **Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente** <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=200>>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

STERCHILE, S. P. W.; BATISTA, A. O espaço da cooperativa "amigos do meio ambiente": cooperativa de trabalho ou cooperfraude?. **Serv. soc. soc**, n. 106, p. 314-334, 2011.

TORRES, H. R. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade**. O caso da associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, Asmare, em Belo Horizonte, MG. Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

TIBÚRCIO, Luís. Educação e trabalho capitalista: perspectiva histórica e ideias dominantes. **Análise Social**, p. 179-186, 1979.

VENÂNCIO, A. C. L.; CAMARGO, D.; ROCHA, F.; CHAERKI, K. F.; ROMAGNANI, P.; BARRETO, S. C. Metodologia das práticas. **Anis...** III Congresso de Estudos Organizacionais, 2015.

VON SIMSON, O. R. M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Arquivos Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, p. 63-74, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.